

GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Índice

I-INTRODUÇÃO.....	3
1. CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA	3
2. ORÇAMENTO DE ESTADO (OE) 2016 E AS AUTARQUIAS	6
3. CRITÉRIOS E OPÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO PARA 2016 E SEQUENTES	11
3.1- Síntese do Orçamento.....	14
3.2 Infra-Estruturas	15
3.3-Obras a Iniciar ou em Conclusão.....	16
3.4- Projectos com Candidatura Efectuada no Âmbito do PEDU- "PORTUGAL 2020".....	16
3.5- Projectos a Candidatar e com Financiamento Aprovado no Âmbito da CIM – CÁVADO.	18
3.6- Projectos a Reavaliar e Alterar para Construção com Financiamento Municipal	19
3.7-Projectos em Desenvolvimento para Candidatar.....	19
4. ESTATUTO DE DIREITO DE OPOSIÇÃO	19
5. ACTIVIDADES SECTORIAIS	41
5.1 Cultura.....	41
5.2 Educação.....	44
5.3 Juventude	49
5.4 Desporto	52
5.5 Turismo e Artesanato.....	55
5.6 Ambiente e Espaços Verdes.....	62
5.7 Desenvolvimento Social	64
5.8 Mobilidade e Transportes.....	68
5.9 Protecção civil	69
5.10 Gestão e Modernização Administrativa.....	73
II- OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO.....	77
1 - ESTRUTURAS DAS OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO.....	77
1.1 Estrutura do orçamento	77
1.2 Estrutura das Grandes opções do Plano.....	88
III - OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO	92
NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	92
Resumo do Orçamento	99
Orçamento da Receita.....	101
Orçamento da Despesa.....	107
Grandes Opções do Plano.....	116
PPI – Plano Plurianual de Investimentos	128
IV - Mapas Anexos	139
Encargos Anuais com Empréstimos Bancários.....	140
Responsabilidades Financeiras Contingentes	142
Orçamentos das Empresas Municipais.....	144
Mapa das Entidades Participadas pelo Município.....	146
Transferências para as Freguesias.....	148
Mapa de Pessoal	150

M. Domingos Lourenço

seg

hi

Alves

M



I-INTRODUÇÃO

1. CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em 2011 o Governo português subscreveu com o FMI, UE e BCE um programa de ajustamento financeiro para travar a galopante subida das taxas de juro nos mercados financeiros e, conseqüentemente, adoptar medidas orçamentais restritivas impostas por aquele programa, com o objectivo de iniciar um novo ciclo de consolidação das finanças públicas cuja maior preocupação eram, sem dúvida, os elevados défices orçamentais que cresciam ano após ano e que arrastaram consigo um aumento galopante da dívida pública.

Por isso, Portugal adoptou medidas muito restritivas assentes em programas de austeridade, sempre sobre o controlo apertado das entidades que subscreveram o resgate e muito particularmente com a UE, através do DEO (Documento de Estratégia Orçamental) para os diferentes anos económicos. Foi dentro deste cenário muito difícil e vigiado pelas entidades externas, às quais Portugal se obrigou, que a economia portuguesa mergulhou num quadro recessivo muito severo e de resultados muito negativos: uma crise social, económica e financeira sem precedentes.

Por outro lado, e mercê das severas medidas de austeridade impostas, todos os indicadores macroeconómicos se agravaram de tal forma que acabaram por criar sérios problemas às famílias e às empresas, com o inevitável empobrecimento do país.

Apesar das expectativas do Governo português e das autoridades externas responsáveis pelo acompanhamento das medidas orientadoras do resgate apontassem para resultados positivos, tais expectativas não se concretizaram, criando-se a dúvida se as medidas adoptadas não teriam ido além das necessárias.

Não é de admirar, portanto, o crescimento negativo do PIB até final de 2013, o aumento da dívida pública em percentagem do PIB e ainda as elevadas taxas de desemprego acompanhadas de défices orçamentais excessivos, apesar do Governo continuar a aumentar a carga fiscal sobre o rendimento do trabalho e sobre o consumo, mantendo a degradação do rendimento das empresas e das famílias.

Contudo, durante o ano de 2014 começou a querer notar-se uma trajectória positiva na curva de crescimento da economia portuguesa, tendo esta tido um aumento de 0,9%, ligeiramente abaixo da taxa de crescimento previsto de 1%. Por isso, e não obstante este aumento ligeiro, não foi suficiente para criar grandes expectativas para os investidores nem para melhorar os rendimentos das famílias, nem tão pouco fazer baixar significativamente a elevada taxa de desemprego.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Aliás, as metas do défice orçamental foram atingidas através da diminuição dos salários e das pensões, com aumento das taxas dos escalões do IRS e não de um melhor comportamento da economia. E se é possível observar uma tendência ligeira na evolução da economia portuguesa, também é verdade que para atingirmos o valor do PIB antes da crise de 2011, teremos ainda de aguardar alguns anos, caso o ritmo de crescimento da economia se mantenha entre 1% a 1,5%.

Nesse sentido, os orçamentos municipais têm sido elaborados tendo em conta os cenários macroeconómicos do país verificados em cada ano, mas também através da política orçamental apresentada pela Governo em cada ano económico, não se vislumbrando nesta data da elaboração do orçamento municipal para 2016 qualquer orientação das políticas nele inscritas, em virtude do acto eleitoral legislativo do passado dia 4 de Outubro.

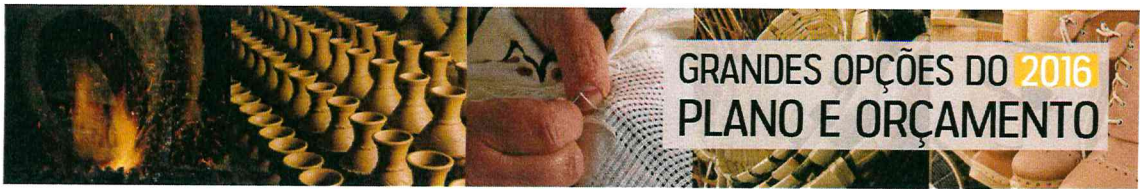
É neste contexto de dúvidas e incertezas quanto ao crescimento da economia, do rendimento das famílias e das empresas, que o Município tem elaborado os seus instrumentos previsionais de contas, sem que os mesmos se desviem da trajectória que tem sido adoptada desde 2010: elaborar orçamentos realistas subordinando sempre a despesa à receita, mantendo a perspectiva do equilíbrio orçamental.

O executivo municipal de maioria PS, após ter sido eleito pela primeira vez em 2009 e reeleito com uma maioria absoluta muito mais expressiva em 2013, continuou a adoptar medidas orçamentais e fiscais no sentido de aliviar a despesa das famílias e dos agentes económicos: não aumentar as taxas municipais desde 2010, isentando umas e reduzindo outras; reduzir o endividamento municipal; reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores; dar maior atenção a políticas de natureza social, educativa, cultural e de desenvolvimento económico.

Inversamente, o Governo criou mais algumas restrições e encargos orçamentais para os municípios, particularmente, a criação do FAM (Fundo de Apoio Municipal) através da Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto cujos encargos para o Município se traduzem na transferência de 2,6 milhões de euros em sete anos, para um custo orçamental anual de 365 mil euros, tendo já sido paga a primeira prestação neste ano de 2015.

Num cenário de continuadas restrições orçamentais para 2016 por parte da administração central, o executivo municipal saberá avaliar as reais necessidades do concelho e, conjuntamente com os parceiros estratégicos na gestão dos recursos públicos, continuará a privilegiar as juntas de freguesia num modelo de gestão partilhada, através de instrumentos de transferência de competências com o correspondente envelope financeiro e também com a habitual cooperação técnica e financeira com as associações do concelho, das famílias e das empresas.

Por outro lado, não deixaremos de compreender as dificuldades que vão continuar a existir em 2016 quanto à necessidade da consolidação das finanças públicas e da redução dos défices orçamentais de acordo com as exigências da UE, bem como do



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

controlo do endividamento excessivo. Quanto a estes factores o executivo municipal será naturalmente solidário.

Neste contexto, tem sido uma preocupação constante deste executivo municipal, de maioria PS, a redução da sua dívida: ao fim de 6 anos, este modelo de gestão municipal reduziu em cerca de 60% a sua dívida; os passivos financeiros estarão abaixo dos 20 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2015 e as dívidas a fornecedores serão previsivelmente as que forem facturadas naquele mês. Aliás, o prazo médio de pagamento a fornecedores de acordo com os dados da DGAL é de 19 dias.

Neste cenário de crise orçamental e de consolidação das finanças públicas, cabe aos municípios, também, uma atitude de incentivo e de estímulo aos agentes económicos para a necessidade de investimento. O Município de Barcelos, através do seu executivo, tem adoptado nestes últimos anos uma política muito virada para o investimento. Desde logo, através da consolidação das suas contas, diminuindo significativamente a sua dívida como atrás foi referido. Ao mesmo tempo, exercer um controlo muito rigoroso no tocante à despesa corrente. É muito importante constituir poupança corrente e esta só tem relevância transformando a receita corrente em despesa de capital.

Por isso, as despesas de investimento ou de capital têm tido um bom desempenho mercê do controlo das receitas correntes, libertando o seu excedente para o investimento. Nesse sentido, podemos observar que a libertação de receitas correntes para despesa de capital, em 2016, será na ordem dos 14 milhões de euros.

Para sustentar a política económica e financeira que este executivo municipal tem adoptado nos últimos anos, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses tem publicado análises muito positivas acerca da gestão do Município de Barcelos. Foi o caso da publicação do referido Anuário apresentada em 2014, que coloca o Município de Barcelos no tocante ao quadriénio 2010/2013, o 4º melhor a nível nacional e o 1º ao nível distrital, quanto à eficiência financeira.

Também o mesmo Anuário Financeiro apresentou, em Outubro de 2015, os dados respeitantes ao ano económico de 2014, colocando o Município de Barcelos, no ranking dos municípios de grande dimensão, em 8º lugar a nível nacional e em 1º lugar no Distrito de Braga.

Esta publicação é da responsabilidade de instituições independentes de grande credibilidade e prestígio: Tribunal de Contas; Ordem dos Contabilistas Certificados; IPCA - Instituto Politécnico do Cavado e do Ave; UM - Universidade do Minho.

Não obstante as dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa, estamos certos que o êxito da execução deste documento será alcançado porquanto a sua elaboração é efectuada num cenário muito realista e prudente, em alinhamento com



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

os critérios que têm sido utilizados nos últimos 5 anos e cujos resultados são bem conhecidos.

Em suma, reafirmamos para 2016 a mesma preocupação expressa no Orçamento de 2015 “...restará saber se (...) Portugal estará no caminho do desenvolvimento, ou seja, tornar a economia numa trajetória de crescimento”.

2. ORÇAMENTO DE ESTADO (OE) 2016 E AS AUTARQUIAS

Os Orçamento de Estado (OE) são apresentados todos os anos na Assembleia da República até à primeira quinzena de Outubro e aprovado na quinzena do mês de Novembro para vigorar no ano seguinte ao da sua aprovação.

É também com base naqueles documentos que os municípios elaboram os seus orçamentos tendo em conta as políticas macroeconómicas esperadas pelo Governo, bem como as transferências para as autarquias locais.

Contudo, neste ano de 2015 e mercê do acto eleitoral de 4 de Outubro, não foi possível neste período conhecer as orientações da política orçamental do Governo, nem tão pouco as transferências para o Município. Aliás, este adiamento da data de apresentação do OE na Assembleia da República, não altera a obrigatoriedade de os municípios apresentarem aos órgãos deliberativos os seus orçamentos até ao último dia do mês de Outubro do ano anterior à sua aplicação e com discussão e votação até ao final do mês de Dezembro, também anterior ao da sua execução.

Nesse sentido, e em cumprimento da Lei, o executivo elabora o presente orçamento sem conhecer as orientações estratégicas do Governo para 2016, mas não deixa de ter em conta as orientações previstas nos diferentes instrumentos de controlo, particularmente no POCAL, no Regime Financeiro das Autarquias Locais e outros indicadores disponíveis no comportamento da execução orçamental em curso.

As regras para inscrever as receitas nos orçamentos municipais são hoje muito mais realistas. Desde logo estabelece que todas as taxas a inscrever serão sempre efectuadas pela média das receitas cobradas nos últimos 24 meses, bem como as receitas provenientes da venda de bens de investimento não poder ultrapassar a média da venda desses bens nos últimos 36 meses.

Estas regras contrariam uma tendência generalizada do passado onde era permitida a inscrição arbitrária da venda de Bens de Investimento (Património) ou recursos a Passivos Financeiros, com a intenção de aumentar a despesa sem a real cobertura financeira que, em último caso, servia para aumentar o endividamento e o descontrolo das finanças municipais.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Consequentemente, os municípios têm ainda de cumprir outros critérios muito exigentes que podem pôr em causa o seu cumprimento orçamental se tiver um uma receita corrente igual ou muito próxima da despesa corrente e encargos de passivos financeiros, porquanto a receita corrente bruta cobrada deve ser igual à receita corrente paga acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Esta medida pode colocar em causa compromissos correntes inadiáveis que os municípios possam ter, pois ficam obrigados a libertar receitas correntes para investimento no mínimo igual às amortizações de passivos financeiros de cada ano.

Não é, seguramente, o caso do município de Barcelos que tem uma margem muito confortável na poupança corrente, como atrás foi dito.

Não obstante, as restrições e exigências na aplicação destas regras orçamentais, são positivas, pois obrigam a uma disciplina orçamental, dentro do seu equilíbrio entre a despesa e a receita.

Este é o cenário que deve nortear o quadro que as autarquias locais e em particular os municípios terão de projectar os seus orçamentos, articulando sempre com as linhas orientadoras do OE de cada ano, se disponível.

O OE para 2016 e o Município

O OE para 2015 foi elaborado num cenário económico e financeiro em linha com os orçamentos precedentes de 2012, 2013, 2014 e 2015. Talvez a única diferença digna de registo tenha sido a inversão da curva de crescimento negativo do PIB. Naquele documento era previsível um crescimento do PIB em cerca de 1,5%. E de facto assim será, de acordo com as projecções das autoridades reguladoras nacionais e internacionais, tais como o Banco de Portugal, o INE e a UE.

Porém, todo o restante cenário em matéria de política fiscal e das restrições orçamentais será para manter em 2016. Mas, ao mesmo tempo, o crescimento do PIB poderá não ser superior a 2015, ou seja, um crescimento na ordem do 1,5% - à custa do consumo interno, com o recurso ao crédito ao consumo por parte das famílias, na medida em que parece que o seu rendimento será igual ou menor do que o do ano anterior; também as exportações têm tido um abrandamento, em contraste com o aumento significativo das importações.

Ora, a manter este cenário de incertezas e sem conhecer a política orçamental a implementar em 2016, os municípios portugueses vão continuar a suportar o IVA a 23% na iluminação pública e nas cantinas escolares com um encargo de custos adicionais nos seus orçamentos em matéria de despesa corrente.

Por isso, é expectável que a política de austeridade seja uma realidade e um cenário muito realista, pelo que ao Município de Barcelos cabe elaborar os seus instrumentos



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

previsionais de gestão em linha com o ano precedente. Porque, se o Orçamento de Estado para 2015 era fortemente restritivo, o de 2016 apresentará um conjunto de medidas que porventura não sendo mais gravosas, estará longe de contribuir para uma redução da carga fiscal.

Muito previsivelmente continuaremos a observar medidas como o pagamento da sobretaxa do IRS, as rescisões na administração pública, a redução das pensões e a diminuição das prestações sociais, as quais terão impacto no rendimento das famílias e, conseqüentemente, um olhar mais atento na política social a desenvolver pelo Município.

O Município inscreve neste orçamento de 2016 o valor das mesmas transferências do FEF de 2015, não obstante o aumento da cobrança do IRS, no qual o Município tem direito a uma comparticipação de 5% do valor cobrado no nosso concelho. É provável que possa existir uma cláusula de salvaguarda para que a transferência seja constante.

Se entretanto for observado que, em 2016, as famílias serão fortemente atingidas com níveis de austeridade elevados, também a acção social do Município deverá adoptar medidas financeiras na área da acção social e da educação.

Apesar das limitações orçamentais numa conjuntura particularmente difícil, o Município continuará a cumprir todos os critérios de redução da dívida municipal ficando aquém dos seus limites e a defender que o prazo médio de pagamento seja sempre inferior a 30 dias (actualmente é de 19 dias) e a gerir os seus recursos numa perspectiva de responsabilidade e de solidariedade.

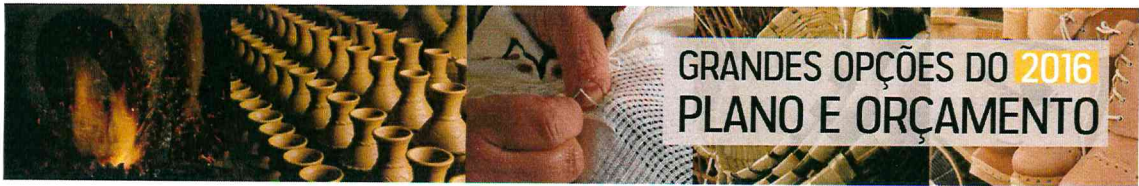
Tem sido dentro deste cenário de compromisso com os barcelenses que o actual executivo tem feito uma gestão equilibrada e bem sucedida, pois tem conseguido reduzir substancialmente a sua dívida sem comprometer o investimento sustentado e defender as famílias mais desfavorecidas.

Também o Município conseguiu proceder à dissolução e liquidação (em fase final) da Empresa Municipal de Desporto (EMD), transferindo todo o seu pessoal e todos os contratos de prestação de serviços, sem grande sobressalto. Esta transferência fez aumentar as despesas correntes mas não pôs em causa os critérios orçamentais.

Também foi possível encerrar todo o processo de revisão do Plano Director Municipal que, para além de resolver múltiplas situações das famílias e das empresas, será eventualmente gerador de uma maior cobrança de receita por via de novos licenciamentos de novas construções, mas também de legalizações pendentes.

No tocante aos impostos directos, tem havido uma estabilização da sua cobrança desde 2011, excepto no IMI que teve um crescimento significativo de 2011 a 2014, prevendo-se uma estabilização para os anos seguintes. A receita do IMI cobrada em

Handwritten signatures in blue ink:
1. A large signature at the top right.
2. A signature below it.
3. A signature below that.
4. A signature below that.
5. A signature below that.



2011 foi de cerca de 6,8 milhões de euros e em 2014 e 2015 será de cerca de 9 milhões. Portanto, também aqui, está prevista uma estabilização da receita.

Relativamente ao IMT, com peso significativo na receita, este tem vindo a aumentar ligeiramente. Como é do conhecimento público, o Governo tinha definido, em legislação entretanto publicada, que este imposto terminaria em 2017 com diminuição percentual já em 2016. Porém, alertado das graves dificuldades financeiras para os municípios que tal medida provocaria, o Governo determinou a suspensão desta medida até ser encontrada uma medida financeira compensatória.

Porém, neste quadro de redução das receitas provenientes dos impostos indirectos, na estabilização dos impostos directos e com a redução acumulada das transferências do FEF, será possível reduzir ainda mais as taxas do IMI para 0,30% e a redução da taxa variável do IRS para menos de 5%?

Para responder a esta questão é muito importante analisarmos bem a política fiscal do Município e conhecer com muita profundidade as orientações orçamentais assentes num equilíbrio que não penalize as famílias e as empresas e, ao mesmo tempo, não comprometa as metas impostas na consolidação das finanças municipais através do endividamento excessivo e do aumento permanente da despesa sem a correspondente receita.

O Município de Barcelos reduziu a sua dívida para menos de metade, ou seja, de uma dívida entre passivos financeiros e fornecedores de cerca de 48.5 milhões de euros, correspondente a cerca de 90% da execução orçamental em 2009, para menos de 20 milhões em 2015, correspondendo a uma redução da dívida de cerca de 60%.

Não obstante as críticas apontadas pelas forças políticas da oposição, embora legítimas, estas não correspondem à real situação, particularmente quanto à redução mais acentuada da cobrança das taxas municipais e dos restantes impostos cobrados pela administração central mas para o Município.

Ninguém tem dúvidas que o actual executivo municipal baixou a cobrança do IMI de 0,5% para 0,35% dos prédios urbanos. E também é verdade que os executivos anteriores a 2010 cobravam os impostos pelas taxas máximas.

Ninguém tem dúvidas que o actual executivo municipal baixou a cobrança de algumas taxas municipais e que as mesmas não têm aumentado desde 2010 e isentado até algumas delas, como é o caso da isenção das taxas das esplanadas.

Ninguém tem dúvidas que o actual executivo municipal isenta da taxa de Derrama todas as empresas cujo volume de negócios não ultrapasse os 150 mil euros e cobre uma taxa reduzida de 1,2 para as restantes empresas contra uma taxa de 1,5.

Deste modo, pergunta-se: se num cenário de crise profunda desde há 5/6 anos, com forte agravamento em matéria fiscal feita pelos sucessivos governos, é possível ao



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Município reduzir ainda mais a carga fiscal sobre os munícipes em contra-ciclo com aquilo que é a prática do Governo?

Claro que não. Este executivo tem a responsabilidade de fazer orçamentos equilibrados, não provocar endividamento excessivo, ajudar as famílias mais desfavorecidas, defender as empresas e promover o investimento sustentado e consolidar as contas municipais. Assim tem feito e assim continuará a fazer traduzindo na prática as reais expectativas dos seus munícipes quando legitimaram a continuação da gestão municipal neste executivo em Outubro de 2013.

Aliás, de forma transparente, o executivo municipal de maioria PS, em Setembro de 2015 submeteu para deliberação da Assembleia Municipal todas as taxas municipais a cobrar em 2016, quando o poderia ter feito só em Novembro, mas fê-lo com o propósito de inscrever já neste orçamento as taxas dos impostos directos e indirectos a cobrar em 2016.

Já demonstrou, também, que a taxa do IMI para baixar para o seu mínimo de 0,30% poderá criar desequilíbrios orçamentais irreparáveis, pondo em causa o investimento municipal e o financiamento de projectos no âmbito dos Quadros Comunitários.

Também já foi explicado que as isenções diversas na cobrança do IMI atingem mais de 2 milhões de euros e este imposto é o que tem maior peso financeiro e orçamental depois das transferências do OE. Aliás, o Município de Barcelos, quando comparado com outros municípios da sua dimensão, tem uma cobrança do IMI abaixo da média daqueles. Esta sustentação prudente na cobrança de impostos será mais debatida noutro capítulo deste documento.

De referir ainda que o OE/2015 prevê uma isenção do IMI às famílias que auferam um rendimento familiar até 16.261 euros e os imóveis avaliados pelas finanças não seja superior a 66.500 euros.

De referir, também, que a Assembleia Municipal deliberou, por proposta do Executivo Municipal, a redução de 10% da taxa do IMI para as famílias com 1 filho; redução de 15% para as famílias com 2 filhos e a redução de 20% para as famílias com 3 ou mais filhos.

Estima-se que beneficiarão da redução de 10% do IMI 5.462 agregados com 1 filho; redução de 15% para 4.399 agregados com 2 filhos; redução de 20% para 531 agregados com 3 ou mais filhos.

Finalmente e em matéria de taxa do IMI é também importante referir que foram revistos para baixar em algumas zonas da cidade os índices de zonamento que contribuirá para baixar o valor patrimonial dos edifícios sem contudo não podermos avaliar o impacto financeiro na cobrança do IMI. Esta alteração foi feita pela AT de Barcelos dentro da sua competência.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Em termos financeiros não é possível estimar o total das isenções deste imposto. Mas para os agregados com 1, 2, 3 ou mais filhos esta isenção poderá situar-se entre 250 e os 300 mil euros ano.

A comparticipação de 5% de IRS arrecadada pelo Município constitui uma receita de grande importância no orçamento municipal. Se o Município reduzisse a taxa dos 5% para 4,7 ou seja uma redução de 0,3%, como alguns municípios com toda a legitimidade, optaram por fazer, teríamos o seguinte, a partir deste exemplo: uma família que pague de IRS por ano cerca de 1.000 euros e se o Município aplicar uma taxa de 5% do valor já pago pelo munícipe, vai receber do Estado 50 euros; se aplicar uma taxa de 4,7% o Município vai receber 47 euros, sendo devolvidos ao munícipe 3 euros o que equivaleria a uma poupança de menos de 1 cêntimo por dia! E se, por hipótese, o Município abdicasse de toda a cobrança do IRS (cerca de 2 milhões de euros), beneficiaria cada barcelense em 16 euros, para além de beneficiar os agregados com maior rendimento.

De salientar que o IMI (mesmo na taxa reduzida) e a comparticipação no IRS constituem uma receita de cerca de 11 milhões de euros, representando cerca de 20% do valor total das receitas orçamentais. Ora, num quadro de dependência financeira muito significativa da administração central, o Município, muito responsabilmente, não pode abdicar desta receita pelo menos enquanto se verificar a dificuldade económica e financeira que o país atravessa.

A não ser que o Município abdicasse das políticas sociais perante as famílias mais desfavorecidas nas diferentes áreas de intervenção e no estímulo à economia através do forte investimento observado nestes últimos anos, particularmente nas transferências de competências para as juntas de freguesia, com a correspondente comparticipação financeira.

É este o cenário que o actual executivo traçou, mercê de um apertado e vigilante controlo das receitas e das despesas, pelo que tem conseguido fazer a consolidação das finanças municipais num clima de transparência, rigor e muito realismo.

Tem sido este o caminho que o actual executivo definiu e é aquele que garante a sustentabilidade da gestão municipal e a defesa dos barcelenses.

3. CRITÉRIOS E OPÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO PARA 2016 E SEGUINTE

O Orçamento para 2016 não pode ser elaborado tendo em conta apenas os fluxos financeiros deste ano. Deve, também, contemplar o seu carácter plurianual, assente em dois grandes suportes de financiamento e de elaboração de projectos no âmbito do Quadro Comunitário "Portugal 2020".



O município de Barcelos tem dois instrumentos de gestão e desenvolvimento de projectos susceptíveis de contribuir para o desenvolvimento do concelho e das diferentes áreas. Um através da CIM – Cávado (Comunidade Intermunicipal do Cávado) ao qual adiante se dará o real destaque; o outro é através do PEDU (Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano) cuja gestão cabe ao PO Regional Norte, no âmbito da CCDRN, cuja candidatura já foi apresentada e à qual adiante se fará mais aprofundada análise.

Por isso, e tendo em conta todos os argumentos atrás expostos, a elaboração do instrumento previsional de gestão para o ano económica de 2016 e seguintes terá como orientação estratégica as preocupações do país e do concelho, consubstanciada na escassez de recursos financeiros, sem esquecer o esforço na aplicação de tais recursos naquilo que deve ser feito para benefício de todos os barcelenses.

É, por isso, e dentro de todos os condicionalismos atrás expostos, que a elaboração deste orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2016 não deixa de corresponder aos problemas do concelho, num quadro que se afigura de continuadas dificuldades, mas ao mesmo tempo com um grande sentido de responsabilidade na distribuição de recursos financeiros disponíveis para acudir aos problemas crescentes que afectam o concelho, nomeadamente, o desemprego e a dificuldade das famílias, sendo, por isso, muito importante um olhar atento na área da acção social, da educação e na proximidade com os agentes de todas as actividades económicas.

Ao longo destes cinco anos de mandato, o executivo municipal de maioria PS, trabalhou sempre num cenário muito exigente baseado em critérios de eficiência e eficácia conseguindo impor rigor na consolidação das finanças municipais sem comprometer o investimento, as transferências para as juntas de freguesia, a acção social e a educação e com a implementação de novas políticas no turismo e da cultura, áreas cruciais no desenvolvimento do concelho.

Este executivo municipal já habituou os barcelenses a confiarem na sua gestão municipal porque sabem que o empenho colocado na execução dos orçamentos tem obtido bons resultados, expressos nos relatórios das contas de gerência e na avaliação que é feita por entidades externas, o que constitui um incentivo para que continuemos na busca das melhores soluções, consubstanciadas sempre no exercício da prestação de um serviço público de qualidade.

Não admira, pois, que o Município continue a ter uma margem de endividamento muito largo permitindo, desse modo, o recurso a financiamento bancário de médio e longo prazo caso, assim o entenda. Porém, não é esse o caminho, deixando, antes, essa margem para problemas de contingência que possam surgir como o problema do contrato de concessão das redes de água e saneamento e ainda o contrato da PPP, ambos em análise nas instâncias judiciais de recurso.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Por outro lado, os resultados alcançados em diferentes anos económicos só têm sido possíveis porque temos presente sempre os seguintes critérios e orientações:

Fazer uma avaliação sistemática por trimestre acompanhando a execução orçamental dentro dos seus limites, através da receita e da despesa para cumprimento das metas exigidas no endividamento municipal e demais orientações do OE 2016;

Continuar a cumprir as metas do endividamento abaixo do seu limite com controlo do serviço de dívida de médio e longo prazo e particularmente a diminuição do prazo médio de pagamentos para cerca de 30 dias – de acordo com os dados da DGAL, relativos ao 3º trimestre de 2015, o PMP é de 19 dias;

Manter a cobrança de uma taxa de 0,35% do IMI nos prédios avaliados, (muito longe da taxa de 0,5% prevista na Lei); e uma taxa de 0,7% para os prédios não avaliados;

Continuar a cobrar uma Derrama sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) com preocupações de justiça e equidade fiscal numa avaliação de discriminação positiva, ou seja, ISENTAR as empresas com um volume de negócios até 150 mil euros, e a cobrança de uma taxa reduzida de 1,2% para os rendimentos acima daquela valor. Esta medida é, do nosso ponto de vista, uma situação de justiça para aqueles com maior rendimento;

Continuar a praticar as mesmas taxas cobradas pelo município desde 2010, quando a Lei prevê a sua actualização de acordo com inflação de cada ano. De salientar que as referidas taxas não são actualizadas desde 2010 tendo algumas delas sido reduzidas ou até isentadas;

Continuar a considerar as juntas de freguesia como parceiros na gestão municipal, transferindo o equivalente a 200% do FFF por transferência de competências através de protocolo a renovar, bem como comparticipar financeiramente outros projectos em diferentes áreas de intervenção e que se entendam necessários.

Continuar a isentar as esplanadas de ocupação da via pública, a cafés, bares, pastelarias e afins.

Continuar a reduzir, dentro do possível, a carga fiscal das famílias como foi o caso da redução do IMI em 10, 15 e 20% para as famílias com um, dois ou três filhos respectivamente.

Este orçamento continua a evidenciar uma grande preocupação: não sobrecarregar os agentes económicos através da cobrança de taxas máximas bem como as suas actualizações, libertando mais recursos para o investimento e um maior rendimento disponível das empresas e das famílias neste contexto de crise.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

3.1- SÍNTESE DO ORÇAMENTO

Como já foi referido, os orçamentos devem traduzir com realismo a capacidade financeira do Município quanto à cobrança de receita e ajustá-la depois à despesa. No ano de 2014 afirmamos que a redução da receita esperada para 2015 se devia em exclusivo à falta de programas no âmbito dos fundos comunitários. E assim foi.

Contudo, é esperado para 2016 e anos seguintes, até 2020, um conjunto de candidaturas de projectos financiados, embora muito longe de traduzir as reais expectativas das autarquias, pois ficarão muito longe do esperado. E, como todos sabemos, os grandes investimentos só serão possíveis desde que tenham financiamento comunitário atendendo às fortíssimas restrições orçamentais exigidas pelo Governo.

A dotação orçamental para 2016 será de cerca de 60,8 milhões de euros de receita e do mesmo valor na despesa. Como atrás já foi referido, há um aumento de cerca de 4,7 milhões de euros relativamente a 2015.

Um aumento que corresponde a cerca de 8,4% e tem incidência na receita de capital pelas razões atrás expostas. Este orçamento não prevê o recurso a passivos financeiros para financiar o investimento, embora o Município tenha uma margem muito larga de utilização.

No entanto as receitas correntes mantêm-se praticamente inalteradas assim como a despesa corrente, ou seja, a sua dotação é equivalente a 2015. Por isso, libertará receita corrente para despesa de capital. Nesse sentido, temos uma receita corrente de cerca de 50 milhões de euros e uma receita de capital de cerca de 10,8 milhões de euros e uma dotação total de cerca de 60,8 milhões de euros.

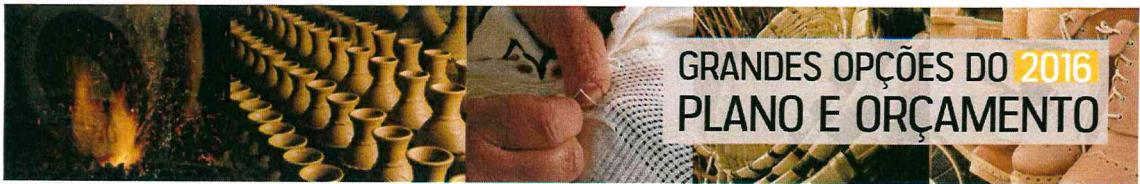
Porém, a despesa corrente será cerca de 36 milhões de euros e a despesa de capital cerca de 24,4 milhões de euros.

Deste modo, podemos notar que há um saldo corrente de cerca de 14 milhões de euros vulgarmente designado por poupança corrente que corresponde a uma poupança de 23%, o que contribui para uma despesa de capital em cerca de 24,4 milhões de euros.

Atendendo à detalhada informação adicional, esta análise será desenvolvida no capítulo das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 e dos mapas desagregados em cada capítulo deste documento, bem como na descrição dos objectivos a desenvolver por cada pelouro.

Não obstante este documento ter sido elaborado de acordo com a prudência que sempre devem conter, convém não esquecer que o seu sucesso dependerá de eventuais constrangimentos que possam vir a ocorrer, nomeadamente no tocante ao





desfecho dos processos judiciais pendentes nas instâncias de recurso para decisão final concretamente à PPP e à concessão das redes água e saneamento com a AdB.

Contudo, podemos garantir que este documento foi elaborado com muito realismo e rigor mas também com muita prudência, podendo em certas rubricas aumentar mais um pouco as receitas correntes. Mas estes documentos devem traduzir sempre a defesa dos interesses dos barcelenses, do concelho e do país.

3.2 INFRA-ESTRUTURAS

Como já referido ao longo deste documento, a maior parte do investimento a realizar nos próximos anos dependerá da vontade das entidades gestoras do novo Quadro Comunitário "Portugal 2020".

Este novo Quadro que substitui o QREN, que fecha definitivamente em 2015, fica muita aquém das expectativas geradas ao longo da sua discussão. Aliás, não traduz, nem de perto nem de longe, as reais necessidades do desenvolvimento diferenciado ainda presente em algumas regiões do país. No entanto, as autoridades gestoras deste novo Quadro não acautelaram os alertas sempre pertinentes de muitos parceiros nacionais, particularmente os municípios.

Como já foi referido, a CIM do Cávado, constituída pelos municípios de Braga, Barcelos, Esposende, Vila Verde, Amares e Terras do Bouro, assinaram com a entidade nacional o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial onde constam todos os projectos susceptíveis de candidaturas ao quadro no âmbito da CIM Cávado para um total de investimento nos 6 municípios em cerca de 49,5 milhões de euros até 2020, mas com cerca de 13 milhões a ser geridos por entidades externas aos municípios, o que traduz apenas um investimento efectivo nos municípios de participação FEDER em cerca de 36,5 milhões, quando no quadro anterior (QREN) o valor da participação FEDER no âmbito da CIM foi de 54,5 milhões de euros.

As medidas previstas na assinatura do citado Pacto serão inscritas no PPI e corresponderão a um montante de cerca de 10 milhões de euros até 2020, mas apenas será utilizada uma verba estimada em cerca de 50% daquele valor em obras ou projectos de grande interesse para o nosso concelho. A regeneração urbana fica de fora deste programa, por opção das autoridades nacionais.

Aliás, uma grande parte dos projectos são de natureza imaterial. A despesa mais relevante em infra - estruturas será aquela que vai ser investida na rede escolar e que constarão no PPI que faz parte integrante deste documento.

Adicionalmente, e ainda no âmbito do Quadro "Portugal 2020", existe nos regulamentos dos PO Regionais um instrumento susceptível de candidaturas para as



ciudades de primeiro nível onde se inclui Barcelos, onde é possível incluir projectos não previstos no Pacto assinado na CIM.

É o chamado PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), para o qual o Município de Barcelos apresentou em devido tempo os seus projectos, que serão inscritos no PPI através das acções realizáveis/elegíveis que constam na candidatura.

Porém, este mecanismo deverá ter fortes restrições na sua dotação – menos de 400 milhões de euros para toda a região Norte do país, em que só a área metropolitana do Porto abarcará muito previsivelmente grande parte da dotação. Ao Município de Barcelos coube fazer o seu trabalho, tendo apresentado a sua candidatura no prazo fixado pela autoridade gestora. Disso será dado o relevo indispensável na rubrica de projectos candidatados.

No PPI, também constarão as obras em curso ou a iniciar muito brevemente com execução em 2016 e cujo financiamento é da responsabilidade do executivo municipal com recurso a receitas próprias.

3.3-OBRAS A INICIAR OU EM CONCLUSÃO

- Adjudicação da Beneficiação do CM 1115 entre Faria e Milhazes já com o concurso público em fase de apreciação das propostas pelo júri do concurso;
- Adjudicação do arruamento de ligação da Rua D. Afonso à Rua St.ª Marta já em fase de concurso público na plataforma;
- Adjudicação da Requalificação das Ruas Padre Alfredo da Rocha Martins, Campo 25 de Abril e Rua Dr. Francisco Torres na fase de abertura das propostas pelo júri do concurso;
- Adjudicação dos acessos ao IPCA pela via rápida. Análise das propostas pelo júri do concurso;
- Adjudicada a empreitada do acesso pedonal ao IPCA pela Quinta do Patarro.

3.4- PROJECTOS COM CANDIDATURA EFECTUADA NO ÂMBITO DO PEDU- “PORTUGAL 2020”

- Acesso à central de camionagem;
- Ligação da Rotunda do Andorinhas à EN 305;
- Construção do Nó de St.ª Eugénia;



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

- Ecovia do Cávado com projecto elaborado no âmbito da CIM;
- Requalificação Urb. Zona envolvente Paços dos Condes e a Matriz;
- Acesso À Central de Camionagem;
- Reabilitação da Ponte Medieval;
- Reabilitação da Casa Conde Vilas Boas;
- Reabilitação do Mercado Municipal;
- Reabilitação do Parque da Cidade e do Pavilhão;
- Reabilitação da Av. Combatentes da Grande Guerra;
- Reabilitação do Campo de S. José;
- Reabilitação da Escola Gonçalo Pereira;
- Reabilitação da Casa Ascensão Correia;
- Reabilitação do antigo Edifício da EDP;
- Reabilitação do Edifício Paços do Concelho;
- Reabilitação da Casa do Rio;
- Reabilitação da Rua D. António Barroso (Rua Direita);
- Reabilitação da Alameda – Av. da Liberdade;
- Reabilitação da Zona Ribeirinha;
- Reabilitação do Largo José Novais;
- Reabilitação do Edifício Contíguo ao Posto do Turismo;
- Parque de estacionamento de apoio ao Mercado Municipal;
- Outros constantes no PPI mas de menor dimensão;
- Múltiplas ciclovias inscritas no PPI;
- Bairro do IRHU; Fundação Salazar; Reversão da Escola 1º de Maio; Bairro da Misericórdia.

Handwritten notes in blue ink:
- A large blue circle around the first two items of the list.
- A large blue signature or scribble on the right side of the page, partially overlapping the list items.



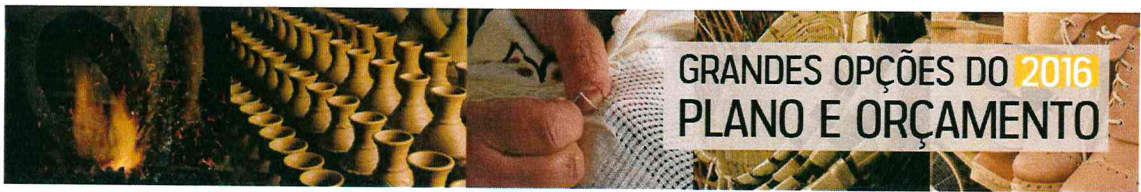
Nota: esta candidatura faz parte do PEDU de Barcelos e foi desenvolvida em 3 áreas de intervenção: Regeneração Urbana – 30,4 Milhões; Mobilidade Urbana – 10,6 Milhões; Bairros Sociais – 1,1 Milhões de euros.

3.5- PROJECTOS A CANDIDATAR E COM FINANCIAMENTO APROVADO NO ÂMBITO DA CIM – CÁVADO.

- Centro Escolar da Várzea;
- Construção do Polidesportivo de Fragoso;

Reabilitação de diversas escolas constantes no PPI:

- Roriz;
- Martim;
- Pousa;
- Gual;
- Carapeços;
- Perelhal;
- Galegos St. Maria;
- Galegos S. Martinho;
- Abade do Neiva;
- Milhazes;
- Cambeses;
- Moure;
- Remelhe;
- Aldão;
- Macieira de Rates;
- Cristelo;
- Silva.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

3.6- PROJECTOS A REAVALIAR E ALTERAR PARA CONSTRUÇÃO COM FINANCIAMENTO MUNICIPAL.

- Projecto de Repavimentação da estrada que liga Barcelinhos a Remelhe.

3.7-PROJECTOS EM DESENVOLVIMENTO PARA CANDIDATAR

- Recuperação da casa Rosa Ramalho;
- Projecto de recuperação da fonte cibernética;
- Prevemos ainda a requalificação de outros projectos constantes no PPI.
- Quanto às Empresas Municipais, a EMD foi dissolvida estando em fase de liquidação final. Todos os activos e passivos, incluindo pessoal, foram integrados no município; quanto à EMEC continuará a sua actividade mais vocacionada para a gestão da ETG, atendendo à publicação da Lei 69/2015 que permite que o seu funcionamento cumpra os critérios económicos e financeiros previstos na presente Lei recentemente publicada.

4- ESTATUTO DE DIREITO DE OPOSIÇÃO

Como atrás foi referido, o PS é defensor da institucionalização do orçamento participativo. Porém, devido às fortes restrições orçamentais e à consolidação das contas municipais por um lado e à incerteza na arrecadação de receitas por outro, o município tem auscultado os partidos políticos e outras organizações com assento na Assembleia Municipal para apresentarem propostas previamente ao fecho do orçamento e GOP's.

Nesse sentido, este executivo acolhe e partilha algumas propostas porque no contexto actual há preocupações que são transversais.

SUGESTÕES DO PS

Considerando que o presente orçamento e as GOP para 2016 traduzem o compromisso do PS plasmado no seu programa eleitoral e validado no sufrágio eleitoral de Outubro de 2013 dando ao PS uma maioria absoluta para gerir os destinos dos barcelenses até 2017, o PS não apresente quaisquer propostas adicionais por considerar que se revê na elaboração deste documento previsional de gestão em todas as suas dimensões e ao mesmo tempo traduzem as expectativas



SUGESTÕES DO PSD

1. Ação Social

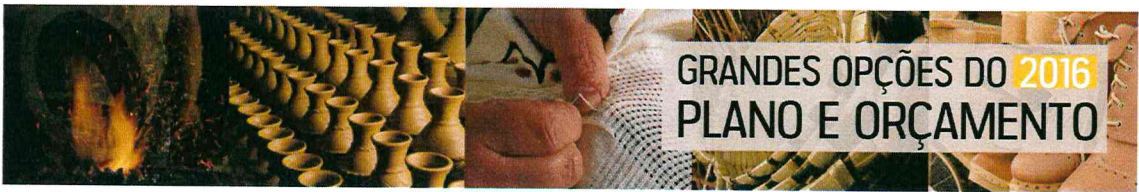
- 1.1 Pagar a frequência de Creche às crianças do escalão 1 da segurança social
- 1.2 Baixar a taxa do IMI geral e o IMI familiar
- 1.3 Baixar a participação do Município no IRS das famílias
- 1.4 Para as Famílias de baixos rendimentos e Jovens, comparticipar na renda de casa, na construção de habitação própria, nas ligações de água e saneamento, na limpeza de fossas e outras
- 1.5 Atribuir bolsas de estudo a estudantes do ensino superior

2. Educação

- 2.1. Requalificar e/ou ampliar Escolas do 1º ciclo do ensino básico e jardim-de-infância da rede pública
- 2.2. Redefinir Agrupamentos de Escolas em função da reorganização administrativa das Freguesias

3. Freguesias

- 3.1. Continuar o protocolo com as Freguesias, o denominado Protocolo 200%, transferindo meios financeiros equivalentes a 2 FEF, para a execução de competências em diferentes áreas, de gestão, conservação e manutenção
- 3.2. Atribuir um 3º FEF a cada Freguesia para o financiamento de obras de investimento executado pelas Juntas de Freguesia
- 3.3. Ampliar e requalificar cemitérios, nomeadamente o de Negreiros totalmente saturado
- 3.4. Construir casas mortuárias, nomeadamente a de Panque já iniciada
- 3.5. Apoiar a construção e/ou requalificação de sedes de Junta de Freguesia
- 3.6. Ceder Escolas básicas devolutas às Juntas, sob a forma de contratos de comodato ou outro, para o desenvolvimento de atividades de interesse público nas Freguesias



3.7. Apoiar a instalação de Espaços Cidadão nas Freguesias

4. Associações

4.1. Aprovar um Regulamento Municipal de Financiamento das Associações de Barcelos, estabelecendo diferentes escalões de financiamento, conforme a relevância e o interesse público de cada uma das atividades desenvolvidas por cada Associação, respeitando os Contratos e Protocolos que se encontrem em vigor.

5. Infraestruturas viárias

- 5.1. Construir a ligação do nó de Santa Eugénia à A11
- 5.2. Construir o acesso à central rodoviária e a ligação à estação CP
- 5.3. Requalificar as diversas estradas municipais que se encontram degradadas
- 5.4. Concluir a circular urbana desde a rotunda do Andorinhas à EN 306
- 5.5. Eliminar as passagens de nível ferroviárias de Arcozelo e outras

6. O Hospital

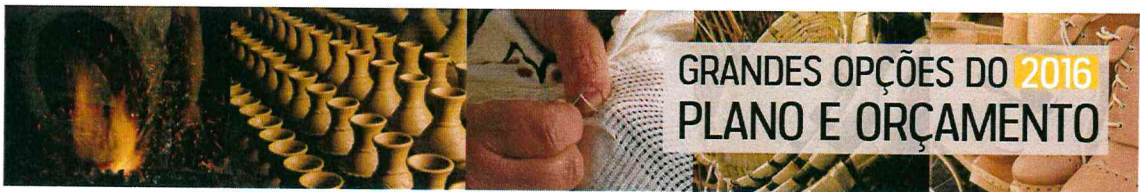
Adquirir os terrenos para o novo Hospital, nos termos do protocolo assinado entre a Câmara Municipal e o Ministério da Saúde em 2009 para a construção do novo hospital.

7. O IPCA

Construir os acessos rodoviários e pedonais ao Campus de Vila Frescaíña S. Martinho.

8. O Rio Cávado

8.1. Construir a Ecovia do Cávado promovida e em parceria com a CIM Cávado para ligação dos seis concelhos do Cávado, entre o litoral de Esposende e Terras do Bouro



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

- 8.2. Beneficiar e reconstruir os açudes existentes, adequados à prática desportiva
- 8.3. Beneficiar e embelezar as margens do Rio Cávado e construir infraestruturas e equipamentos de apoio ao desenvolvimento de atividades

9. A água e o saneamento básico

- 9.1. Concluir a rede de distribuição de água no concelho
- 9.2. Construir redes de saneamento básico e ETAR's no concelho
- 9.3. Promover a ligação das redes de saneamento já construídas

10. As atividades económicas e emprego

- 10.1. Criar medidas para a captação e desenvolvimento de projetos de investimento nas áreas da indústria, comércio, agricultura e serviços
- 10.2. Implementar programas para o fomento do emprego
- 10.3. Valorizar e melhorar a Feira semanal

11. Turismo

- 11.1. Construir passeios e travessias nas estradas para salvaguardar a segurança dos caminheiros utentes dos Caminhos de S. Tiago
- 11.2. Promover a criação de parques de estacionamento
- 11.3. Criar um parque de estacionamento de auto-caravanas com as necessárias condições de higiene e segurança
- 11.4. Diligenciar pela paragem do comboio Celta na Estação de Barcelos
- 11.5. Potenciar o crescimento exponencial do Turismo Religioso no norte do país

12. A Agricultura

- 12.1. Isentar de pagamento de taxas a legalização de explorações pecuárias



- 12.2. Isentar de pagamento de taxas o licenciamento da construção de novas instalações agrícolas

13. Mercado Municipal

Requalificar o Mercado Municipal para beneficiar a atividade económica e a vida de produtores agrícolas, artesãos, comerciantes, cidadãos, visitantes e turistas.

14. Equipamentos desportivos

- 14.1. Concluir o Parque de Jogos de Rio Covo Santa Eulália
- 14.2. Promover a abertura do Pavilhão de Adães
- 14.3. Resolver o problema do campo de jogos do Andorinhas
- 14.4. Requalificar equipamentos desportivos

15. Cultura

- 15.1. Promover uma programação mais vasta para o Teatro Gil Vicente
- 15.2. Reabilitar o Castelo de Faria

16. A Juventude

Criar e instalar o Conselho Municipal de Juventude para aprovar medidas nas áreas da educação, formação, emprego, tempos livres e outras, com maior eficácia, coordenação e representatividade.

17. Recursos humanos

Valorizar e dignificar os recursos humanos do quadro de pessoal do Município.



18. Urbanismo

Fomentar e promover a reabilitação urbana.

Miguel

19. Orçamento participativo

Implementar a prática do orçamento participativo, para motivar os Barcelenses à participação no desenvolvimento coletivo do concelho de Barcelos e estabelecer um verdadeiro espírito de cidadania.

Flora
de
Am
cu

SUGESTÕES DO CDS/PP

Em nossa análise o próximo orçamento municipal, deve ser um orçamento de cariz social, apoiando os mais desfavorecidos (idosos, crianças, desempregados), rigoroso na redução das despesas e promover o investimento e o desenvolvimento económico do concelho através de uma política voltada para um melhor aproveitamento do que o concelho já possui, como seja: cultura, agricultura, artesanato, indústria têxtil, turismo, ambiente, educação e capital humano. Deve ainda potenciar a atratividade em termos fiscais e burocráticos para novas empresas, vocacionadas sobretudo para as novas tecnologias que ajudem a diminuir o desemprego jovem. A responsabilidade do orçamento é do executivo PS pelo que nos limitaremos a apresentar algumas propostas gerais.

POLÍTICA FISCAL

A via fiscal é o mais poderoso estímulo ao crescimento da economia e por isso mesmo a Câmara Municipal deve ser ao mesmo tempo financeiramente exigente, economicamente estimulante, socialmente justa e, cívica e eticamente, responsabilizadora.

Se é um facto que não houve aumento de taxas desde 2010, também é um facto que não houve diminuição. Numa altura de grande concorrência em termos de atratividade de investimento, Barcelos deveria ter sido e terá de ser muito mais agressivo.

Deverá fomentar-se uma exigência financeira que significa não apenas a contenção quantitativa dos gastos públicos, mas também a avaliação permanente da qualidade da despesa medida pela sua necessidade, justiça e eficácia, baseada em critérios que ultrapassem a simples proximidade política.



AGRICULTURA

- Criar no perímetro urbano espaço para “hortas comunitárias”.
- Apoiar os agricultores em ações de formação de reciclagem e introdução novos tipos de culturas ou modos de produção.
- Apoiar os produtores de leite contribuindo para a diminuição dos custos de produção através da diminuição ou isenção de algumas taxas e impostos.
- Exigir” nos licenciamentos de hipermercados a presença de uma quota de produtos produzidos no concelho.
- Organizar uma grande feira anual de Agricultura.

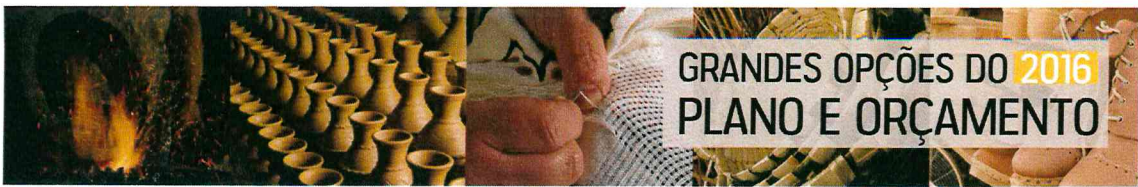
POLÍTICA SOCIAL

- Apoiar, sem privilégios ou discriminações, as Instituições que no terreno conhecem melhor a realidade e são reconhecidas no seu trabalho social.
- Oferecer os manuais escolares apenas às famílias necessitadas para poder alargar o apoio a todo o ensino obrigatório.
- Apoiar IPSS na reabilitação ou construção de instalações numa percentagem a fixar para todos de acordo com os custos orçamentados.

IDOSOS

- Comissão de Proteção do idoso
- Cartão Municipal do Idoso, documento que tem como finalidade minimizar algumas situações de carência económica de agregados familiares proporcionando-lhes um conjunto variado de serviços públicos e privados do concelho e apoio nos medicamentos comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, apoio em mão de obra camarária nas pequenas reparações domésticas e descontos em eventos e serviços promovidos pelo município.

FAMÍLIAS



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

- Criação do bilhete de família, com especiais descontos para famílias numerosas, no acesso a serviços e eventos públicos ou participados pela Câmara Municipal.
- Introdução do quociente familiar no cálculo das taxas e impostos municipais.

EDUCAÇÃO

- Devem ser criadas melhores condições nas escolas do primeiro ciclo, centros escolares e outro tipo de construções escolares, como: - Isolar as infiltrações de humidades e água nos edifícios
- Equipar as escolas com meios tecnológicos como computadores e projetores multimédia ou quadros interativos.
- Possibilitar às crianças brincar em recreios condignos
- Manter os edifícios em bom estado de conservação.
- Reconhecer publicamente os melhores alunos de cada ciclo
- Valorizar o Conselho Municipal de Educação
- Apoiar e aproveitar o Ensino Superior para revitalização do Centro Histórico, inovação e competitividade das empresas e artesanato.

MOBILIDADE E TRANSPORTES

- Implementar as conclusões do Projeto RAMPA.
- Melhorar os transportes escolares, fazendo, por exemplo, que se desloquem à Escola Secundária de Barcelinhos, não obrigando os alunos a irem da Escola Rosa Ramalho a pé até à Secundária.
- Concluir a Circular Rodoviária (Nó de Sta Eugénia e nó de Vila Boa)
- Acessos à Central de Camionagem
- Acessos ao IPCA(pedonal e rodoviário)
- Conservação das vias de comunicação, como caminhos e estradas, já amplamente divulgados.



- No que refere ao trânsito da cidade devem ser preservadas as vias que existem com duas vias para cada lado, como a Avenida de S. José e a Rua da Olivença, não permitindo o estacionamento a veículos.
- Arranjo de passeios, rebaixamento de passeios, supressão de barreiras arquitetónicas, rampas do estacionamento de pessoas com mobilidade condicionada para os passeios
- Iluminação passadeiras (já prometida há muito).
- Supressão passagens de nível
- Melhorar oferta ferroviária a Barcelos, designadamente pela integração da ligação Barcelos-Porto no serviço CP Urbanos, já que a Câmara não conseguiu a paragem do Celta (Porto- Vigo)
- Sinalética para chegar à cidade e dentro da cidade (por exemplo quem vem da autoestrada).
- Fazer passeio na estrada para a Franqueira

DESPESA

De forma a reduzir a despesa, propomos o seguinte:

- Estabelecer critérios adequados, objetivos e transparentes na atribuição de subsídios concedidos pelo município às diversas entidades, uma reivindicação também do PS enquanto oposição.
- Tentar renegociar as Parcerias Público-Privadas e a concessão da água de forma a poder diminuir a despesa e o impacto financeiro que uma eventual condenação do Município vai causar nas próximas décadas.
- Reduzir nos assessores do executivo e nos serviços contratados que não tragam mais-valia dos serviços prestados.
- Redução despesas em publicidade
- Redução em assessorias externas



CULTURA, TURISMO E LAZER

- Promover a divulgação e apoiar as instituições culturais do concelho, privilegiando as programações com mais qualidade.
- Promover o património cultural, religioso, paisagístico e urbano do município, com circuitos bem sinalizados e publicitados.
- Promover mais o turismo rural, ajudando na sua divulgação e captando turistas e receitas para o concelho.
- Maior aposta nos Caminhos de Santiago, disponibilizando uma maior informação sobre o concelho e criação com as Juntas de Freguesia de locais onde os peregrinos possam descansar ou alimentar-se durante o caminho (entre albergues). Passeio na freguesia de Pedra Furada. Passeio em Aborim após o Albergue de Tamel S.Pedro Fins. Passadeira em Balugães no atravessamento da estrada 308. Retomar ocasionalmente a passagem pela barca até à Fonte de Baixo.
- Fazer em cooperação com a Câmara de Braga o caminho para S. Bento da Porta Aberta.
- Criação de circuitos turísticos temáticos
- “Oficializar” com condições para o efeito o Parque de Auto-caravanas que informalmente já funciona junto às Piscinas.
- Promover os Artistas Barcelenses, dando oportunidades a novos talentos, atribuindo bolsas de apoio a jovens artistas, ainda em início de carreira, com o objetivo de divulgar os seus trabalhos, nas mais diversas áreas .
- Fazer a recriação de uma feira semanal nos moldes das antigas feiras.

NATALIDADE

- Apesar de sermos um concelho jovem, temos vindo a sentir muito rapidamente a diminuição de nascimentos, como se pode comprovar no número de alunos que frequenta as nossas escolas.
- Ajudar nas despesas com os recém nascidos de forma a que mais gente possa nascer no concelho e mais casais jovens escolham Barcelos para constituir família
- Cartão Municipal Famílias Numerosas(3 ou mais filhos) com descontos nos serviços proporcionados pelo Município.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

- Oferecer um valor determinado por cada nascimento no concelho de Barcelos.
- Beneficiar casais jovens em termos de taxas ou impostos municipais.

URBANISMO

- Criar um programa de rentabilização de infraestruturas desaproveitadas em favor da comunidade (ex.: escolas abandonadas, espaços devolutos, etc)
- Construção de um novo Mercado Municipal, multifuncional, visto que o actual não reúne condições de salubridade e na
- Construção de casas de banho públicas espalhadas pela cidade

RIO

- Dar efetivamente particular atenção ao Cávado de forma a devolvê-lo à cidade e Barcelinhos e também ao Rio Neiva, procurando mesmo a sua elegibilidade como área protegida.
- O aproveitamento das margens para zona de lazer tem de ser uma forma de chamar as pessoas a viverem o Rio, assumindo como prioritária a colocação de zonas pedonais nas margens. Barcelos tem no Rio um grande potencial que pode ser uma mais valia na economia Barcelense. É urgente Barcelos dar vida ao Rio para o Rio dar vida a Barcelos.
- Limpeza do rio.
- Dotar frente fluvial de infra-estruturas de lazer, sanitárias.
- Dinamização desportiva e cultural do rio e da frente ribeirinha (assumir ou condicionar a recepção final da obra e devolvê-la aos barcelenses)
- Reabilitação açude de Mereces

JUVENTUDE

- Criação do Conselho Municipal da Juventude (com qualquer nome que lhe queiram dar, como forma de fomentar participação e cidadania).



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

PARTICIPAÇÃO

Criar as condições (ou pelo menos dizer quais são) para se implementar o orçamento participativo (promessa antiga e que não demora muito a que seja Barcelos o único município onde se não faz).

CONCLUSÃO

Estas são algumas propostas do CDS que, entre muitas outras, na nossa opinião, poderão contribuir para a dinamização económica do nosso concelho, através da criação de riqueza, combate ao desemprego e aumento do bem-estar social.

SUGESTÕES DO BE

As propostas que seguidamente se apresentam para o Plano de Actividades e Orçamento de 2016, mesmo tendo em atenção os constrangimentos financeiros impostos por um governo que sangrou os municípios, têm como especial referencia a calamitosa realidade socioeconómica das famílias barcelenses e como tal ter respostas objetivas e concretas. Nesse sentido reafirmamos um conjunto de propostas sempre presentes nas intenções do BE, asseverando princípios básicos que defendemos com vista a uma democracia local mais participada e mais próxima dos cidadãos.

1. Propostas com vista a uma maior participação popular nas decisões dos órgãos autárquicos e para o reforço da cidadania na sociedade de informação e do conhecimento

Sempre defendemos que o Plano e Orçamento devem ser regidos por princípios democráticos, de envolvimento e participação de todos quantos queiram colaborar e não apenas um instrumento das opções políticas de quem governa.

Sempre defendemos que o Plano e Orçamento devem ser demonstrativos da atenção que os governantes têm por todas as reais necessidades e anseios dos cidadãos do concelho.

Sempre defendemos que o Plano e Orçamento devam ser instrumentos de desenvolvimento e de aposta no investimento e na valorização das pessoas e do concelho.

Por isso mesmo, sempre defendemos a institucionalização do **Orçamento Participativo**, em que a decisão política de intervenção no espaço, a definição de



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

prioridades infra-estruturais e a aplicação dos fundos públicos, passe por um processo de debates temáticos e territoriais, onde devam participar todas as associações concelhias e todos os cidadãos interessados em contribuir com as suas opiniões para a resolução dos problemas de Barcelos.

– Assim, propomos que o executivo camarário inicie o processo institucional do **Orçamento Participativo** no concelho apresentando uma proposta de metodologia e objetivos para discussão e aprovação na AM. Por outro lado também consideramos que compete à edilidade assegurar a criação de meios que permitam a informação, execução, monitorização e avaliação de todos os mecanismos de procedimento. É uma questão de vontade política e de concordância com a medida. Para o nosso concelho, atendendo a que esta medida fazia parte do programa eleitoral do PS, é também uma exigência do cumprimento de promessa adiada desde a tomada de posse da edilidade majoritária em 2009. Aliás, o executivo camarário, para além de institucionalizar o processo no OM deveria estimular as freguesias a fazerem o mesmo nos respetivos orçamentos.

– Considerando que todos os cidadãos devem estar no centro das políticas para a sociedade, o Bloco de Esquerda propõe o **acesso livre a uma rede Wireless**, que aproxime a cidade e as suas iniciativas aos cidadãos.

– Institucionalização da figura do **Provedor do Município** que para além de ter o contacto directo com os cidadãos e ser o receptáculo das suas reivindicações, funcionaria como um promotor de iniciativas de proximidade e de ligação às pessoas e aos locais.

2. Propostas para o reforço da intervenção municipal no domínio da ação social e no combate á pobreza

O Plano de Atividades de 2016 deve ter em conta a forte recessão que o país atravessa, resultado das gravosas medidas de austeridade implementadas pelo governo, que insistiu na austeridade até chegar ao empobrecimento generalizado.

Considerando que o poder autárquico tem a responsabilidade política de estar atento aos iminentes conflitos sociais gerados por estas situações e tem de saber atuar por prevenção criando alternativas locais capazes de responder aos nefastos efeitos do desemprego, da precariedade laboral e dos fortes cortes salariais, o Bloco de Esquerda, propõe:

– **Consumo Mínimo Garantido de Água** para famílias sem capacidade financeira para aceder a este bem essencial, um direito natural que deve ser assegurado pela autarquia, mediante análise das diversas situações.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

São cerca de 500 cortes por ano, e este apoio não implica um elevado custo para o município.

– **IMI** – Como imposto social que deve ser equacionado, o IMI deve contemplar situações diferenciadas. Na última AM foi aprovada a resposta de benefício para as famílias com filhos com redução do imposto em 10, 15 ou 20% conforme o agregado familiar contemple 1, 2, 3 ou mais descendentes. Concordamos com esta medida, mesmo que possa corresponder a alguma injustiça económico-social dado que não atende aos rendimentos familiares, mas consideramos que se pode ir mais longe na vertente social que o IMI permite. Assim defendemos que a taxa a aplicar seja a do valor mínimo (0,3%) e que se apliquem majorações, nomeadamente em prédios devolutos sobre os quais não haja vontade de recuperação e reabilitação urbana, e que se delimitem áreas de residência ocupadas por populações economicamente carenciadas e/ou cujos moradores estejam em situação de desemprego, para aplicação de minorações e de alívio da carga fiscal

– A criação de um **Gabinete de Crise** que actue de imediato como uma espécie de “Unidade de Missão” capaz de agrupar sinergias locais que combatam no terreno os problemas económico-sociais decorrentes da crise, e que por outro lado tenha a incumbência de elaborar um plano de viabilização funcional de alternativas de emprego social e local. Do mesmo modo, uma especial atenção à pobreza infantil e a idosos em situação de carência financeira.

– A implementação das “**hortas familiares urbanas**” como forma de equilíbrio financeiro das famílias, de embelezamento paisagístico dos espaços, de aumento da superfície agrícola utilizada (SAU) e de combate ao isolamento de pessoas em situação psicossocial desgastada. Este tipo de hortas é hoje uma realidade em muitos concelhos e têm tido resultados económicos / sociais bastante satisfatórios.

– No conceito de uma cidade sustentável defendemos a fomentação e estímulo à prática da Agricultura Biológica e Orgânica, em particular o objectivo específico de criação de uma **Bolsa de Terras de produção Biológica / Gabinete Municipal de Apoio ao Agricultor**.

– A disponibilidade de espaço e o apoio logístico e formal para a criação de um **mercado de venda direta dos produtos agrícolas**, que para além de abastecimento público dos consumidores finais, também fossem estabelecidos protocolos com mini



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

e supermercados locais e cantinas escolares para a venda dos produtos agrícolas produzidos no concelho.

– **Recuperar o Mercado Municipal** com obras básicas que tornem este espaço apelativo e apetecível para os consumidores e com condições mínimas de trabalho para os vendedores.

– **No caso do comércio local**, pensamos que é prioritário incentivar a recuperação de espaços comerciais encerrados e muitos dos quais em degradação, através da contratualização com os proprietários de condições especiais de benefícios fiscais que permita arrendar esses espaços em melhores condições financeiras.

Abertura de lojas de venda e exibição do **artesanato local**, tornando a cidade de Barcelos um importante centro nacional e internacional de artesanato como um dos motores da economia local.

Como meio de intervenção social, propomos, também, as seguintes medidas de apoio e inserção:

– **Alargamento da oferta dos manuais escolares ao 2º e 3º ciclo**, nomeadamente para os alunos de famílias carenciadas.

– **Funcionamento de refeitórios sociais** em colaboração com as IPSS's do concelho, mas nunca numa perspetiva misericordiosa, tão ao jeito de algumas instituições.

– **Criação de um serviço de apoio à 3ª idade** como forma de acompanhamento de idosos doentes crónicos e idosos, vítimas de solidão e de falta de acompanhamento familiar.

– **Envelhecimento ativo e inclusivo**, numa perspetiva de direitos e nunca numa visão assistencialista ou misericordiosa, em que a qualidade de vida e a saúde física é um determinante para a política a desenvolver através de redes sociais de pertença e de apoio como satisfação de necessidades sociais, económicas e de integração dos idosos e da vantagem de mais-valia que estes representam.

Segundo as estatísticas, os idosos em Portugal são aproximadamente três milhões, alvo apetecível para o negócio da terceira idade que está a emergir. Por isso o BE propõe que, em conjunto com as associações, movimentos de cidadãos, centros de saúde e demais autoridades, se promovam políticas de apoio ao medicamento, apoio



à renda, às despesas com eletricidade, água e telefone e criar equipas de proximidade na ajuda às tarefas diárias dos idosos.

– **Devolução, pelo menos em parte, dos 5% de IRS cobrado no município que lhe são atribuídos pelo estado central.**

– **Apoiar os desempregados de longa duração** desenvolvendo sinergias em parceria com agentes da sociedade, nomeadamente (ETG, ACIB, Empresas Locais, Escolas, IPCA e UM), colocando a Formação Profissional centrada nas atividades económicas barcelenses; Artesanato local, Turismo, Têxtil, Agricultura, entre outras atividades e que tragam valor acrescentado ao concelho.

3. Propostas para o Turismo

– **Temática do Galo** – Lançamento de uma grande festa anual, com data fixa, que celebre o Galo de Barcelos enquanto ícone e símbolo da região e do país, e que o faça nas diversas vertentes que lhe estão associadas, seja no artesanato, na gastronomia, na arte, no turismo, e outras atividades, sendo de aproveitar as escolas e a criatividade dos alunos, para promover, por exemplo, um desfile, onde as crianças seriam participantes privilegiados.

– **Incentivar à criação do galo de espécie autóctone**, como produto de excelência desta região.

– Defendemos a criação de uma **DOP** (Denominação de origem protegida) para o **Melão Casca de Carvalho**, enquadrando este produto único reconhecido e verificado e de reputação tradicional.

– **Rota do Artesanato** como forma de promoção identitária da cultura e da arte popular e como rentabilidade da economia local. Nesse sentido propomos que se faça uma aposta de divulgação e promoção, nacional e internacional, que passe por visitas guiadas aos locais de produção, por uma explicação histórica e cultural da importância do artesanato barcelense, por Workshop's de revitalização de ofícios tradicionais do concelho.

– Aumentar a oferta hoteleira (guest house) promovendo a fixação temporária dos visitantes. Para isso, como competência autárquica, é fundamental criar meios de apoio financeiro junto dos proprietários dos edifícios, apoiando-os na reconstrução e requalificação dos mesmos.

– Criação de uma Estação de Serviço para Autocaravanas, na margem direita do Cávado junto às Piscinas Municipais (onde já se verifica a permanência habitual de autocaravanas) através da colocação de pontos de água e luz e depósito de limpeza



sanitária e águas residuais, fazendo com que este tipo crescente de turismo tenha apoio na nossa cidade e entre nos roteiros internacionais do autocaravanismo.

– Lançamos a iniciativa de Barcelos propor a feira semanal a Património Imaterial da Humanidade. Nesse sentido, deve a CMB a promover uma discussão sobre os efeitos práticos de tal candidatura e a diligenciar, junto das entidades competentes, os meios e mecanismos necessários para a sua execução.

– Em parceria com a ACIB e em paralelo com a iniciativa Moda Barcelos, institucionalizar a realização de uma exposição/ feira anual da indústria do concelho com especial relevo para a indústria têxtil como motor de desenvolvimento da economia local e responsável por uma percentagem significativa do emprego no concelho

4. Propostas para Ordenamento do Território

– **Requalificação e Revitalização do centro histórico** que incentive a reabilitação de prédios urbanos permitindo reaver a função residencial, especialmente aos jovens através do arrendamento, e recriar a funcionalidade lúdica, trazendo de volta os barcelenses ao espaço nobre da cidade.

– **Dinamizar as margens do rio Cávado com áreas de lazer.**

Devolver o rio aos barcelenses, criando para isso o arranjo da zonas baldias que o ladeiam, com estruturas, que possibilitem o desfrutar das suas margens, na prática de caminhada ou cicloturismo.

– O Bloco de Esquerda apresenta **um projeto de utilização do caminho ribeirinho na margem direita do Cávado**, desde as freguesias da Ucha até Perelhal. Neste sentido o BE encetou conversações com os Presidentes de Junta das referidas freguesias, que manifestaram total apoio a esta ideia. Para que tal possa ser uma realidade, e no cumprimento do estipulado na Lei 54/2005, artº 21 que determina que "...as margens estão sujeitas às servidões estabelecidas por lei, nomeadamente a uma servidão de uso público...", pretendemos que a Câmara Municipal, em concordância e colaboração com as Juntas de Freguesia, desbloqueei os impedimentos deste percurso e faça a limpeza deste espaço tornando-o transitável e fruído pelas populações. De uma forma simples e eficaz, sem grandes investimentos financeiros e sem colidir com outros projetos em curso, pretende-se voltar as pessoas para o rio tornando-as vigilantes do espaço envolvente.

– **Ligação das margens por uma ponte pedonal** na frente ribeirinha. Pensamos que é um trabalho viável e pouco oneroso e será um incentivo e uma mais-valia de encontro com o rio



- Lançamento de estudos de viabilidade para a criação dos Transportes Urbanos Coletivos
- Apelamos a que a Câmara Municipal utilize todos os meios legais e institucionais ao seu dispor para pressionar o Ministério da tutela e os Organismos responsáveis pela bacia hidrográfica, no sentido de se elaborar um exequível e eficiente **Plano de Despoluição do Cávado**.
- No mesmo sentido o BE também incita o Executivo camarário a promover um **plano de recuperação do rio** que passe pela sua limpeza, que preze e recupere os açudes, moinhos e outro património fluvial e valorize a fruição das margens e do areal
- **Criação de passeios e trilhos pedestres pelo concelho** de forma a criar uma ligação saudável, ecológica e económica entre as freguesias e a cidade, assim como a permitir o contacto direto com realidade morfo-funcional decorrente das nossas atividades.
- O volume de trânsito na EN205 (especialmente nas freguesias limítrofes da cidade) aumentou muito. Em Tamel S. Veríssimo, Manhente e Galegos Stª Maria e S. Martinho, é por demais evidente esta realidade. Recentemente acresceu ao intenso tráfego destas populosas e industrializadas freguesias, a instalação do conservatório de música em Tamel S. Veríssimo. De facto, os acessos àquela escola são muito deficientes, obrigando os carros a abrandar para entrar e sair da "estrada de acesso", provocando filas que facilmente atingem 1km de extensão. No PDM há uma estrada que une a rotunda do Andorinhas até ao limite de S. Veríssimo/Manhente. Impõe-se dar prioridade a essa construção, bem como construir passeios que permitam uma circulação pedonal de ligação à cidade.
- Estabelecer um efetivo **Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Concelho**, que não tenha a mesma inoperância que o Barcelos 2020, e que de forma a assertiva faça o diagnóstico das problemáticas e das prioridades de intervenção e defina as estratégias e apostas de potencialização dos recursos endógenos e que trace metas, linhas orientadoras e objetivos de desenvolvimento viáveis e exequíveis, lançando o concelho no panorama nacional e europeu.

5. Propostas na Área da Educação

Cada vez mais as escolas são confrontadas com problemas graves de aprendizagem e comportamento dos alunos e os recursos existente para intervirem nestas situações são cada vez menores. Esta situação tem levado as escolas a procurarem na comunidade apoios que as ajudem a gerir estes problemas preocupantes. Os apoios provêm muitas vezes de projetos com duração limitada no tempo, por isso consideramos que é preciso dar consistência à estrutura técnica de apoio aos



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

agrupamentos escolares do concelho, composta por psicólogos, terapeutas da fala, assistente sociais, mediador/animadores.

As escolas deparam-se com uma população heterogénea, da qual fazem parte turmas com excesso de alunos, turmas com mais do que um ano de escolaridade e juntando a tudo isto, os alunos com Dificuldade de Aprendizagem Específicas, os alunos com Hiperatividade e Défice de Atenção, os alunos com Necessidades Educativas Especiais, tendo em conta esta diversificada na constituição das turmas e a falta de resposta mais que é mais que evidente da parte do Ministério da Educação, nas respostas a estes alunos e na promoção da igualdade de oportunidades com que se comprometeu e subscreveu nos Tratados Europeus e com a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Neste momento estes alunos foram remetidos para o parente pobre da educação, porque a maioria não tem “voz”, foram remetidos para 2.º plano do Sistema educativo. As terapias de que tanto necessitam foram reduzidas drasticamente (Ministério da Educação em parceria com o Centro de Recursos para a Inclusão), passaram para a um serviço de faz de conta e ilusório. As Instituições parceiras do Ministério da Educação entram no jogo da hipocrisia destas políticas de faz de conta, porque podem perder apoios, tornam-se cúmplices da falta de serviços dignos e que respondam às reais necessidades destes alunos. Ao aceitarem fazê-lo sem os meios monetários e humanos adequados às reais necessidades dos alunos com NEE do concelho, prejudicam os alunos e enganam as famílias, porque os apoios em vez de serem semanais, passaram a ser quinzenais. Estes alunos necessitam destes apoios como do pão para a boca, para não agravar a sua situação, já por si comprometida:

– O Bloco de Esquerda propõe que a Câmara não abandone as respostas que tinha vindo a prestar a esta população e continue a proporcionar apoios de terapia de fala, psicologia aos alunos do concelho;

– Propomos ainda que a Câmara Municipal crie um departamento que proporcione os respetivos serviços de forma multidisciplinar aos alunos com NEE, proporcionando a todos uma verdadeira escola Inclusiva, que respeite a igualdade de oportunidades.

As Instituições funcionam de forma assistencialista e de conluio com os interesses pouco claros do Ministério da Educação.

– **Reformulação da rede de oferta dos cursos profissionais**, sendo que alguns deles deverão estar relacionados com o artesanato e atividades tradicionais – Etnografia / Etnologia. Este trabalho deve ser desenvolvido em consonância com as escolas e organismos do concelho que ministram cursos profissionais. Insere-se nesta reformulação a Escola de Tecnologia e Gestão de Barcelos (ETG) que poderia dar lugar a uma **Escola de Artes e Ofícios Tradicionais**



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

6. Propostas na Área da Cultura / Desporto

– Continuamos sem um projeto cultural para o Cineteatro Gil Vicente. Urge fazer uma discussão pública, numa perspetiva aberta e de plural participação de modo a que se faça deste local emblemático da cultura barcelenses um pólo dinamizador de ecléticas funções.

– Criação de um local de culto musical – por exemplo num pavilhão industrial desativado – onde as bandas barcelenses possam usar como ponto de contacto para ensaios. Esta estrutura também deve estar dotada de meios para possíveis gravações e espetáculos ao vivo. Contribuir para afirmação de Barcelos no centro do espaço musical jovem nacional.

– Realização de um Festival Literário, anual, que traga escritores à cidade, que tenha associado debates e workshops, e um prémio literário, como forma de potenciar o trabalho dos autores locais e a partilha de experiências.

– Incentivo ao trabalho articulado com escolas e associações culturais no sentido de sensibilizar crianças e jovens para as artes como forma de colmatar o insucesso escolar e o abandono, incentivando as escolas a promover dinâmicas que promovam o interesse e motivação dos alunos pelo artesanato como arte. O mesmo pode ser feito com o desporto.

– Incentivos económicos e apoio logístico a clubes, associações ou departamentos, que dinamizem a formação de jovens e a massificação da prática de diferentes modalidades desportivas, recreativas e/ou culturais, tendo como critério o número de atletas e/ou participantes envolvidos.

SUGESTÕES DO PCP

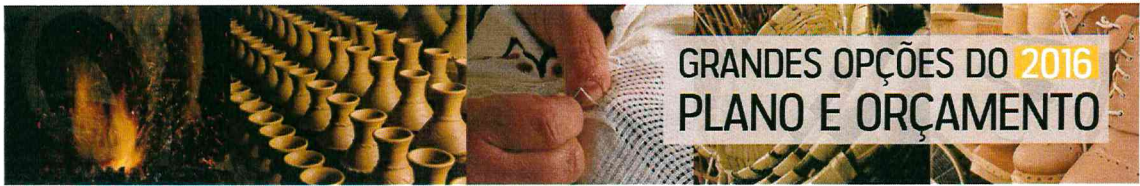
1. Defesa dos direitos dos trabalhadores
2. Definição de política de remunicipalização da distribuição de água e saneamento. Iniciar conversações com o Governo para o seu envolvimento na concretização da remunicipalização.
3. Requalificação da zona ribeirinha
 - 3.1. Recuperação dos açudes de Mereces, Ponte e Stº António de Vessadas
 - 3.2. Limpeza das margens do rio Cávado e criação de zonas de lazer. Recuperação do espaço da zona ribeirinha já existente e melhorar a sua envolvência com a zona urbana



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

- 3.3. Fomentar e iniciar parceria com Governo, Municípios, associações e outras entidades que tenha como objetivo a despoluição do rio Cávado e a prevenção e fiscalização de focos de poluição
- 3.4. - Construção de WC públicos na margem de Barcelos junto à Casa da Azenha
4. Definição de política de mobilidade
 - 4.1. - Requalificação da central camionagem e melhoria das condições de acesso
 - 4.2. - Conclusão do nó de Sta. Eugénia
 - 4.3. - Defesa do transporte ferroviário: exigência de classificação como zona suburbana e eliminação das passagens de nível
 - 4.4. - Criação dos Transportes Urbanos
5. Defesa dos serviços públicos seriamente afetados no Concelho
6. Defender o Hospital St^a Maria Maior: combater o encerramento de valências; exigir mais profissionais de saúde.
7. Exigir a construção do novo hospital e da extensão de saúde de Martim há anos prometidos aos Barcelenses
8. Exigir junto do Governo a construção da Residência Escolar e da Escola Superior de Tecnologia
9. Construção de recintos fechados para a prática de ginástica nos centros escolares
10. Aumento do apoio das bolsas de estudo em 50,00 € nos três escalões conforme estão previstos no Anexo I do regulamento
11. Aumento para 85% do IAS o acesso do apoio à renda alterando a alínea e do nº 1 Art. 6º do regulamento. Não é compreensível que um cidadão com rendimento de 85% do IAS tenha acesso a bolsa de estudo e não tenha acesso a apoio à renda quando se trata de direitos fundamentais consagrados na Constituição.
12. Apoio na aquisição de medicamentos para idosos e doentes crónicos com comprovada dificuldade económica. Elaboração de regulamento e dotação da respetiva verba orçamental.
13. Criação de taxas sociais

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.



14. Alargamento dos critérios de isenção de IMI (baixos rendimentos e prédios de reduzido valor) permitindo a isenção de IMI a famílias com dificuldade económica.

15. Reforço do apoio às diversas associações Barcelenses e fomentar o associativismo

16. Desenvolvimento de política ambiental. Elaboração de carta de princípios ambientais a divulgar em escolas e espaços públicos

17. Requalificação do Mercado Municipal e apoio aos produtores agrícolas do Concelho

18. Políticas de defesa do comércio local e das pequenas e médias empresas

SUGESTÕES DO MIB

Não apresentou proposta



5.- ACTIVIDADES SECTORIAIS

Não obstante as principais linhas orientadoras na elaboração deste documento estejam desenvolvidas nos mapas que demonstram a despesa afecta a cada actividade, apresentamos de seguida e de forma sucinta, as actividades sectoriais mais importantes a desenvolver em 2016.

5.1 CULTURA

O desenvolvimento de uma comunidade está intrinsecamente associado a um projecto cultural que deve privilegiar o conhecimento, a comunicação, a valorização do património, nos seus diversos tipos: património histórico, edificado, imaterial, móvel e ainda a literatura, a música, as artes plásticas, as artes performativas, tradições, etc. Daí ser fundamental o desenvolvimento de uma política cultural sólida e continuada, em que o Município tem vindo a apostar.

Em 2016, pretende-se continuar esse trabalho procurando envolver cada vez mais a população, as associações e pessoas individuais na dinâmica cultural do concelho, assumindo como missão o projeto imaterial de valorização da nossa identidade “SerCultura”. A dinamização dos vários equipamentos culturais do Município, nomeadamente, a Galeria Municipal de Arte, a Casa da Azenha, o Museu de Olaria e o Teatro Gil Vicente, assim como os sítios arqueológicos visitáveis, os monumentos classificados e o centro histórico da cidade, será um objetivo prioritário. O Pelouro da Cultura pretende, pois, dar a conhecer os referidos espaços culturais e patrimoniais de Barcelos, os artistas, os atores, os artesãos, os escritores, músicos, todos aqueles que na sua atividade diária, fazem cultura, valorizando, desta forma, o património nacional e a identidade cultural do seu povo, captando e formando novos públicos através de ações interdisciplinares.

No que diz respeito aos equipamentos culturais, temos que realçar a abertura Casa da Azenha/Help Point, equipamento que entrou recentemente em funcionamento com dois grandes objetivos:

- Help Point, um espaço plural onde os peregrinos do Caminho Português de Santiago encontram apoio e onde podem sentir Barcelos conhecendo a sua história, funcionando como uma porta para a cidade, enaltecendo-se a vocação jacobea do território e contribuindo-se para a melhoria de todos os aspetos relacionados com o bem-estar do peregrino e fruição no Caminho de Santiago que atravessa o nosso concelho;
- Dar a conhecer um importante espaço patrimonial da cidade, o engenho ancestral de moagem de cereais que estará em funcionamento, acessível ao público em geral, mas sobretudo para a comunidade escolar, que terá oportunidade de observar todo o



processo de um sistema pré-industrial de moagem, podendo para isso efetuar visitas guiadas e realizar workshops sobre o ciclo do pão.

A Galeria Municipal de Arte recebe anualmente diversas exposições de pintura e escultura de grandes artistas, nacionais, internacionais e barcelenses, como reflexo de uma aposta na educação cultural, na captação de novos públicos e numa procura contínua de melhoria da experiência de quem visita as exposições. Integrar e potenciar o conhecimento das artes plásticas e performativas nas suas várias expressões é o principal objetivo deste espaço cultural que este ano oferece aos grupos escolares a possibilidade de visitar as exposições acompanhados por um guia. Seguindo esse princípio, em 2016 espera-se a realização de ateliers com os artistas que irão expor na Galeria para um melhor entendimento do trabalho envolvido no processo criativo e para proporcionar às crianças verdadeiros momentos de aproximação às artes, estimulando as suas capacidades artísticas e potenciando talentos.

O Teatro Gil Vicente, o principal palco cultural da cidade, receberá espetáculos de teatro, música, poesia, dança e cinema, associados à inovação e à qualidade artística, promovendo a inclusão dos diversos agentes culturais do concelho, desde grupos de teatro, escolas de dança, associações a bandas de música. A agenda será, também em 2016, enriquecida por parcerias estratégicas com entidades internas e externas, por concertos ao ar livre no Largo Dr. Martins Lima, ciclos musicais com artistas barcelenses de mérito reconhecido internacionalmente e exposições diversas no espaço do Café Concerto. Este espaço será também aberto a iniciativas artísticas e culturais por forma a promover as artes e a escrita em encontros literários com o público.

O Museu de Olaria, outro equipamento de grande importância, quer ao nível cultural, quer turístico, é um espaço único no país, com uma coleção de cariz nacional em que o número de visitantes tem vindo a notar um grande crescimento. Pretende o Município valorizar a área pública do Museu de Olaria, com vista a dotar a área de exposição permanente de um projeto expositivo atual e de qualidade. Perante o acervo do museu, que atinge hoje as 9320 peças, é fundamental que sejam criadas condições para que este possa ser exposto de forma mais significativa e seja perceptível a verdadeira dimensão património cultural que constitui o artesanato de Barcelos. Também se pretende com este projeto dar visibilidade ao núcleo de peças dos países de expressão portuguesa, dando a conhecer esta componente importante do Museu de Olaria.

Para o ano letivo 2015/2016, o Museu de Olaria apresenta ainda um programa diversificado para a comunidade escolar, tendo como ponto de partida o contacto com a olaria, através das suas exposições, passando pelas oficinas com atividades práticas, pelas quais se pretende estimular a experimentação, a partilha de ideias e o convívio de grupo. As propostas apresentadas têm como finalidade motivar aprendizagens que valorizam a criatividade artística onde a Educação, a Cultura e a



Arte se complementam num objetivo comum de construção, conhecimento e expressão.

Ainda ao nível dos equipamentos, o Município de Barcelos candidatou-se a projetos comunitários para a beneficiação e implementação de novos espaços culturais na cidade com vista uma maior diversidade e qualidade dos serviços da cultura, tais como o Centro Cultural Conde Vilas Boas, o Centro de Memória e o Centro de Expressão pela Arte, entre outros.

A Arqueologia e o Património Histórico serão, em 2016, outra das grandes apostas do Pelouro da Cultura. O Município de Barcelos conta com mais de três centenas de sítios arqueológicos inventariados no seu espaço, com uma parte significativa deles em domínio público ou equiparado.

O Gabinete de Arqueologia e Património Histórico tem vindo a desenvolver um conjunto de atividades de índole cultural, pedagógica e de divulgação, ligadas à fruição do património histórico concelhio, destinadas às comunidades escolares e ao grande público.

Neste âmbito, incluem-se as comemorações de efemérides locais, as comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios e as Jornadas Europeias do Património; as visitas a sítios arqueológicos, dinamização de percursos temáticos de interpretação do Património, as exposições e a realização de atividades performativas junto a monumentos; integra-se, ainda, a conceção e produção de conteúdos para exposições temporárias e permanentes em articulação com os núcleos museológicos concelhios, e a dinamização e renovação das exposições patentes nos dois pisos da Casa da Azenha.

A constituição de uma rede concelhia de sítios arqueológicos pretende incrementar o número de visitas, pela melhoria do acesso e promoção da interpretação dos diferentes monumentos, apoiando com informação assente nas tecnologias da informação e na realidade aumentada, criando-se circuitos de visita locais e/ou articulados à rede, para melhoria do acesso ao património cultural concelhio.

As atividades neste âmbito contemplam, também, o expediente de classificação de um conjunto de sítios arqueológicos concelhios, caso do Mosteiro de Banho, em Vila Cova, das gravuras rupestres de Remelhe, das Minas Romanas de Ribadas, em Fonte Coberta, e da Lagoa Negra, em Barqueiros.

Na continuidade do trabalho desenvolvido pelo Município de Barcelos no estudo, inventário e consolidação dos conhecimentos sobre o património imaterial concelhio, está prevista a sistematização dos trabalhos de inventariação, com a execução de levantamentos no terreno, tendo em vista a recolha exaustiva das múltiplas manifestações de imaterialidade, nos suportes fotográfico, áudio, vídeo e escrito.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Desta forma, poderá o Município de Barcelos contribuir substancialmente para uma eventual candidatura da classificação do Caminho Português de Santiago a Património da Humanidade. O Caminho de Santiago é uma riqueza ímpar da nossa história pelo que é fundamental dar continuidade à estratégia de valorização e preservação que temos vindo a seguir, sem o desvirtuamento da sua natureza. O peregrino, a sua segurança e a essência da peregrinação, serão as grandes prioridades do trabalho envolvido na defesa deste valioso património imaterial.

A reabilitação da paisagem do Monte da Franqueira prevê a intervenção em diferentes espaços arquitetónicos, históricos e arqueológicos de qualidade ali existentes, assente num programa de gestão integrada, tendo em vista a sustentabilidade ecológica e patrimonial do Monte da Franqueira, através da reabilitação do Castelo de Faria, da melhoria das acessibilidades ao Castelo de Faria e Monte da Franqueira e a reabilitação do percurso das capelas do Calvário da Franqueira.

Em 2016, encerrar-se-ão as Comemorações dos 500 Anos do Foral Manuelino de Barcelos com a edição de um livro que reunirá os contributos dos oradores convidados que participaram nas diversas conferências temáticas realizadas ao longo de 2015. Da Caligrafia, das Artes e Literatura, Arquitetura, Milagre das Cruzes, Caminho Português de Santiago ao Municipalismo e Administração, este documento compilará testemunhos sobre Barcelos ao tempo do foral de D. Manuel I e assinalará, para memória futura, uma data histórica para o nosso concelho.

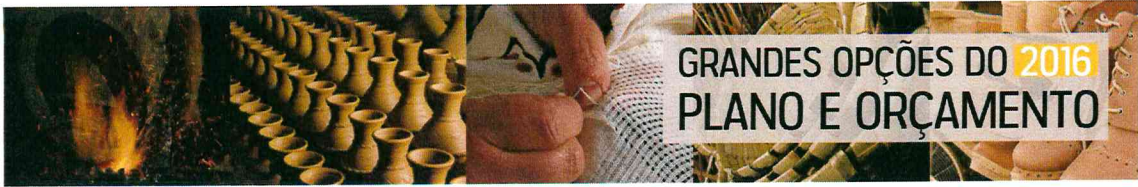
A Festa das Cruzes, a 34.^a edição da Feira do Livro e da Mostra de Artesanato e Cerâmica de Barcelos, o Dia da Cidade, Natal e Passagem de Ano, terão uma programação cuidadosamente selecionada, com escolhas de qualidade, de modo a potenciar o turismo e contribuir inequivocamente para o desenvolvimento social, cultural e económico do concelho.

Construir o futuro, abrindo portas ao conhecimento e projetando o património e a nossa identidade, é SerCultura!

5.2 EDUCAÇÃO

Barcelos “Cidade Educadora”, não é apenas o mero chapão associado ao projecto internacional das cidades educadoras, do qual Barcelos é parceiro, mas é de facto a grande missão e objetivo estratégico deste Município.

Assim a aposta em políticas educativas que promovam a igualdade de oportunidades, a inclusão social e uma escola pública de excelência, têm sido uma prioridade do Município de Barcelos, consubstanciado em alguns projetos e ações municipais que passamos a evidenciar:



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

No âmbito do apoio às escolas públicas do concelho e aos seus projetos educativos, a câmara Municipal continuará a assumir um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento projetos de carácter inovador que permitam aos alunos desenvolver competências como o pensamento criativo, crítico e científico. Estas atividades permitem simultaneamente o contacto com várias pessoas de referência em diversas áreas, motivando os alunos para as questões escolares e para a prossecução dos estudos. Alguns destes projetos têm, sido reconhecidos no panorama educativo nacional e internacional, tendo sido alvo de vários prémios. Referimos a título de exemplo o projeto da Rede de Pequenos Cientistas (Escola Secundária de Barcelos), o projeto de Robótica (Escola Secundária de Barcelinhos), os projetos mArte e Eco-Shel Marathon (Escola Secundária Alcaides de Faria) e o projetos da Rádio Escolar (Agrupamento Escolas Vale do Tamel). Todos estes projetos são o espelho de uma aposta numa escola pública de excelência. Ainda no domínio do apoio à escola pública a Câmara Municipal continuará a apoiar financeiramente no sentido de tornar possíveis diversas atividades tais como visitas de estudo, participação em programas de mobilidade europeus (ERASMUS) e edição de revistas escolares com qualidade, proporcionando uma grande diversidade de experiências aos alunos, potenciando o seu gosto pela leitura e escrita, mostrando à comunidade o que de melhor se faz na escola pública e apelando ao desenvolvimento de uma cidadania ativa entre os mesmos.

Aposta numa política de apoios psicoeducativo e psicossocial no 1º ciclo do ensino básico, disponibilizando uma equipa especializada de técnicos (psicólogos e terapeutas da fala, entre outros técnicos) que farão uma intervenção integrada na escola e na família. Esta intervenção permitirá trabalhar precocemente algumas questões do foro educativo, psicológico, emocional e psicossocial, numa lógica de prevenção primária.

Continuidade à política de oferta dos manuais escolares obrigatórios no 1º ciclo, a todos os alunos que frequentam escolas do concelho ou que residam no mesmo.

Acompanhando o impacto das novas tecnologias na escola e nas famílias, a CM de Barcelos apostará novamente na distribuição gratuita aos alunos do 2º e 4º ano, do manual digital com atividades para as Atividades de Enriquecimento Curricular de Inglês, assim como atividades lúdicas de consolidação às áreas disciplinares obrigatórias

Numa lógica de proporcionar igualdade de oportunidades a todos os alunos, a Câmara Municipal de Barcelos continuará a assumir os encargos financeiros decorrentes das questões de transporte de alunos em situação de carência económica, que frequentam o ensino secundário.

Será dada continuidade à política de parcerias com instituições do ensino superior que possam proporcionar à comunidade educativa barcelense um conjunto de atividades formativas e experiências no domínio científico. Esta ação será



consubstanciada através de uma acordo de parceria com a Escola de Ciências da Universidade do Minho, com o objetivo de alimentar nos jovens o gosto pelas ciências com abordagens complementares aos planos curriculares e motiva-los para a persecução dos estudos. Será ainda disponibilizada uma plataforma informática designada Mais Cidadania que resulta de uma parceria do Município com a Universidade do Minho e que tem como missão aumentar os níveis de cidadania participativa das crianças e jovens, através da implementação deste projeto nas escolas do 1º ciclo e da respetiva formação do pessoal docente.

O Município de Barcelos proporcionará, à semelhança dos anos transatos, aos alunos do ensino básico e secundário, a facilidade de participarem na experiência da Universidade Júnior (atividades de Verão na Universidade do Porto), através do transporte gratuito a todos os alunos que se queiram inscrever nesta atividade.

Será dada continuidade a uma política de forte aposta na dinamização da uma Rede de Bibliotecas Escolares descentralizada e com dinâmicas de trabalho bastante apelativas, proporcionado aos alunos atividades frequentes de incentivo à leitura e à escrita e o contacto com escritores de reconhecido mérito. Este trabalho revela-se fundamental para o desenvolvimento de algumas competências nos alunos, tem repercussões positivas no seu aproveitamento escolar e permite o acesso universal dos mesmos a dinâmica de ordem cultural.

Será dada continuidade a um projeto que tem sido um marca diferenciadoras da qualidade de ensino público barcelense e que diz respeito à disponibilização no início de cada ano letivo de, um caderno pedagógicos de atividades, onde os professores e associações de pais, encontram um elevado número de atividades gratuitas que promovem o enriquecimento curricular e pedagógico. As mesmas, apresentam repercussões positivas no combate ao abandono escolar, na promoção do sucesso académico e da criatividade e traduzindo-se assim numa motivação acrescida para os alunos e docentes;

O Município de Barcelos continuará a proporcionar formação creditada ao pessoal não decente da comunidade escolar, contribuindo assim para que estes profissionais estejam mais capacitados no desempenho da sua funções.

Uma medida fundamental de combate ao abandono escolar, traduz-se na dinamização de uma rede de oferta formativa diversificada, ajustada às preferências vocacionais dos jovens e ajustada às necessidades do mercado de trabalho. De modo a concretizar este objetivo o Município continuará a apostar numa lógica de trabalho em rede com as diferentes escolas, no sentido de oferecer uma oferta formativa diversificada, ajustada e complementar. Contudo é importante salientar que algumas das propostas resultantes deste trabalho concertado, têm sido seriamente postas em causa por políticas da administração central (Ministério de Educação), impondo uma rede de oferta formativa pouco ajustada à realidade do território.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Barcelos, dispõe de um parque escolar degradado a nível do 1º ciclo, tendo sido efectuado um grande esforço financeiro e de gestão da rede escolar, que permitiu construir 7 Centros Escolares de elevada qualidade. A comunidade reconhece os Centros escolares como uma mais-valia para a qualidade e o sucesso educativo.

Barcelos tem atualmente 61 freguesias, sendo que continuarão a ser desenvolvidos todos os esforços para que no âmbito dos novos apoios comunitário se proceda à requalificação do parque escolar, de modo a proporcionar condições de igualdade a toda a comunidade.

No domínio das políticas de apoio à família e com repercussões diretas nas aprendizagens e no contexto escolar, destacamos as parcerias com as instituições, associações de pais as juntas de freguesias, permitindo o fornecimento de pequenos-almoços gratuitos aos alunos que frequentam a rede pública do pré-escolar e do 1º ciclo e a dinamização das Atividades de Apoio e Animação à Família (AAAF).

“A biblioteca pública – porta de acesso local ao conhecimento – fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.

Deve apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis.”

Do Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas 1994

Numa Cidade Educadora, cidade inclusiva que promove o crescimento com equidade e procura que os cidadãos intervenham nos processos de decisão, a Biblioteca Pública assume um papel primordial no desenvolvimento da cidadania e na manutenção da sociedade democrática, tendo em vista um desenvolvimento humano harmonioso, nas suas dimensões de vida material e imaterial.

Fornecendo recursos e serviços em diferentes suportes, de modo a ir ao encontro das necessidades individuais ou coletivas, no domínio da educação, da informação, da cultura, mas também da recreação e do lazer, tem como missão promover a difusão do livro e da leitura e contribuir para a criação de hábitos de leitura.

No actual contexto de globalização de aprendizagens, de uma sociedade da informação e do conhecimento, fundamentada numa expectativa de criação de bem-estar social, onde as mudanças tecnológicas, a disseminação da informação e o rápido desenvolvimento digital são uma realidade, a Biblioteca Pública Municipal revela-se fundamental no combate à iliteracia e à difusão do Livro e da Leitura.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Nesse sentido, “Barcelos a Ler” continua a ser a sigla Municipal do Plano Nacional de Leitura, que visa constituir uma resposta aos níveis de iliteracia da população, nas diferentes faixas etárias.

Abrir novos horizontes, promovendo a expansão e a consolidação de hábitos de leitura é de primordial importância. O envolvimento efectivo da comunidade na promoção da leitura é fundamental para garantir a ocorrência de mudanças profundas e duradouras na sociedade.

Os projectos culturais e as atividades desenvolvidas ao longo do ano, pretendem criar um ambiente favorável em torno da leitura, dinamizando e motivando a comunidade para os diferentes tipos de leitura.

Só através de um trabalho sistemático e continuado, desenvolvido a longo prazo, será possível obter alterações substanciais na situação actual, caracterizada por baixos índices de leitura, significativamente inferiores à média europeia, quer na população adulta, quer na população escolar.

O presente Plano de Actividades contempla uma série de projectos para o público adulto e instituições e público escolar a desenvolver, neste último setor, pelo SABEbcl – Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares.

Tendo consciência da grave crise económica e financeira que o país atravessa, os nossos serviços têm desenvolvido imensas atividades, com pouco dinheiro.

De destacar, no âmbito dos projetos para o público escolar, as iniciativas ligadas às comemorações dos 100 anos da entrada de Portugal na 1ª Grande Guerra Mundial, no âmbito do Projeto Educativo/Barcelos Cidade Educadora, a Semana Concelhia da Leitura, o 6º Encontro de Bibliotecas Escolares, e a divulgação dos Cadernos Educativos “os Nossos Heróis”, dando-se a conhecer figuras barcelenses de destaque.

Tendo em vista aproximar a biblioteca dos cidadãos e criar novos públicos, renovamos o lançamento do projecto “À Conversa com...” que vai procurar trazer à Biblioteca Municipal, mensalmente, escritores de reconhecido mérito, tendo em vista aproximar o público ao universo da criação literária, estimulando e consolidando, de modo efectivo, os hábitos da leitura.

No mesmo sentido vai o projecto “Conversas na Praça”, isto é, a realização de tertúlias à volta de figuras ou de temas que tenham importância para a localidade.

Também a “Biblioteca Móvel”, equipada sobriamente com livros e alguns equipamentos na área da informática e dos audio-visuais, vai captar leitores e fomentar a leitura junto das populações mais afastadas do centro de Barcelos e de outras cidades, assumindo-se como um catalisador de vontades, um pólo de animação cultural.



Grande escolha

[Handwritten signatures]

De salientar ainda a ação de formação “Escrever para Ser” destinada a Bibliotecários, Professores, Educadores de Infância e Animadores Sócio-Culturais cujos objetivos são, entre outros: interligar a escrita e oralidade buscando o ritmo da escrita no ritmo da narração oral, entender a escrita e a ficção como quadro de construção do pensamento e motivar os outros a escrever páginas reais ou (re)inventadas.

Não esquecer ainda o projecto de animação sócio-cultural junto das IPSS, Lares, Centros de Dia, Escolas e Espaços Municipais.

Mas muitas outras atividades estão programadas, nomeadamente: Encontros com Escritores/Ilustradores, Lançamento de Livros, Hora do Conto, Sessões de Poesia, Espetáculos de Teatro, Exposições, Ateliês nas diferentes Artes, Clube de Leitura, Concursos de Leitura, Acções de Formação e Sessões de Cinema.

Irão ainda ser levadas a cabo outras iniciativas relacionadas com as Comemorações de Efemérides Culturais (Dia Mundial do Livro, Semana da Leitura, Dia Internacional do Livro Infantil, Dia Mundial do Teatro, Dia Mundial da Poesia, Dia Mundial do Ambiente, Dia de Portugal de Camões e das Comunidades Portuguesas), as Visitas Guiadas à Biblioteca Municipal de Barcelos e os diversos Espetáculos.

Não se deve esquecer ainda o projecto Ler+Dá Saúde, que tem vindo a ser desenvolvido nos serviços de saúde, bem como a Comunidade de Leitores, com a análise da obra e da vida de grandes escritores.

Iremos continuar o projecto intitulado “Ler+nas Freguesias” que pretende difundir a leitura e a literacia de uma forma descentralizada e regular em estreita proximidade/articulação com as comunidades locais, designadamente os Centros Sociais e Culturais.

Particular atenção irá continuar a ser dada ao projeto “Férias Divertidas” que ocupa as crianças e jovens nos seus períodos de férias.

5.3 JUVENTUDE

A Câmara Municipal de Barcelos pretende divulgar, apoiar, dinamizar e valorizar vários projetos dirigidos aos jovens do concelho, através do Pelouro da Juventude.

O Pelouro da Juventude leva a efeito diferentes projetos e atividades de carácter educativo, recreativo, social e cultural, através da Casa da Juventude, sendo este o centro de informação, formação, valorização e dinamização dos jovens do concelho.

A Casa da Juventude funciona das 9h30 às 18h00 de segunda-feira a sexta-feira.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Para o ano 2016, e tendo como base a estimulação e incentivo de uma vida ativa para os jovens, o Pelouro da Juventude, propõem-se concretizar os seguintes projetos e atividades:

❖ Cartão Barcelos Jovem

O Cartão Barcelos Jovem é um projeto permanente que está disponível para os jovens do concelho de Barcelos com idades entre os 12 e os 30 anos, assim como para as entidades aderentes ao Guia de Descontos.

O projeto oferece aos jovens do concelho vários descontos em produtos e serviços nas mais diversas áreas constantes de um Guia de Descontos disponível a toda a população através do site do Município.

❖ Programa de Ocupação de Tempos Livres – Férias Escolares

O Programa de Ocupação dos Tempos Livres desenvolve um vasto número de atividades de âmbito educativo, promovendo as capacidades criativas de crianças e jovens através das expressões artísticas (plástica, motora, dramática, entre outras), durante o período de Férias Escolares.

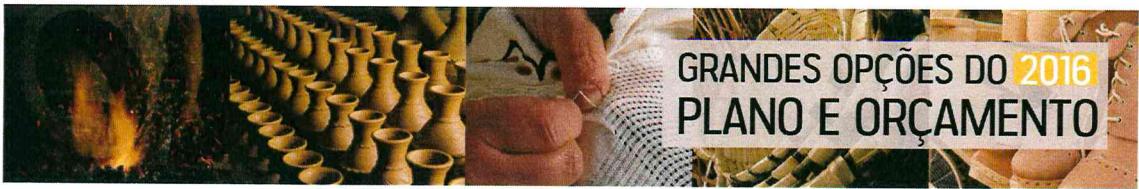
Tendo como base as várias temáticas festivas, pretende-se que as crianças e jovens adquiram novos conhecimentos e experiências através da partilha de saberes.

❖ Projeto Agarra-te à Vida

O projeto Agarra-te à Vida é um projeto permanente que pretende sensibilizar os jovens do concelho e comunidade em geral para temáticas como a Educação para a Saúde, Educação Sexual e Prevenção das Toxicodependências, prevenindo as violências e despertando interesse pelo bem comum da sociedade.

O projeto desenvolve, ao longo do ano, várias atividades:

- GES – Gabinete de Educação para a Saúde (Consultas de Psicologia e Nutrição)
- Sessões Educativas na área da Educação, na Prevenção das Toxicodependências e Educação Sexual
- Jornadas de Educação para a Saúde
- Programa de Luta Contra as Drogas



– Programa de Comportamentos de Risco

❖ Projeto Arte Jovem

O projeto Arte Jovem de Barcelos tem como objectivo dar oportunidade, aos mais jovens, de desenvolver e promover as suas capacidades artísticas, desenvolvendo o sentido crítico e o gosto pelas artes.

Através das áreas da Moda, Cinema, Fotografia, Poesia, Pintura, Desenho, Técnica Mista, Escultura, entre outras, os jovens tem oportunidade de expressão e afirmação de uma identidade artística.

❖ P.A. - Projeto Artístico

O P.A. - Projeto Artístico é um projeto cultural que promove os jovens com gosto pela música, dança, teatro, entre outros.

O projeto contempla várias atividades de âmbito cultural como: Festival da Canção, Festival de Dança, Encontro de Coros e Noite de Fados.

Oferece, ainda, a oportunidade e abertura à criação e implementação de novos projetos e atividades propostas na área das artes performativas e artísticas.

❖ Projeto Moda Barcelos

O projeto Moda Barcelos visa promover a atividade e criatividade da têxtil Barcelense no domínio empresarial, assim como dar oportunidade aos jovens manequins, estilistas, criadores, lojistas e outras dinâmicas capazes de impulsionar a têxtil Barcelense.

É um projeto inovador que permite a aprendizagem e enriquecimento dos jovens como gosto pela área da moda, impulsionando a indústria têxtil, os lojista e designers de moda do concelho.

❖ Festa da Juventude e Mostra Urbana

A Festa da Juventude e Mostra Urbana pretende a mobilização dos Jovens e de associações juvenis de forma a promover o convívio e troca de experiências entre eles.

M. José Pereira
se
ki
leu
B
an



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Com esta iniciativa pretende-se criar momentos de diversão através de espetáculos musicais, dança, dj's, estimulando os jovens e seus familiares à participação e dinamização de um concelho cada vez mais jovem.

❖ Às 3 pancadas

Dando continuidade à dinâmica dos projetos destinados aos jovens, o Às 3 pancadas define-se pelo seu carácter multicultural e oferece aos jovens barcelenses a possibilidade de contactarem com outras áreas artístico do mundo do espetáculo. Hip Hop, Graffiti, beatbox, desporto urbano, são algumas das atividades que os jovens do nosso concelho podem assistir e experimentar.

❖ Milhões de Festa

O Festival Milhões de Festa já é uma identidade de Barcelos. Assume-se como um festival de forte projeção para o concelho.

O Milhões de Festa permite levar Barcelos a outros pontos do país e até mesmo a outros países, focando aquilo que de mais rico temos no nosso concelho: as nossas raízes e tradições.

❖ Apoio, divulgação e organização de eventos desportivos, culturais e musicais para os jovens

5.4 DESPORTO

"O desporto está na moda". Este poderia ser um slogan bem revelador da realidade actual que se encontra um pouco por todo o País, não sendo Barcelos excepção, no que respeita à prática desportiva.

Um pouco por todo o território concelhio, da área urbana às freguesias mais rurais, de forma transversal aos barcelenses de todas as idades, a prática de estilos de vida saudáveis faz parte do dia-a-dia dos cidadãos que, cada vez mais, estão consciencializados dos benefícios da prática desportiva.

Neste contexto, tem vindo o Município a dedicar especial atenção no âmbito da sua política municipal à prática desportiva informal. Este tem sido o caminho seguido ao longo dos anos mais recentes e 2016 marcará uma política de continuidade.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

A manutenção do número elevado de praticantes desportivos no concelho será um objectivo a prosseguir. Assim, irá o Município empenhar-se de forma activa na tentativa de dotar o concelho das infra-estruturas mais adequadas à prática das mais variadas modalidades desportivas.

O desporto informal irá, desta forma, manter-se como pedra basilar da política desportiva municipal, sempre tendo como finalidade última a promoção de estilos de vida saudáveis.

Este objectivo será transversal ao maior número de modalidades possível, no intuito de garantir que Barcelos irá permanecer como território eclético em termos desportivos.

Fruto desta aposta clara no desporto por parte do executivo municipal, o território concelhio dispõe de condições infraestruturais cada vez melhores e mais adequadas à prática desportiva.

Nesta matéria, e no que se refere sobretudo ao desporto informal, o Parque da Cidade merece especial destaque em virtude das constantes intervenções que tem sofrido e que permitem que este seja hoje em dia um espaço de excelência para lazer, mas também para a prática desportiva.

Diariamente são inúmeros os barcelenses que ali se deslocam para a prática desportiva, realidade que se pretende manter e, se possível, exponenciar.

Neste sentido, o Gabinete de Apoio ao Utente instalado no Pavilhão Municipal de Barcelos permanecerá ao serviço dos barcelenses que ali pretendam praticar desporto ao ar livre, informalmente, com recurso a avaliações físicas e aconselhamento técnico.

Além deste auxílio directo aos desportistas que acorrem ao Parque da Cidade, o Gabinete manterá ainda a colaboração articulada com as Juntas de Freguesia e movimento associativo do concelho tendo em vista a organização de actividades desportivas um pouco por todo o território concelhio.

Além da importância assumida pela prática de desporto informal, um outro eixo continuará a funcionar como orientador da política desportiva municipal. Referimo-nos ao desporto de formação, que vem ao longo dos últimos anos merecendo uma especial atenção por parte do executivo municipal.

Também neste âmbito a aposta em melhores condições infraestruturais será prioritária para o executivo, no sentido de permitir aos jovens barcelenses a prática desportiva com as melhores condições possíveis para as mais variadas modalidades.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Para o efeito, essencial será a colaboração entre o Município, movimento associativo desportivo, federações desportivas e os próprios jovens atletas.

A forma de apoio ao movimento associativo desportivo assume, cumprindo com os imperativos legais, a forma de contrato programa de desenvolvimento desportivo.

Tal realidade continuará a vigorar na relação do Município com o movimento associativo e com os próprios atletas, revelando-se como a forma mais "justa" para regular tal relação, nomeadamente pela imposição de direitos e obrigações às partes contraentes.

No entanto, esta "formalidade" que acompanha a relação do Município com as entidades desportivas não pretende unicamente garantir o cumprimento de preceitos legais, ou clarificar direitos e obrigações desta relação, funcionando também e sobretudo como forma de reconhecimento do papel essencial desempenhado pelo movimento associativo barcelense, aqui concretamente o movimento associativo desportivo. Aliás, a este respeito, podemos afirmar que o forte movimento associativo é e continuará a ser um dos elementos identitários da Marca Barcelos.

Como se disse em momento anterior, a política desportiva do Município continuará a potenciar o ecletismo, tentando exponenciar a prática das mais variadas modalidades desportivas.

Obviamente, algumas modalidades serão mais vocacionadas para as massas, outras mais restritas a núcleos de pessoas mais específicos, no entanto, o executivo municipal irá procurar fomentar a prática desportiva de forma genérica e transversal às mais variadas modalidades.

Este desígnio não se resume a um mero objectivo do executivo municipal, antes sendo um imperativo a concretizar, tal é a riqueza e diversidade das modalidades desportivas promovidas pelo vasto movimento associativo barcelense.

No sentido do que foi dito, será desígnio a prosseguir uma vez mais a possibilidade de organizar em Barcelos provas desportivas de âmbito regional, nacional ou internacional.

A organização deste tipo de eventos, além da promoção das actividades desportivas em causa, permite também uma maior promoção e dinamização do território concelhio tornando-o cada vez mais atractivo aos potenciais visitantes e turistas.

A este respeito, veja-se o exemplo do Campeonato Europeu de Tiro com Armas Históricas realizado em Barcelos durante o ano de 2015. Durante este evento foram centenas de atletas, oriundos de dezenas de países que visitaram Barcelos tendo a possibilidade de conhecer o que de melhor temos para oferecer.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Em suma, durante o ano de 2016 Barcelos continuará a afirmar-se como Município que apoia e promove a prática desportiva, que incentiva os atletas locais e caminha lado a lado com o movimento associativo.

5.5 TURISMO E ARTESANATO

O Município de Barcelos tem vindo a privilegiar para o seu território um conjunto de acções decorrentes de uma estratégia alicerçada nas suas grandes marcas, mormente o Galo de Barcelos, o Artesanato, a Feira de Barcelos, o Centro Histórico, o Turismo Religioso, o Caminho de Santiago e a Gastronomia, com o intuito de exponenciar o posicionamento turístico em termos nacionais, mantendo níveis de frequência turística e de notoriedade que lhe permitem ter uma posição relevante no contexto do Turismo do Porto e Norte de Portugal.

No seguimento desta orientação tem-se obtido um quadro de resultados baseado numa contínua e estruturada estratégia de promoção e dinamização do produto ancorada em elementos já referidos, como o Galo e o Artesanato de Barcelos. Desta forma, vem sendo reforçada a imagem do território como espaço apelativo, valorizando turisticamente recursos primários e secundários do produto e conferindo-lhes forte visibilidade, lançando-os para patamares de frequência turística importante como são bons exemplos o roteiro urbano “O Mundo Maravilhoso do Figurado de Barcelos” ou a Torre Medieval, entre outros. Tal estratégia, naturalmente, conferiu muita visibilidade a Barcelos em termos turísticos no âmbito da região norte que tem, como é público, obtido resultados importantes em termos de dormidas e frequência turística. Barcelos afirma-se neste contexto de crescimento da região.

Este quadro positivo em termos turísticos tem sido complementado e acompanhado pelo sector artesanal que tem registado um dinamismo digno de registo. O surgimento de novos artesãos tem cimentado o posicionamento quantitativo e qualitativo do território como espaço criativo de excelência, afirmando-se enquanto Capital do Artesanato em Portugal.

Por outro lado, a Torre Medieval consolidou o seu papel de espaço âncora e regenerador do centro histórico, criando fluxos de dinamização do tecido urbano e afirmando-se como um espaço de atractividade em sede de *City Break*, *Touring Cultural* e dos Patrimónios ao nível da Região do Porto e Norte de Portugal. Paralelamente, tem-se afirmado como local de excelência de promoção do Artesanato de Barcelos, indo de encontro à estratégia que presidiu à sua recuperação e posterior dinamização.

A qualidade e atractividade dos fantásticos jardins da cidade, o roteiro urbano “O Mundo Maravilhoso do Figurado de Barcelos”, o ressurgimento da Feira de Barcelos em face das acções de promoção encetadas, a concertação entre os vários agentes do *Trade* local, o aparecimento da cultura de rua e de vida no centro histórico da cidade,



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

os eventos de nível nacional e internacional que se têm realizado no território, a aposta no turismo de experiência, a concepção de percursos interpretativos ao nível do turismo de natureza, a dinamização do mundo rural e dos seus agentes, a solidificação de um posicionamento forte em termos de Gastronomia e Vinhos e *Touring* Cultural e Religioso, indexados a um conjunto de acções de promoção dirigidas, centradas fortemente na imagem do galo, promove uma cultura turística pro-activa, corporizando um espaço turístico, vivo, intenso e criativo que tem forte capacidade de atracção e argumentos para proporcionar uma experiência turística de excelência.

Neste contexto, em face do quadro de resultados conhecidos o Município, relativamente à actuação do Pelouro do Turismo e Artesanato, preconiza uma política de contínua aposta nos pressupostos que nos últimos 5 anos devolveram a Barcelos e aos seus argumentos diferenciadores o posicionamento que estes justificam no seio da Região Norte.

Tendo subjacente a política de continuidade pretendida poderão definir-se eixos de aposta para o vindouro ano de 2016, nomeadamente:

Produto Gastronomia e Vinhos; *Touring* Cultural e dos Patrimónios; Turismo Religioso; Eventos; Galo / Figurado / Artesanato; Feira Semanal e Artesanato (âncoras de diferenciação); Política de território e valorização dos activos existentes; Turismo Criativo e de Experiências; Estratégia de Comunicação forte e contínua em mercados identificados; Trabalho em rede; Turismo no Espaço Rural e ruralidade; Novos tipos de Turismo e Experiências; Promoção do Produto.

Tais eixos de aposta resultarão na obtenção de determinados objectivos que podem permitir a Barcelos afirmar-se a médio prazo em certos contextos, a saber:

Território Dinâmico, intenso e marcante; Território de Artes e Ofícios / Criativo; Ideal de Território criativo e de experiências; Agentes dinâmicos e pro-activos; Turista e visitante com mais capacidade económica; Comunidade local envolvida no processo turístico; Turistas de maior "qualidade"; Aumento das estadas médias; Criação de emprego; Revitalização da economia rural e dos produtos tradicionais; Afirmação de Barcelos como centro barrista de excelência; Posicionar a Feira como principal mercado tradicional ibérico; Apostar na imagem do Galo como difusor da imagem de Barcelos; Estruturar uma Marca forte; Conferir centralidade turística ao território no âmbito do Porto e Norte; Afirmação de Barcelos como ponto principal do Caminho de Santiago em Portugal.

Em face deste pressuposto estratégico para o sector do Turismo, aprez-se a estabilidade no quadro das acções e actividades a definir para 2016 promovendo-se a continuidade das mesmas, garantindo-se que este *planning* não irá descurar qualquer das mais valias turísticas locais anteriormente mencionadas.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Todavia, mantendo-se a política de definição de um tema central que possa nortear a acção anual do Pelouro, a aposta estratégica para o ano de 2016 irá versar sobre o produto Gastronomia.

Tal opção irá alicerçar-se em dois aspectos fundamentais, como sendo, por um lado o facto do Minho (juntamente com a Catalunha) ser em 2016 Região Europeia da Gastronomia e, por outro lado, sustentando-se esta opção no facto de Barcelos ser reconhecidamente um dos Municípios do Norte mais dinâmicos neste registo.

Espera-se um ano onde a Gastronomia, enquanto activo do Património Cultural Nacional, será argumento central dos programas e ciclos existentes no plano de actividades do Pelouro do Turismo e Artesanato. Um papel central que se apraz não só pela dimensão cultural, mas também pela importância económica que este produto, nas suas diversas dimensões, possui no concelho de Barcelos.

Pretende-se com esta estratégia alcançar um conjunto de acções que visam juntar agentes dos produtos tradicionais, os agricultores, os produtores de vinho, os restaurantes, as pastelarias, entre outros, num processo sequencial e vertical que visa valorizar a excelência dos produtos locais e a iguarias produzidas no território, criando redes de contacto, comunicação e trabalho, rumo ao crescimento, identificação de condicionalismos e potencialidades do sector.

Com esta aposta clara (ainda mais incisiva) na Gastronomia barcelense, o Município pretenderá também envolver a comunidade estudantil na discussão e inovação deste sector, sem prejuízo da sua forte identidade em virtude da localização do território no centro do Minho, arrebatando influências da serra e da ribeira. Um processo que visa também chamar a atenção para os novos tipos de cozinha, pastelaria e afins, e promover a implementação de novos conceitos gastronómicos no concelho potenciando a fusão entre a inovação e a tradição.

Será desígnio do Município a definição de novos caminhos e receituário para produtos tão identitários do território como o Melão Casca de Carvalho ou a Maçã Porta da Loja, entre outros. A criação de ligações da gastronomia ao mundo rural e à feira é outro objectivo a discutir no âmbito deste tema.

A Gastronomia, parece-nos, surge como um tema lógico e consequente aos temas "Cidade do Vinho" e "Ruralidade e Turismo no Espaço Rural", considerando as muitas vertentes em comum entre todos eles.

Também a respeito da Gastronomia, tal como se pretendeu com os demais temas que vêm sendo priorizados, a formação dos agentes e *Trade* do território barcelense para a valorização dos produtos locais e outros será um desígnio estratégico a seguir em 2016, dando continuidade ao trabalho desenvolvido em 2014, no âmbito da Cidade do Vinho e em 2015, no âmbito da aposta na Ruralidade e Turismo no Espaço Rural.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

O plano de acção para o próximo ano enquanto documento estrutural e dinâmico comporta ainda acções em domínios como a Sinalização Turística de recursos disponíveis para fruição do concelho, conferindo linhas de leitura turística ao território e resolvendo alguns problemas de leitura turística de recursos existentes.

De igual modo, no âmbito do Turismo de Natureza tem por missão sinalizar parte dos percursos pedestres dinamizados no Programa Caminhar para Conhecer Barcelos, aproximando as pessoas do património de excelência que existe no concelho.

A implementação e desenvolvimento de novos produtos em torno da cidade e do roteiro urbano O Mundo Maravilhoso do Figurado de Barcelos é outra das apostas estratégicas para 2016, em vários níveis, mas com uma dimensão especial para o desenvolvimento do turismo infanto-juvenil. Aliás, a aposta no turismo infantil alarga-se para o mundo rural, através do desenvolvimento, juntamente com os agentes do turismo no espaço rural, de produtos diferenciadores a este nível, promovendo a maior atractividade do espaço no segmento das famílias.

Ainda no domínio dos vários tipos de turismo, o Pelouro aposta este ano em serviços que visam o desenvolvimento do turismo acessível no concelho, especialmente na cidade, criando um posicionamento forte neste segmento em desenvolvimento, na sequência do projecto "RAMPA".

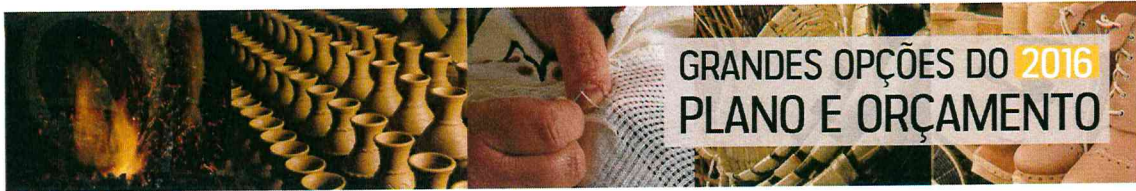
A estrutura técnica ao serviço do Pelouro do Turismo e Artesanato terá como directrizes centrais de acção exponenciar os índices de eficiência e eficácia em termos de Informação Turística, monitorização de procura, apoio técnico e profissional ao *Trade*, prospecção de novos mercados e segmentos, inovação e novos serviços. Desta forma, a sua acção será também um elemento diferenciador do território no âmbito da competitividade que se vive no sector entre territórios.

Este posicionamento é fundamental tendo em vista proporcionar a instalação de novos agentes e a captação de investimento.

A estratégia de continuidade no apoio, monitorização e informação aos peregrinos é outro dos eixos centrais da acção do Pelouro para o ano de 2016, criando condições que visem unicamente o aumento da qualidade da experiência de passagem dos peregrinos pelo nosso território.

Um trabalho directo com os peregrinos, mas também de sensibilização dos agentes do alojamento, restauração e população em geral para a importância de contribuir para a excelência da experiência dos peregrinos que por aqui passam, especialmente os que rumam a Santiago e que têm em Barcelos uma paragem obrigatória.

Ainda no domínio do Turismo será imperativo manter a contínua valorização da Feira Semanal no âmbito do Centro de Promoção dos Mercados, como um evento único e vivo, conferindo-lhe uma visibilidade turística capaz de aumentar os seus índices de visitação, nomeadamente na época baixa, perfilando-se como argumento de redução



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

do factor sazonal. Neste patamar, uma política de promoção junto dos agentes para a necessidade de criarem *packs* e produtos que aproveitem o ciclo semanal da feira afigura-se elementar.

Do ponto de vista estrutural, como se disse, o plano mantém e reforça os grandes ciclos de dinamização dos diversos produtos turísticos, como o Carnaval, 7 Prazeres da Gastronomia, Barcelos Florido, Caminhar para Conhecer Barcelos, Vinhos e Enoturismo, Rotas temáticas e de interpretação do território, Barcelos Cidade Presépio, Barcelos, Cidade Medieval, dinamização das Esplanadas, Ciclo de Conferências e Seminários Técnicos, para além da diversificação das acções promocionais e procura de novos mercados rumo à internacionalização da marca Barcelos indexada aos grandes argumentos de imagem que existem no território, do artesanato ao têxtil.

Aqui, deixar uma breve referência à eleição da Rainha das Vindimas de Barcelos, projecto de grande valor cultural que se pretende continuar a alargar às nossas freguesias.

Importa manter e exponenciar a aposta promocional, centrada na imagem do Galo de Barcelos - ícone maior do Turismo nacional, que o Município tem implementado ao longo do ultimo quinquénio, promover ainda outras incursões e abordagens a novos mercados, nomeadamente no Norte e Centro da Europa, bem como nas Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo, aqui se podendo já destacar a presença do Município de Barcelos na Feira Internacional de Antuérpia em 2016.

A continuidade na promoção através de suportes digitais virais, como a elaborada recentemente para os agentes do alojamento e que tem produzido resultados importantes, será intensificada e melhorada.

Será de considerar, ainda, a criação de condições que permitam trazer à oferta turística do concelho mais activos que reforcem a capacidade hoteleira do território e lhe confirmem mais centralidade turística regional e nacional. São várias as unidades que podem facilmente integrar o circuito "oficial" de oferta a nível do alojamento em Barcelos.

Os projectos que visem a valorização de argumentos territoriais estratégicos como o rio Cávado, rio Neiva, montes panorâmicos, entre outros, desde que cumpram os pressupostos do Plano Director Municipal, serão valorizados e apoiados na medida em que acrescentem valor ao produto global. O Município será um parceiro na procura de elegibilidade dos mesmos em sede do quadro de apoio comunitário.

Por último, referir que será da maior relevância dar continuidade à estratégia de criação de uma rede de trabalho no âmbito do *Trade* local, envolvendo agentes das mais variadas áreas.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Em complemento, o plano define acções que visam a melhoria do produto e da sua notoriedade com o intuito claro de atrair novos investimentos, novos operadores e agentes para operar no sector, nomeadamente em termos de animação turística.

No que concerne ao Artesanato, a filosofia estratégica obedece aos mesmos pressupostos de continuidade da fortíssima aposta promocional que tem sido implementada nestes últimos anos, a qual trouxe ao sector das artes e ofícios tradicionais um novo tempo, de mais notoriedade, pro-acção e dinamismo.

Neste domínio, e depois da publicação do Decreto Lei nº 121/2015, de 30 de Junho, importa reforçar a aposta que o Município tem vindo a desenvolver na Certificação das Artes e Ofícios locais, alargando-a, na medida do possível, a outras produções.

Nesta matéria, especial referência ao trabalho que vem sendo desenvolvido quanto ao Bordado de Crivo de São Miguel da Carreira e que irá “culminar” com a certificação de mais uma produção artesanal barcelense.

A certificação continuará a ser vista como estratégica tendo em consideração a garantia de qualidade que se pretende oferecer às produções barcelenses.

Estrutural será também a referida aposta na sinalização turística do concelho, que abrangerá o sector do artesanato, criando mais facilidade de fruição e leitura do território no domínio das artes tradicionais potenciando consequentemente uma maior aposta no turismo de experiências ligado às produções artesanais. Este tem vindo a crescer exponencialmente ocupando já um papel relevante nos circuitos e *city tours* ao concelho e centro histórico, sendo no entanto o objectivo central transformar esta actividade num aspecto diferenciador do produto e, no médio prazo, num novo canal de distribuição dos produtos artesanais. Nesta matéria, a consolidação da Torre Medieval como “porta” para a fruição e experiências no artesanato será outro dos desígnios a atingir dando continuidade ao trabalho em curso.

A continuidade na procura, validação e lançamento de novos valores mantém-se como estratégica no processo de renovação e afirmação do Artesanato de Barcelos, nomeadamente nas produções consideradas endémicas e tradicionais, isto apesar de uma clara aposta nas artes contemporâneas que elencam o sentido criativo do território que se quer ver reforçado e cada vez mais implementado.

A constituição do Gabinete de Turismo e Artesanato, com uma estrutura técnica altamente qualificada ao nível das artes e ofícios tradicionais, é um garante de apoio técnico e especializado à comunidade artesanal nas suas mais diversas necessidades administrativas e de apoio diverso. Ainda a este respeito, importa referenciar a aposta estratégica no apoio personalizado aos artesãos na resolução de problemas de natureza administrativa, no apoio à participação em feiras e certames de relevante interesse promocional, na abertura de novos canais de distribuição e apoio



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

administrativo e técnico diverso, prestado pelo Pelouro do Turismo e Artesanato, criando também aqui uma vantagem comparativa e competitiva para os nossos agentes relativamente aos dos demais territórios, sejam eles oriundos de produções tradicionais ou contemporâneas.

Em termos promocionais, o Pelouro manterá o Ciclo de Exposições de Valorização do Artesanato; a associação das produções locais a eventos de valor relevante realizados em Portugal e Espanha; a aposta em exposições em cidades e locais de fortíssima relevância turística, promovendo as produções de forma directa e indirecta em vários mercados, como aconteceu este ano na zona da grande Lisboa; a participação em feiras de turismo e de artesanato de relevante valor; bem como a fortíssima aposta na Feira Internacional de Artesanato.

Isto, naturalmente, para além da continuidade do apoio à participação dos artesãos em feiras de relevante valor turístico, económico e artesanal.

No item promocional, 2016 terá de ser um ano de viragem no sentido da criação de um novo paradigma promocional que posicione o artesanato como produto cultural e não apenas como peça de artesanato, potenciando-se a sua associação a galerias de arte de renome, espaços de excelência e nomes das artes e letras nacionais e internacionais, mostrando a riqueza e pluralidade de algumas produções locais, nomeadamente o figurado.

Neste novo conceito a internacionalização, ainda que não da totalidade das produções, tem de começar a entrar no vocabulário da comunidade artesanal, tendo o Município de criar as condições para a implementação dessa estratégia. O ano de 2016 será o ano zero para encetar este novo ciclo que visa assegurar o futuro destes produtos de identidade local. Como alavanca para elencar estes pressupostos temos marcas de notoriedade que podem servir como permeabilizadoras da mensagem como sejam a barrista Rosa Ramalho ou o incontornável Galo de Barcelos.

As produções artesanais devem manter a associação às demais actividades e eventos do Município, perfilando-se sempre como argumento diferenciador do produto local e parceiro incontornável em todas as acções de comunicação e promoção do Município, quer seja em eventos locais, quer seja em termos de feiras e certames técnicos de turismo, actividades de Turismo Gastronómico, *Touring Cultural* ou outros, por forma a reforçar os resultados conhecidos e favorecer a implementação de outras acções.

Em termos institucionais, importa manter uma postura pro-activa junto das entidades que tutelam e deliberam no sector das Artes e Ofícios Tradicionais em Portugal, fazendo valer o estatuto de território com a maior comunidade artesanal e com uma fortíssima variedade de produções, como é reconhecido, e daí retirar mais valias para o sector no concelho. No entanto, com o horizonte da internacionalização presente, importa adoptar uma postura que ultrapasse as fronteiras nacionais e posicionar o



território, não só como espaço de criação, mas também como um ponto obrigatório de passagem para os *buyers* internacionais.

A estratégia exposta permitirá, sem dúvida, continuar a afirmar Barcelos como Cidade Única, Viva, Intensa e Criativa...

5.6 AMBIENTE E ESPAÇOS VERDES

Na área do Ambiente e Espaços verdes tem-se implementado um conjunto de iniciativas para continuar a promover e dinamizar as questões ambientais, apesar do rigor orçamental assumido pelo actual executivo, que implica uma grande contenção de despesas.

Relativamente à reorganização e manutenção dos espaços verdes o executivo pretende dar continuidade à sua política de apoio, quer nos espaços existentes quer na criação de novos espaços, sempre em estreita colaboração com as associações ambientais, escolas e Juntas de Freguesia, estas últimas como principal parceiro estratégico.

Como medida preventiva de minimização dos efeitos provocados pelas intempéries e pela própria idade de muitas árvores, o executivo tem vindo a prosseguir uma política de rearborização do centro urbano com a plantação de diversas árvores adequadas ao espaço a que se destinam, bem como outras zonas do concelho, colaborando ainda com outros municípios no fornecimento de árvores.

Estas árvores, bem como outro tipo de plantas ornamentais, provêm dos Hortos Municipais que se têm revelado uma mais-valia na produção de plantas, quer para consumo interno do município, quer para dar satisfação aos diversos pedidos de cedência.

É intenção do município adquirir uma estufa de grande dimensão para apoio à produção das diversas plantas destinadas ao embelezamento dos espaços verdes da cidade e freguesias.

Outro importante projecto da Câmara Municipal foi a requalificação do Parque da Cidade. Este espaço foi estruturado para os munícipes que o têm aproveitado para inúmeras actividades desportivas e de lazer. Mais uma vez, é uma preocupação do executivo a identificação de árvores que não ofereçam segurança e necessitem de tratamento adequado ou a sua substituição, com o objectivo de assegurar as melhores condições aos cidadãos.

Pretende-se dar continuidade às medidas adoptadas nos últimos anos que constituem actualmente um factor de desenvolvimento equilibrado do concelho



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

sempre no respeito pela natureza, segurança e estética, tendo em conta as restrições financeiras.

Nas restantes zonas do concelho mantém-se o desenvolvimento de projectos de requalificação paisagística de acordo com as pretensões das Juntas de Freguesia e respectivas populações.

No domínio da gestão de resíduos e limpeza urbana o actual executivo tem vindo a assumir os seus compromissos e as suas responsabilidades no que diz respeito ao encaminhamento dos resíduos urbanos indiferenciados, bem como à disponibilização de meios à população, para a recolha selectiva de resíduos. Será dada continuidade ao esforço feito junto da população e agentes locais, para a sensibilização para estes temas e a sua importância.

Existe um plano aprovado que, faseadamente e de acordo com os meios disponíveis, se destina a um aumento da instalação de contentores subterrâneos na zona urbana, aumentando a capacidade de armazenamento e melhorando as condições de salubridade.

Em colaboração com a Resulima foram colocados em todo o concelho, contentores destinados à recolha de óleos usados. Os contentores colocados na zona urbana são em maior número e de diferente tipologia dos do meio rural em face das características distintas das zonas, tanto pela taxa de população servida como pelas características arquitectónicas e paisagísticas.

Todos os equipamentos estão georeferenciados numa base de dados em permanente actualização que permite aos serviços monitorizar o processo de colocação e manutenção e também permite à população ter acesso e conhecer os locais onde estão instalados os equipamentos.

Dando continuidade a uma política de comunicação e transparência, encontra-se disponível na página do município, diversa informação nomeadamente os circuitos de recolha existentes, os dias de recolha em cada freguesia, as rotas de recolha, entre outras.

Foi implementado em Setembro de 2015 o projecto de sensibilização denominado "Limpar Barcelos", abrangendo metade das freguesias do concelho. O Executivo pretende continuar esta campanha tornando-a extensiva a todas as freguesias, criando assim na população hábitos diários que contribuam para um ambiente mais saudável.

No âmbito da implementação da gestão da qualidade e conforme legislação em vigor, nomeadamente a Lei n.º 66-B/2007, tem sido efectuada a auscultação da população relativamente aos serviços prestados no âmbito da recolha de resíduos, que implica a avaliação de todos os serviços que contactam com os munícipes.

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.



Será dada continuidade à recolha dos resíduos produzidos nos cemitérios do concelho com a implementação de um sistema de recolha de círios e velas, que se tem manifestado muito eficaz, especialmente pela enorme redução na quantidade de detritos deste tipo que eram colocados nos contentores de resíduos indiferenciados.

No que diz respeito aos resíduos verdes, apesar de não ter sido ainda implementado um sistema de recolha sistemático, disponibilizaram-se meios para efetuar recolhas pontuais a fim de dar resposta às solicitações dos munícipes. Estes resíduos verdes são colocados numa unidade de compostagem para posteriormente serem utilizados nas actividades de jardinagem executadas pelo município.

A recolha de monstros e de equipamentos eléctricos é também assegurada tanto pela recolha no local como pela possibilidade de entrega num espaço disponibilizado pelo município, sendo estes posteriormente entregues a uma entidade devidamente licenciada.

Continua a ser prioritário para o executivo municipal o projecto já implementado de limpeza do rio que inclui a destruição de espécies infetantes, nomeadamente os jacintos e a ameijoia japonesa, a extração da vegetação solta e eventual recolha de sucata.

Este projecto estará interligado com o aproveitamento que se pretende das margens do rio, especialmente com a execução da ecovia, projeto candidatado pela CIM a fundos comunitários.

Tendo em vista a diversidade e qualidade da flora e fauna existente ao longo da Ecovia, será aproveitada mais esta faceta do percurso como componente pedagógica, implementando um sistema de sinalética que permita a sua divulgação, para além das componentes lúdica e desportiva.

No domínio da energia, foram estabelecidas metas orientadas para uma eficiente gestão dos recursos disponíveis. O município recorrendo aos fundos comunitários tem um plano de intervenção que abrange a iluminação pública de todo o concelho tendo como objectivo uma melhor eficiência energética, conseguindo assim uma redução drástica de custos.

5.7 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Município de Barcelos, consciente do atual contexto socioeconómico em que vivemos e respeitando os princípios constitucionais de promoção de equidade social e de igualdade de oportunidades, continuará a apostar numa linha estratégica de políticas sociais integradas, em prol da melhoria de qualidade de vida dos seus cidadãos e em especial das franjas sociais mais vulneráveis e em situação de exclusão social.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Deste modo, serão de seguida referenciados um conjunto de ações e projetos municipais que concretizam os princípios anteriormente descritos:

O Município de Barcelos continuará a apostar numa política de **apoio ao arrendamento habitacional**, proporcionando a muitas famílias barcelenses um importante apoio mensal, garantindo assim o direito à habitação a muitas famílias.

Será garantida e reforçada a política de **apoio à habitação**, para pessoas em situação de vulnerabilidade económica, através do apoio monetário para recuperação de habitação fragilizada, apoio à legalização de habitação, apoio técnico aos respetivos projetos e participação no serviço de limpeza de fossas.

O apoio aos alunos do ensino superior através da atribuição de **Bolsas de estudo**, continuará ser uma medida estruturantes na promoção de igualdade de oportunidades dos nossos alunos e na qualificação dos nossos jovens, sendo mais uma vez uma aposta deste executivo.

Continuidade do apoio ao transporte a utentes com deficiência, que frequentam os Centros de Atividades Ocupacionais das instituições concelhias (APAC e APACI).

Continuidade do projeto **Transporte Solidário**, destinado a pessoas portadoras de doenças graves, com insuficiência económica, que necessitam de transporte para tratamento e/ou consultas e cujo o mesmo não é assegurado pelo Serviço Nacional de Saúde.

É objetivo do Município reforçar as parcerias, no sentido de amplificar e diversificar a rede de parceiros privados, que permitem desenvolver alguns projetos sociais, nomeadamente o projeto Barcelos a Sorrir (apoio com próteses dentárias) e apoio à saúde ocular e auditiva.

Num momento de algumas dificuldades para as IPSS do nosso concelho relacionada com os problemas de sustentabilidade das respostas sociais, a Câmara Municipal terá um papel fundamental no apoio a estas instituições através da celebração de acordos de cooperação que permitam garantir respostas sociais de proximidade e de qualidade, nas mais diversas áreas de atuação.

No domínio das parcerias, o trabalho da Rede Social continuará a ter um papel privilegiado. Neste sentido os diferentes grupos de trabalho emergentes do trabalho em rede (Grupo temático do Terceiros Setor, Grupo Operativo da Deficiência, Grupo Operativo da Qualidade, Grupo Temático do Voluntariado, Grupo de Trabalho Vector Crianças e Jovens, Grupo de Trabalho do Vector das Dependências), serão interlocutores privilegiados na ação concertada junto da comunidade, dando resposta a diferentes áreas de intervenção prioritárias. Importa salientar que está em construção o novo Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde 2016-2020, tendo ocorrido vários fóruns de participação dos diferentes agentes sociais, sendo este plano estratégico na definição das principais linhas de atuação na área social.



**GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO**

Na linha de oportunidades do quadro comunitário 2020, o Município de Barcelos estará na linha da frente no apoio às candidaturas a diferentes projetos da área social, quer como parceiro das instituições do nosso concelho, quer como promotor de alguns projetos, decorrentes dos avisos de candidaturas. Importa referir que o Município juntamente com os parceiros da rede institucional, já desenvolveu um trabalho bastante efetivo, no sentido de elencar e estruturar um conjunto de projetos estratégicos para o concelho de Barcelos, a serem desenvolvido até 2020, e que já foram alvo de referência para os Investimentos Territoriais Integrados, propostos pela Comunidade InterMunicipal do Cávado, no âmbito do novo quadro comunitário. Destacamos na tabela seguinte alguns projetos de grande relevo para a comunidade:

M. de Barcelos
guy
on
claus
de
cu

PROJETO	DESCRIÇÃO
Projeto Procuidador	Projeto que visa a capacitação de cuidadores formais e informais de doentes com demência e com AVC;
Projeto 3is	Projeto que visa a capacitação técnica das instituições, nos cuidados formais aos seus utentes com problemáticas de demência;
Projeto GALO	Projeto de inserção de públicos mais vulneráveis através de projetos de microempendedorismo;
Projeto SLAI- Serviço Local de Atendimento Integrado	Projeto de descentralização e melhoria da qualidade dos serviços de atendimento social;
Projeto Centro de promoção de autonomia e reabilitação integral	Projeto que visa a criação de uma unidade de promoção de autonomia de pessoas com demência ou doentes de AVC;
Projeto de Estratégia Local para a Comunidade Cigana	Criação de um programa integrado direccionado à integração da comunidade cigana, nas vertentes, educacionais, formativas, sociais, e profissionais.
Projeto Intervenção pela sabedoria Popular	Projeto de intervenção direccionado à população sénior, com recurso à literatura e expressão dramática.
Outros projetos candidatados:	
-CLDS- Contrato Local De Desenvolvimento Social em parceria com a ATHACA, GASC e	



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Centro Social da Paróquia de Arcozelo;

-Projeto Interartes- Projeto de Integração de Jovens com deficiência através das artes;
(Projeto candidatado à Fundação Gulbenkian)

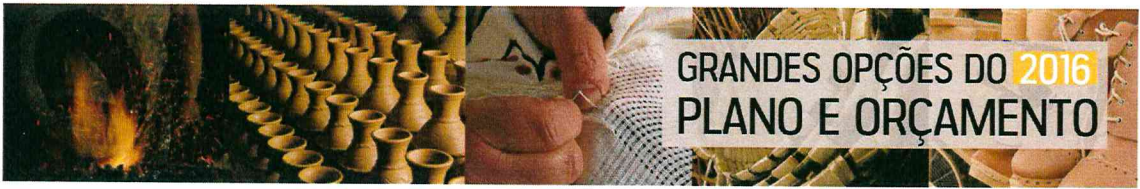
O Município de Barcelos continuará a assegurar o financiamento do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAPAF), dinamizado pelo Centro Social da Paróquia de Arcozelo. Importa referir que esta é uma resposta importantíssima no nosso concelho, como medida de apoio a crianças, jovens e famílias com algumas problemáticas de natureza psicossocial, sendo que a competência de financiamento desta resposta é do Instituto de segurança Social. Ainda na área de apoio à infância e juventude o Município garantirá as condições logísticas e apoio técnico à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens sendo um parceiro essencial para o bom funcionamento desta instituição;

Uma outra área de intervenção importante foca-se no apoio aos grupos minoritários e em situação de exclusão social, em particular às comunidades ciganas. A Câmara Municipal continuará a dinamizar o Projeto do Mediador Municipal sendo este um projeto fundamental na aproximação e integração da comunidade cigana, trabalhando áreas como, a educação o emprego, a saúde, a cidadania e a participação. Paralelamente o Município de Barcelos, como um dos 8 Município integrantes do Projeto ROMED II (promovido pelo conselho da Europa), continuará a desenvolver ações em parceria com a coordenação nacional do projeto, que visa governação democrática do Município no que diz respeito aos problemas da comunidade cigana , através da mediação e na construção de um compromisso político a nível local para a integração desta comunidade.

Numa perspetiva de promoção da qualidade vida junto da população sénior retardando assim as questões do envelhecimento, a Câmara Municipal de Barcelos, continuará a apostar numa política de apoio às instituições vocacionadas para o trabalho com pessoas desta faixa etária, que como sabemos já representa uma parte significativa da população do nosso concelho.

A Câmara Municipal de Barcelos continuará a promover de forma direta ou através de acordos de colaboração, algumas atividades de grande relevo, no domínio da integração de pessoas com deficiência que passamos a elencar:

Hipoterapia para crianças que estão nas unidades de Educação Especial. Esta atividade constitui uma oportunidade dos jovens com deficiência desenvolverem novas competências, traduzindo-se em elevados ganhos terapêuticos e disponibilizando uma atividade gratuita que maior parte das famílias não teriam condições financeiras de proporcionar .



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Teatro Inclusivo, que resulta de um protocolo desenvolvido com a instituição APACI e que permite que o grupo de teatro desta instituição, constituído por várias pessoas com deficiência, possa partilhar seu trabalho com a comunidade, mostrando as suas competência e combatendo o estigma..

Projeto em construção da Oficina de Inclusão Social da Escola Rosa Ramalho, onde os alunos com Necessidades Educativas Especiais poderão desenvolver um conjunto de atividades ocupacionais e terapêuticas, que poderão ser partilhadas com toda a comunidade .

Féria de Verão para crianças e jovem das unidades de educação especial das escolas de concelho, que consiste na possibilidade destes jovens frequentarem em tempo de férias escolares, ateliês ocupacionais, com técnicos especializados, sendo esta uma importante medida de apoio aos jovens e às famílias.

5.8 MOBILIDADE E TRANSPORTES

O projecto - mobilidade para todos - tem merecido uma especial atenção da Câmara Municipal, no que diz respeito à criação de melhores acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida.

Em complemento às acções levadas a cabo nos anos anteriores, pretende dar-se continuidade à cobertura da rede viária municipal com sinalização vertical, à marcação horizontal de novos arruamentos e à implementação de medidas de acalmia de tráfego, complementadas com correcções geométricas.

Será uma prioridade a constante reorganização do trânsito nas principais artérias do centro da cidade por forma a assegurar um melhor escoamento do trânsito traduzindo-se numa eficiente mobilidade.

Pretende-se continuar com o trabalho de sensibilização nestas matérias, através de campanhas direccionadas para o público escolar e também junto dos automobilistas.

De acordo com os pressupostos da sustentabilidade aplicados à definição de políticas de desenvolvimento dos municípios e dos actuais sistemas de transporte, a Câmara Municipal de Barcelos orienta as políticas de transporte para a utilização do transporte colectivo em detrimento do modo individual.

No âmbito da segurança dos municípes e imagem da cidade e das freguesias, proceder-se-á à recolha dos veículos abandonados na via pública, dando-lhe o fim previsto na legislação vigente.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

É intenção do executivo investir na sensibilização da população para as vantagens da utilização da viatura elétrica associadas aos reais benefícios da mesma para o meio ambiente.

Pretende-se criar alguns postos de carregamento rápido de energia para este tipo de veículos, recorrendo a fundos comunitários.

Gestão de Frota

No caso dos investimentos estratégicos pretende-se adquirir 10 novos camiões de recolha, distribuídos da seguinte forma: 2 camiões de 21 m³ de recolha traseira com grua (por forma a aumentarmos a nossa capacidade de recolha no âmbito dos contentores subterrâneos entretanto instalados), 8 camiões de 18 m³ de recolha traseira e um camião lava contentores.

É também pretensão do executivo proceder à renovação de alguns veículos ligeiros e comerciais da atual frota do município, através da aquisição de veículos usados em bom estado, atendendo a que os atuais se encontram em avançado estado de degradação.

5.9 PROTECÇÃO CIVIL

O Município de Barcelos tem vindo a desenvolver a sua actividade municipal, mormente no que diz respeito à actuação no âmbito da Protecção Civil, sempre tendo por finalidade primordial a salvaguarda de pessoas e bens.

Garantir condições de segurança adequadas a todos os barcelenses foi, é e será um imperativo claro e inequívoco que o executivo municipal se impõe.

Neste sentido, o Serviço Municipal de Protecção Civil e Defesa da Floresta Contra Incêndios - SMPCDFCI, parte integrante do pelouro da Protecção Civil, tem alicerçado a sua forma de actuação em duas vertentes fundamentais, como sendo, a prevenção e a resposta pronta a situações de emergência.

Não obstante a convicção existente no seio da comunidade no sentido da Protecção Civil pautar a sua acção primordial pela resposta às situações de emergência com as quais nos vamos deparando, o executivo municipal tem efectuado uma aposta inequívoca na vertente da prevenção e sensibilização.

Com tal estratégia pretende-se acima de tudo que os cidadãos estejam mais informados e mais capacitados para as situações do dia-a-dia que possam



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

eventualmente levar à ocorrência de todo o tipo de acidentes e, conseqüentemente, situações de emergência que coloquem em perigo pessoas e bens.

Como tal, o Pelouro da Protecção Civil vai em 2016, uma vez mais, priorizar a realização de acções de sensibilização e informação junto da comunidade barcelense.

Neste aspecto, a actuação junto dos mais novos, nomeadamente nas escolas do concelho, irá merecer especial relevância com a habitual distribuição de material informativo e prestação de informação em contexto de sala de aula.

Um outro factor importante em termos de prevenção está directamente relacionado com a realização de simulacros.

Este tipo de acções permitem aos vários agentes envolvidos na luta pela garantia de segurança dos barcelenses um contexto de "treino" muito próximo das condições com as quais se poderão vir a deparar na resposta às emergências que vão ocorrendo.

Desta forma, garante-se uma maior sensibilização para determinadas situações, num intuito preventivo, mas também uma maior e melhor capacidade de resposta na eventualidade de ocorrência de emergências.

Tendo em vista a prossecução destes objectivos de prevenção, assim como na globalidade dos objectivos a prosseguir pela actuação da Protecção Civil, será essencial a colaboração e o empenho de diversos agentes locais.

Não sendo exaustivos, referir as forças policiais, nomeadamente os agentes da "Escola Segura", as Juntas de Freguesia, as Corporações de Bombeiros, entre muitas outras unidades de âmbito municipal e supra municipal.

Além da actividade mais genérica a desenvolver em matéria de protecção civil no ano de 2016, tendo em vista o combate às situações de perigo mais variadas, quer em termos de prevenção quer em termos de resposta a situações de emergência, o executivo municipal tem definidas duas áreas de intervenção fundamentais.

Referimo-nos aos combates à "Vespa Velutina" e aos incêndios, com especial enfoque nos fogos florestais.

Quanto à "Vespa Velutina" (também identificada como "Vespa Asiática" ou "Vespa das Patas Amarelas"), espécie que começou a dar sinais da sua existência massiva no nosso território em 2013, o município vem já efectuando um combate incisivo a esta "praga".

Também aqui a actuação do Município vem sendo feita, e assim continuará a ser, revestindo por um lado um contexto preventivo, informativo e de sensibilização, e por outro lado um contexto de combate efectivo através do recurso à destruição dos ninhos identificados.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Em termos de prevenção, informação e sensibilização o SMPCDFCI manterá em 2016 toda a sua disponibilidade para prestar os esclarecimentos necessários à população que o solicite, mantendo este serviço a "porta aberta" aos barcelenses que eventualmente se possam sentir necessitados de informação adicional.

Igualmente, continuarão acessíveis nas plataformas digitais online do Município suportes informativos diversos sobre a espécie, nos quais constem formas de identificação da "Vespa Velutina" e o procedimento a tomar quando a mesma for detectada.

Num âmbito de actuação distinto, o Município vai continuar a sua política de intervenção no que respeita à destruição de ninhos.

A este respeito, referir que desde o primeiro relato de identificação da espécie em território concelhio foi definida como prioritária a destruição dos mesmos, numa tentativa de controlar a espécie e evitar a sua maior propagação.

Neste sentido, contabilizam-se já centenas de ninhos destruídos, que vão sendo continuamente identificados pelo próprio SMPCDFCI, pelas Juntas de Freguesia, demais entidades concelhias e também pela população em geral.

Em 2016, no seguimento da estratégia que vem sendo adoptada, o Município irá manter no terreno uma equipa interna de combate à vespa que actuará em articulação com entidades externas devidamente aptas a este tipo de actuação.

Ainda neste ponto, é imperativo mencionar o trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia, não apenas no relato da localização dos ninhos, mas também, e sobretudo, no efectivo combate à espécie dando ajuda crucial na destruição de ninhos.

Assim, podemos afirmar que a Protecção Civil vai manter a especial atenção que tem sido dada ao assunto procurando otimizar os procedimentos adoptados, contando para o efeito com o apoio da população, nomeadamente dos apicultores, e das entidades que têm sido parceiras nesta acção.

Como se referiu supra, o Pelouro da Protecção Civil vem mantendo como fundamental na sua estratégia de actuação o combate à ocorrência de incêndios, com especial atenção a dedicar aos incêndios em área florestal que, como se sabe, ocupa uma extensão considerável no território do concelho de Barcelos.

Também nesta matéria vai continuar a ser dado especial ênfase à prevenção e informação, sempre com o objectivo de evitar a ocorrência de potenciais situações de emergência.

Neste sentido, continuarão a ser elaboradas brochuras informativas que serão levadas ao conhecimento da população em geral e, sobretudo, da população mais jovem.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Aliás, o escalão etário mais jovem merecerá atenção maior nesta matéria, prevendo a realização de acções de esclarecimento e sensibilização quanto aos incêndios junto da comunidade escolar.

Entendendo-se que o público mais jovem é essencial no que respeita à sensibilização para os riscos de incêndios, assim como em outras matérias, o mesmo será sempre alvo prioritário em termos de acções de sensibilização e prevenção.

Numa outra forma de actuar preventivamente, a garantia das melhores condições de acesso às áreas florestais terá de continuar a ser prioritária para o Município.

Ao longo dos últimos anos várias têm sido as intervenções municipais em área florestal, com especial atenção a ser dada aos caminhos florestais, acessos a pontos de água, faixas de gestão de combustível e aos próprios pontos de água.

No último ano, à semelhança dos anos anteriores, foi assinalável o investimento na beneficiação da rede de defesa da floresta contra incêndios, com especial enfoque nos caminhos florestais e acesso a pontos de água. Aliás, ao longo dos anos mais recentes vem sendo reiterado este tipo de intervenção, garantindo a nível concelhio uma rede de defesa da floresta contra incêndios bem definida e com condições de manutenção cada vez mais adequadas.

A ocorrência de poucos incêndios de grande dimensão em território barcelense nos pretéritos anos de 2014 e 2015 poderá permitir concluir que o trabalho preventivo que vem sendo efectuado estará a produzir os efeitos pretendidos.

Obviamente, tal sucesso estará sempre dependente de factores incontroláveis, como o são as condições climatéricas.

No entanto, apesar de se poder avaliar positivamente os resultados que vêm sendo obtidos, os mesmos não poderão resultar num descaramento da actuação da Protecção Civil. Ao invés, tais resultados deverão funcionar como um estímulo para a manutenção da aposta a realizar nesta matéria.

Apesar da referida aposta em matéria de prevenção, as condições de resposta à eventual ocorrência de incêndios não serão relegadas para segundo plano.

Como tal, o Município pretenderá em 2016 continuar a alocar ao combate a incêndios as melhores condições possíveis por forma a tornar esta actuação cada vez mais eficaz.

Neste âmbito, os recursos internos continuarão a ser melhorados e renovados.

Obviamente, neste aspecto, será essencial a articulação com as entidades que operam no combate aos incêndios e demais situações de emergência, aqui se



Miguel Beirão
duy
sel
di
lewis
de
am

destacando as corporações de bombeiros de Barcelos, parceiros essenciais do Município em matéria de segurança.

Assim, esta relação continuará a ser priorizada pelo Município, que pretenderá disponibilizar o melhor apoio possível àquelas entidades.

Em conclusão, o executivo municipal não poupará esforços no que respeita ao objectivo de oferecer aos barcelenses as melhores condições de segurança e salvaguarda de pessoas e bens.

Para o efeito, contará, como se disse, com o apoio essencial da população em geral e das diversas entidades concelhias, nomeadamente, juntas de freguesia, forças policiais, corporações de bombeiros, movimento associativo local, entre muitas outras.

5.10 GESTÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O ano que ora finda pautou-se, no que à Gestão e Modernização Administrativa diz respeito, por uma incisiva aposta do Município de Barcelos na tentativa de dotar os serviços municipais das ferramentas mais adequadas às necessidades dos munícipes que aos mesmos recorrem, o mesmo sucedendo com as ferramentas tecnológicas disponibilizadas a todos os colaboradores municipais.

Relativamente ao ano de 2016 os objectivos centrais anteriormente enunciados permanecerão no topo da agenda do Município enquanto pedra basilar da actuação do Pelouro da Gestão e Modernização Administrativa, numa tentativa de manter Barcelos na vanguarda tecnológica.

Todos estes objectivos serão implementados tendo em consideração a legislação e regulamentação que vigore ou venha a vigorar no próximo ano.

Um factor que tem vindo a ser priorizado pelo executivo municipal e que se relaciona directamente com a Gestão e Modernização Administrativa prende-se com a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ. Este faz parte do quotidiano do Município sendo, no entanto, um factor a merecer contínua aposta para o futuro.

Encontram-se já abrangidos pelo SGQ diversos serviços municipais, como a Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, Serviço de Turismo, Acção Social, Educação, Licenciamento Urbanístico, Administração e Licenças, Metrologia, Gestão do Cemitério Municipal, Fiscalização Municipal, Biblioteca Municipal, Recursos Humanos, Contratação Pública, Gestão do Património, Sistemas de Informação e Gestão de Infra-estruturas (Frota e Equipamentos).



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Quanto a estes, será imperativo promover actividades de sustentação e melhoria contínua, no intuito de garantir a manutenção da certificação alcançada.

Ainda neste âmbito, será essencial que o SGQ municipal se adapte à nova revisão (2015) da norma ISO 9001.

Para o vindouro ano de 2016 pretender-se-á alargar o SGQ a outros serviços municipais de acordo com a prioridade definida pelo executivo municipal, sempre no intuito de garantir a maior qualidade a todos os serviços municipais prestados aos barcelenses.

Tendo em vista a contínua aposta nesta matéria, as aplicações e plataformas web, assim como as aplicações móveis, continuarão a merecer atenção especial.

Nesta medida, será assegurada a adequação dos vários sites do Município, incluindo o seu portal online, às necessidades dos munícipes tendo em atenção o design e princípios de funcionamento definidos.

Ferramentas Web já disponibilizadas aos munícipes e fundamentais para a actividade municipal, como a Agenda Barcelos, Acção Social Digital, E-Urbanismo e Biblioteca Digital, merecerão contínuo acompanhamento tendo em vista a sua manutenção e evolução.

Uma inovação implementada a nível municipal no ano de 2015 prende-se a transmissão via Web das sessões da Assembleia Municipal, assegurada com recurso a meios internos do Município. Trata-se de uma forma importante de aproximar os cidadãos da política municipal.

A este respeito, a melhoria contínua das aplicações Web de suporte à Assembleia Municipal merecerão prioridade em 2016.

O portal online do Município tem vindo a sofrer uma evolução constante, sempre no intuito de oferecer resposta adequada às necessidades dos munícipes, mas também tendo por objectivo promover os valores e tradições do território barcelense que tornam Barcelos mais atractivo turisticamente.

Nesta matéria, foram recentemente disponibilizadas digitalmente as Rotas do Artesanato de Barcelos que se encontram online e disponíveis para consulta imediata.

Similar procedimento foi realizado relativamente aos Vinhos de Barcelos, transpondo-se a Rota dos Vinhos de Barcelos existente em formato "papel" para formato digital online.

Para 2016 similar procedimento será realizado relativamente à hotelaria e restauração locais.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

Além da contínua melhoria do portal online do Município, será prioritário para o Município uma melhoria constante da rede wi-fi disponível ao cidadão na área urbana.

Presentemente o Município já dispõe de uma rede wi-fi que permite à população barcelense, mas também a quem visita a cidade, aceder a informação municipal relevante, nomeadamente em termos turísticos, disponível no portal do Município.

Neste sentido, pretender-se-á alargar a cobertura da rede wi-fi existente, estando ainda a ser estudada a melhor forma de criação de uma rede que possa albergar vários pontos de acesso wireless.

Desta forma, será consideravelmente exponenciada a possibilidade de acesso a informação municipal diversa em vários pontos da área urbana de Barcelos.

Um outro ponto primordial a promover no vindouro ano de 2016, já mencionado anteriormente a título introdutório, reporta-se às tecnologias afectas aos serviços municipais, nomeadamente no que se refere às aplicações vocacionadas para os mesmos.

Importará assegurar o funcionamento adequado de aplicações com forte implicação nos serviços municipais, tais como, AIRC, Vortal, entre outras.

O Sistema de Gestão Documental - GIMB do Município irá ser alvo de acções de melhoria e alargamento a novos módulos e novas funcionalidades, numa tentativa de melhorar a funcionalidade e operacionalidade dos serviços, sendo que também o armazenamento e disponibilidade de toda a informação municipal será tido em consideração.

Ainda nesta matéria, e tendo em vista a aproximação do munícipe com os serviços municipais, procurar-se-á desenvolver e disponibilizar plataformas integradas de envio e recepção de e-mail e sms em resposta a requerimentos apresentados por aqueles.

Por outro lado, as regras de alteração de dados e a monitorização do seu cumprimento diário em todo o universo municipal deverão ser consensualizadas assegurando dessa forma uma crescente fiabilidade da informação respectiva.

Todos estes "princípios" orientadores subjacentes à política municipal terão em consideração Infra-estruturas de Sistemas e de Redes adequadas.

Neste sentido, será imperativo assegurar políticas de renovação de equipamentos, assim como a melhoria dos níveis de operacionalidade dos equipamentos já existentes.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

A monitorização diária de sistemas servidores e equipamentos centralizadores da rede de dados municipal, aliada à antecipação de eventuais limitações que possam verificar-se, será também uma realidade que se pretende indefectível no sentido de alcançar níveis de operacionalidade superiores a 99,5%.

Na busca dos objectivos mencionados, além do trabalho diário desenvolvido pelos serviços internos do Município, será essencial a interacção com entidades externas, institucionais ou fornecedoras de serviços vários, enquanto facilitadores que contribuam activamente para assegurar as políticas pretendidas.

Um último ponto a merecer destaque na área de actuação municipal em apreço, embora transversal a todo o Município, prende-se com a instalação e funcionamento do Balcão Único.

Com a instalação deste "serviço", iniciado em meados de 2015, pretende-se concentrar o máximo de serviços municipais possível num único ponto de atendimento, sempre com a máxima de garantir a melhor e mais célere resposta aos anseios do munícipe.

Embora já iniciado este processo de instalação do Balcão Único, 2016 será um ano fundamental no que respeita ao seu funcionamento junto dos barcelenses.

Não obstante as restrições financeiras transversais a todos os Municípios portugueses de forma generalizada, bem como a política de rigor financeiro definida pelo executivo municipal, a aposta na melhoria das ferramentas tecnológicas de aproximação do Município de Barcelos ao seu munícipe será uma constante no ano vindouro.

Handwritten signatures in blue ink.



II- OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

1 - ESTRUTURAS DAS OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

1.1 ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Os instrumentos previsionais para o ano 2016 foram elaborados à luz dos normativos legais em vigor, sendo de realçar, no entanto, a existência de matéria que ainda aguarda regulamentação.

Refere o artigo 47.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais que “os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulamentados por Decreto-Lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente Lei”, sendo este o capítulo relativo às Regras Orçamentais.

Acontece que não foi publicado o anunciado diploma regulamentar.

Nestes termos, e pelo 2.º ano consecutivo, procedeu-se à elaboração do Orçamento e Grandes Opções do Plano respeitando o mais possível as regras impostas, à excepção da elaboração do Quadro Plurianual Municipal, previsto no artigo 44.º, que tem obrigatoriamente de ser regulamentado, dado o seu carácter vinculativo para o ano imediato, bem como a articulação a estabelecer com a Administração Central.

Nas demais matérias, procedeu-se ao ajustamento à nova legislação, o Orçamento passou a adoptar um novo conceito de equilíbrio orçamental, com referência à amortização média dos empréstimos, elaborou-se o articulado com as normas de execução que sistematiza um conjunto de regras de grande importância, foi elaborado o mapa das entidades participadas e ajustado o calendário de elaboração e apresentação dos documentos previsionais.

De notar que em matéria financeira têm sido muitas as alterações introduzidas, no sentido de impor regras limitadoras ao desequilíbrio das finanças públicas e ao endividamento excessivo, diplomas cuja interpretação é manifestamente confusa originando dificuldades e/ou responsabilidades evitáveis.

São exemplos claros do referido a Lei 75/2013, de 12 de Setembro, a Lei 73/2013, de 3 de Setembro, a Lei 50/2012, de 31 de Agosto, e sucessivos orçamentos de Estado.

Acresce referir que foi recentemente publicado o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro, que estabelece novo sistema contabilístico para a Administração Pública pelo que a breve prazo teremos mais alterações e de grande impacto.

Contudo, prosseguimos uma actuação de rigor na elaboração dos documentos previsionais, nas tarefas de registo e contabilização dos documentos, na gestão

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to read 'J. Leite' and several other initials.



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

económica e financeira, procurando obter eficiências e garantir a comparabilidade entre os exercícios económicos.

Porém, deparamo-nos, por vezes, com situações cujo enquadramento no Orçamento tem de ser alterado por revelarem características diferentes à percepção inicial.

É o caso das despesas decorrentes da adopção de medidas de apoio aos estágios profissionais, PEPAL, medidas de emprego inserção, entre outras, que foram a principio registadas na rubrica de pessoal em qualquer outra situação, por exercerem funções em tudo idênticas à dos outros trabalhadores e corresponderem a necessidades efectivas; de acordo com a Ficha de Apoio Técnico (FAT n.º 1/2012/RC/RS) do SATAPOCAL, somos conduzidos a classificar estas despesas no apoio a famílias.

Também algumas prestações de serviço por revelarem características de avenças, pelo que ao contrário da situação anterior, passaram a ser integradas na rubrica de pessoal.

O Orçamento para o ano 2016 reflecte de modo mais evidente os efeitos da deliberação da internalização da Empresa Municipal de Desportos (EMD), actualmente em fase de liquidação, tendo o Município procedido à integração dos trabalhadores, à gestão dos equipamentos e do serviço público prestado.

De mencionar que na falta dos valores do Orçamento de Estado, por ter ocorrido eleições a 4 de Outubro, foram inscritos ao nível das receitas do FEF, FSM e IRS os valores do ano 2015, na medida em que no actual quadro económico existe a expectativa de que os valores se manterão.

Por outro lado, este orçamento também reflecte o início de um novo quadro comunitário, Portugal 2020, situação que permite integrar um conjunto de investimentos a serem financiados pelos fundos europeus, que o diferencia do que se encontra actualmente em execução.

Resulta, desta circunstância, o incremento no valor de 4 milhões de euros no Orçamento para 2016, que apresenta um valor de 60,8 milhões de euros.

É com esta previsão de receitas que se apresenta a estrutura do orçamento. Ao nível das receitas correntes prevê-se arrecadar o valor de 49,9 milhões de euros (82,1%) e relativamente às receitas de capital o valor de 10,9 milhões de euros (17,9%).

Do lado da despesa, as correntes consomem 36,3 milhões de euros (59,7%) e as despesas de capital 24,5 milhões de euros (40,3%).

Os valores apresentados podem ser observados no quadro I, que apresenta o orçamento na forma mais agregada.



QUADRO I

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'N. J. Pereira' and others.

	(em euros)			
	Receita	%	Despesa	%
Correntes	49.935.994	82,1	36.292.300	59,7
Capital	10.874.006	17,9	24.517.700	40,3
Total	60.810.000	100,0	60.810.000	100,0

Importará analisar a questão do equilíbrio orçamental que é aferido em função das componentes correntes do Orçamento e do valor das amortizações médias.

Deste modo, a receita corrente de 49,9 milhões de euros servirá de contrapartida a uma despesa corrente de 36,3 milhões de euros, resultando uma poupança corrente de 13,6 milhões de euros.

Por outro lado, a previsão da despesa com amortizações médias com empréstimos de médio e longo prazo é de 2,8 milhões de euros, pelo que fica demonstrado o cumprimento da regra do equilíbrio agora fixada.

De salientar que, o valor muito significativo de poupança corrente, superior à receita de capital prevista, traduz um grande esforço na realização de investimento; de notar que a poupança corrente suportará 55,5% das despesas de capital.

Em termos comparativos com o orçamento do ano anterior prevê-se um aumento de receita de 4,6 milhões de euros que decorre essencialmente da previsão de financiamento do novo quadro comunitário.

As receitas correntes aproximam-se dos 50 milhões de euros (49,9 milhões de euros) inferiores em 521 mil euros ao ano transacto.

Contrariamente verifica-se um aumento das despesas correntes, no valor de 661 mil euros, que reflecte os efeitos da decisão de internalização dos serviços prestados pela EMD, em liquidação.

Esta diferença não é significativa para as alterações introduzidas, antes representam o resultado das medidas de rigor e a eficiência alcançada.

A despesa prevista no orçamento pode também ser apresentada do seguinte modo:



Despesas Correntes.....	36.292.300 €
Investimento e Transferências de Capital.....	21.585.700 €
Amortização de passivos financeiros e Outras.....	2.932.000 €

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Vig. J. Pereira' and other illegible signatures.

QUADRO II

Designação	Orçamento 2016	Designação	Orçamento 2016
RECEITAS CORRENTES	49.935.994	DESPESAS CORRENTES	36.292.300
Impostos Directos	15.400.200	Despesas com Pessoal	13.991.000
Impostos Indirectos	815.500	Aquisição de Bens e Serviços	16.342.300
Taxas, Mult. e O. Penal.	845.620	Juros e Outros Encargos	295.000
Rendimento Propriedade	4.765.100	Transferências Correntes	4.748.000
Transferências Correntes	24.052.474	Subsídios	250.000
Vendas Bens e Serviços	3.957.100	Outras Despesas Correntes	666.000
Outras Receitas Correntes	100.000		
RECEITAS CAPITAL	10.874.006	DESPESAS CAPITAL	24.517.700
Vendas Bens Investimento	854.100	Aquisição Bens de Capital	13.543.020
Transferências de Capital	10.017.906	Transferências de Capital	7.666.100
Outras Receitas de Capital	1.000	Activos Financeiros	376.580
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	1.000	Passivos Financeiros	2.930.000
		Outras Despesas Capital	2.000
TOTAL RECEITAS	60.810.000	TOTAL DESPESAS	60.810.000

As receitas correntes (49,9 milhões de euros) representam 82,1% do Orçamento e nelas destacam-se as provenientes de impostos directos e de transferências.

Os impostos directos situam-se sensivelmente ao nível da previsão do ano anterior, reflectindo uma leve descida na ordem dos 500 mil euros que decorre, essencialmente, da previsão do IMT. O ano 2016 permitirá perceber melhor as razões subjacentes à tendência descendente da cobrança deste imposto, pois que na origem poderá estar a expectativa, criada pela lei que enunciava a sua extinção, diploma que entretanto já foi alterado.

De entre os impostos directos o IMI é o que assume maior destaque, prevendo-se uma cobrança de 9 milhões de euros, valor que representa 60% da receita de impostos directos, 18% das receitas correntes e 14,8% das receitas totais.



As transferências correntes são as receitas que no orçamento tem maior significado, o que é revelador da forte dependência das receitas provenientes do Orçamento de Estado.

Como foi referido, na falta de Orçamento de Estado foram inscritos os valores do ano 2015, na convicção de que não irão surgir grandes alterações, sendo certo que poderão ser ajustados aquando da aprovação do Orçamento de Estado para 2016.

Neste grupo de receitas inscreve-se o FEF corrente, bem como as decorrentes de protocolos assinados com a Administração Central e serviços desconcentrados de que é exemplo a DGeste para actividades educativas e o IEFP para apoio a emprego.

A previsão das transferências correntes é inferior em cerca de 1 milhão de euros pelo facto das actividades extra curriculares passarem para a gestão dos agrupamentos de escolas, que assumiram a gestão desta actividade.

Contrariamente, a venda de bens e serviços reflecte um aumento de receita que decorre da gestão directa dos serviços desportivos, designadamente piscinas municipais, agora internalizados, e da maior eficiência de cobrança da receita de resíduos, que vinha sendo assegurada pela entidade concessionária ADB – Águas de Barcelos, SA e passou para o Município.

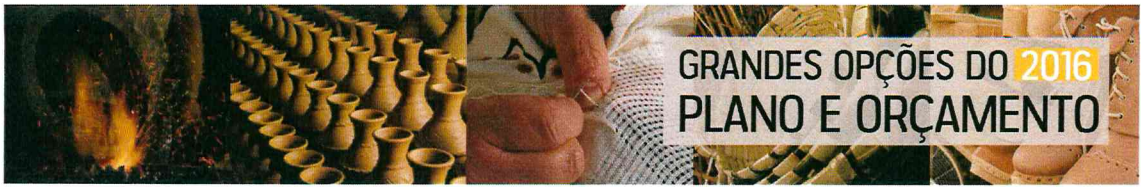
A previsão das receitas de capital totalizam 10,8 milhões de euros, e nesta classe de receita são também as transferências que se destacam com 10 milhões de euros.

Estas receitas repartem-se entre a parte de capital do FEF, o financiamento próprio e financiamento comunitário; este último divide-se entre a parte que falta receber de projectos executados ou em execução e o relativo a novos projectos apresentados no âmbito do Quadro Comunitário Portugal 2020, designadamente do Pacto para o desenvolvimento e coesão territorial e do PEDU – Plano estratégico de desenvolvimento urbano.

O financiamento do orçamento pela via da venda de bens de investimento cumpre as regras legais e repartem-se entre a venda de edifícios de habitação e de terrenos no valor total de 840 mil euros, valor idêntico ao previsto para o ano em curso e corresponde à média de cobrança dos últimos 3 anos.

As receitas apresentadas servem de suporte a um conjunto muito diversificado de despesas de natureza corrente, relacionadas com despesas de funcionamento, aquisição de bens, de serviços a atribuição de apoios sociais diversos e as de capital que garantem os investimentos, a amortização de empréstimos e a comparticipação em obras promovidas por entidades que prosseguem fins públicos ou de interesse público municipal.

No global das despesas são as despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços e as transferências que apresentam os valores mais relevantes: sendo de salientar



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

que relativamente ao ano transacto não se verificam grandes alterações à excepção do impulso dado às despesas de investimento pelo recurso ao financiamento externo (Portugal 2020) como pela aplicação da poupança corrente obtida.

De referir que a diminuição nas despesas com pessoal resulta apenas da alteração anteriormente referida, quanto ao enquadramento no classificador económico das despesas com projectos de apoio ao emprego e estágio profissionais, que passou a ser classificado na rubrica de transferências correntes.

Esta será melhor explicitada quando abordarmos as despesas de funcionamento.

Em face do referido o orçamento evidencia alguma estabilidade na medida em que em não se vislumbram alterações significativas em termos económicos e o órgão executivo tem prosseguido com a política de não alterar o valor das taxas cobradas, previstas nos regulamentos e as taxas dos impostos (não obstante a concessão da redução do IMI, em função do agregado familiar, que é introduzido pela primeira vez neste Orçamento).

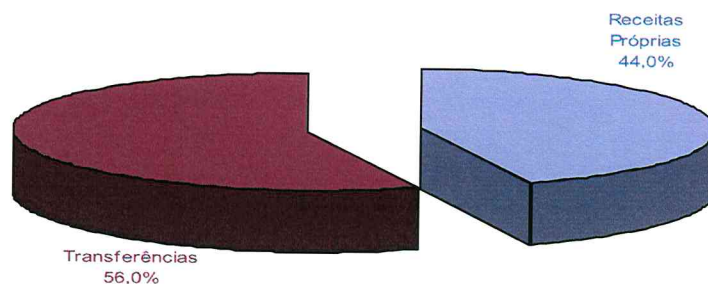
Deste modo, o aumento do orçamento decorre da obtenção de financiamento externo, canalizado para investimento público nas diferentes áreas de intervenção, designadamente educação, reabilitação de espaços e edifícios.



QUADRO III

RECEITAS TOTAIS (em euros)

Receitas	Correntes	%	Capital	%	Totais	%
Receitas Próprias	25.883.520	51,8	856.100	7,9	26.739.620	44,0
Transferências	24.052.474	48,2	10.017.906	92,1	34.070.380	56,0
Total	49.935.994	100,0	10.874.006	100,0	60.810.000	100,0



O quadro III enquadra as receitas previstas no Orçamento Municipal distinguindo-as entre receitas próprias e de transferências, permitindo concluir que nas receitas correntes as transferências (24 milhões de euros) representam 48,2% e as receitas próprias (25,9 milhões de euros) 51,8%, ou seja tem uma influência mais ou menos equivalente, com a primazia para as receitas próprias.

Contrariamente, as receitas de capital estão suportadas praticamente nas transferências de fundos de financiamento (10 milhões de euros) que representam 92,1% e as receitas próprias (856 mil euros) 7,9%.

Em termos globais resulta que o Orçamento Municipal tem uma dependência considerável de fontes de financiamento externo (56%), situação que não surpreende dadas as características do concelho quer em termos geográficos, como em termos económico/sociais.

De entre as receitas próprias destacam-se os impostos directos como sendo a receita própria mais significativa, estimando-se proporcionar ao Município o valor de 15,4 milhões de euros.

Nos impostos directos, o IMI proporcionará uma parte muito considerável da receita, que se estima em 9 milhões de euros, sendo no entanto de notar que o Município



**GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO**

deliberou manter a taxa de 0,35% para os prédios urbanos avaliados e conceder a redução do IMI às famílias, relativamente à habitação própria, em função do número de filhos.

Acresce ainda outros impactos possíveis neste imposto com origem em decisões da Administração Tributária e do Governo, como alterações de zonamento, a isenção em função dos rendimentos e do valor patrimonial.

QUADRO IV

RECEITAS PRÓPRIAS CORRENTES		
(em euros)		
	Valor	%
Impostos Directos	15.400.200	59,5
Impostos Indirectos e Taxas	1.661.120	6,4
Rendimentos de Propriedade	4.765.100	18,4
Venda de Bens e Serviços	3.957.100	13,7
Outros	100.000	0,4
Total	25.883.520	100,0

Quanto às receitas provenientes de taxas, a previsão é no sentido de que se mantenha ao nível do ano em curso, perspectivando-se, no entanto, alguma recuperação ao nível do licenciamento de obras e loteamentos, dado que a aprovação do PDM despertará iniciativas e uma nova dinâmica nos agentes económicos e decorrentes de processos de legalização de construções.

Da venda de bens e serviços estima-se arrecadar receitas na ordem de 3,9 milhões de euros, sendo as decorrentes do serviço público de recolha de resíduos as mais significativas, 2,1 milhões de euros.

Os rendimentos de propriedade advêm essencialmente de rendas de concessão e o valor de 4,7 milhões de euros previsto no orçamento respeita às rendas da concessão da iluminação pública à EDP e à CEVE, na ordem dos 2,6 milhões de euros, e da concessão do sistema de abastecimento de água e saneamento à ADB, cuja renda anual é de 384 mil euros.

Salienta-se que o valor previsto para a renda da ADB é de 1,8 milhões de euros por existir dívida de anos anteriores.

QUADRO V
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

(em euros)

	Valor	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	17.250.953	63,5
Fundo Social Municipal	2.658.456	11,1
Participação variável no IRS	2.398.015	10,0
DGEstE (DREN) e outras entidades	1.225.050	5,1
Financiamentos Comunitários	520.000	2,2
Total	24.052.474	100,0

M. Jesuino
21/09/2016
seu
de
Kau
de
de

QUADRO VI

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL

(em euros)

	Valor	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.916.772	19,1
Financiamentos Comunitários	7.100.134	70,9
Outros	1.001.000	10,0
Total	10.017.906	100,0

Na sequência do referido anteriormente as transferências do FEF no Orçamento Municipal têm uma importância muito significativa e totalizam 19,2 milhões de euros, valor este que decorre da participação nos impostos, distribuído pelo Orçamento de Estado e garantido pelo RFAL.

Neste grupo de despesas, o FEF corrente é de 17,3 milhões de euros e representa 63,5% das transferências correntes, e 56 % do total das transferências, sendo pois um valor considerável.

O FSM ocupa o segundo lugar nas transferências correntes, com uma receita de 2,7 milhões de euros, seguindo-se a participação no IRS, com 2,4 milhões de euros.



**GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO**

Estas transferências do Orçamento de Estado rondam os 24,2 milhões de euros, sendo que o FSM é uma receita consignada.

A receita com proveniência da DGeste decorre de protocolos relativos à Componente de Apoio à Família (CAF) e comparticipação nas refeições escolares do primeiro ciclo do ensino básico e ronda os 800 mil euros.

Também com idêntica natureza existirá a receita do IEFP, na qualidade de entidade financiadora de diversos programas de emprego, com 400 mil euros.

As transferências de capital são de 10 milhões de euros e constituídas pelo FEF (1,9 milhões de euros), por fundos comunitários (7,1 milhões de euros) e outros (1 milhão de euros).

O Orçamento prevê receita de fundos comunitários, na ordem dos 7,6 milhões de euros, sendo 520 mil euros, de natureza corrente, e 7,1 milhões de euros de natureza capital.

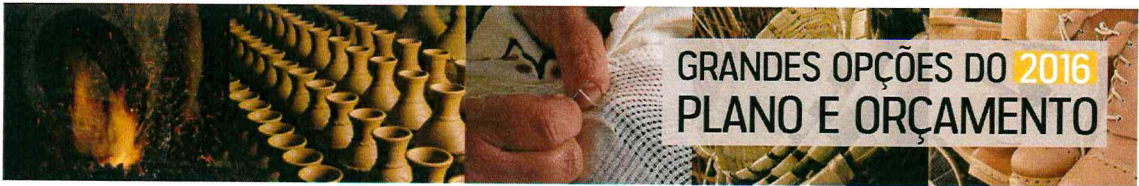
A parte corrente do financiamento comunitário decorre da previsão da elaboração de estudos e aquisição de bens e serviços em algumas candidaturas, principalmente no PACTO.

Em termos de receita de capital, prevê-se o financiamento dos investimentos inscritos no PPI, no valor de 5,3 milhões de euros, e o recebimento de valores de outros projectos, alguns dos quais actualmente em fase de execução.

QUADRO VII

RECEITAS PRÓPRIAS CAPITAL		
(em euros)		
	Valor	%
Venda de Bens de Investimento	854.100	99,8
Outros	2.000	0,2
Total	856.100	100,0

As receitas da venda de bens de investimento foram previstas de acordo com as regras previsionais actualmente em vigor e resultam da previsão de venda de habitações de cariz social, como a parte restante do Loteamento da Malhadoura e da



**GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO**

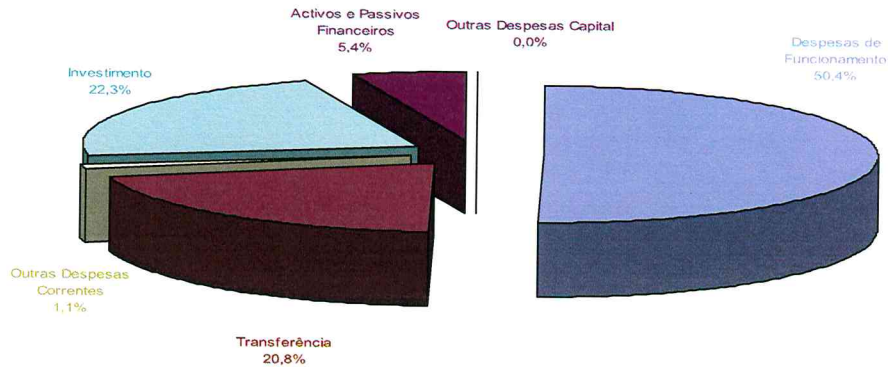
Fundação Salazar, como de terrenos, cuja natureza e localização os torna dispensáveis.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones on the right side.

QUADRO VIII

DESPESAS TOTAIS

Despesas	Correntes		Capital		Totais	
		%		%		%
Despesas de Funcionamento	30.628.300	84,4			30.628.300	50,4
Transferência	4.998.000	13,8	7.666.100	31,3	12.664.100	20,8
Outras Despesas Correntes	666.000	1,8		0,0	666.000	1,1
Investimento			13.543.020	55,2	13.543.020	22,3
Activos e Passivos Financeiros			3.306.580	13,5	3.306.580	5,4
Outras Despesas Capital			2.000	0,0	2.000	0,0
Total	36.292.300	100,0	24.517.700	100,0	60.810.000	100,0



O quadro VIII permite uma apreciação das despesas correntes e de capital numa perspectiva não menos interessante, como as despesas de funcionamento, as transferências, o investimento e os passivos financeiros.

Referir que, as despesas de funcionamento absorvem uma fatia considerável, 30,6 milhões de euros do orçamento, e respeitam a despesas com pessoal, energia eléctrica de todos os equipamentos e edifícios municipais, entre os quais as escolas, água, comunicação, recolha e tratamento de resíduos sólidos, limpeza urbana, iluminação pública de todo o concelho, etc.

Para além destas, integram também um conjunto diversificado de despesas com iniciativas potenciadoras do desenvolvimento do concelho e concentrado nas pessoas, designadamente:

- iniciativas culturais e educativas nos diversos graus de ensino;

- desenvolvimento de projectos de cariz social dirigidos a estratos específicos;
- acções criativas de dinâmicas e de atracção turística;
- em resumo, são uma panóplia de acção enriquecedoras, cuja despesa é de natureza corrente, e promove a gastronomia, o artesanato, o ambiente, a inclusão social, a cidadania, o turismo, entre muitos outros valores de interesse municipal.

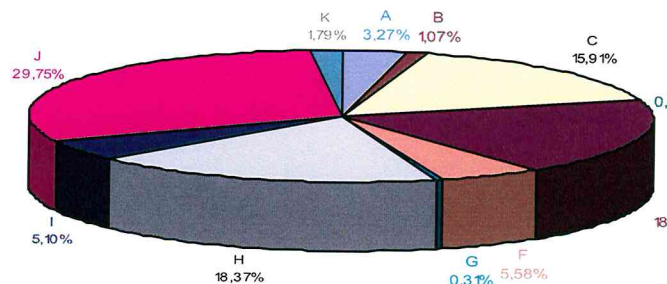
As despesas de funcionamento (30,6 milhões de euros) representam 84,4 % da despesa corrente e 50,4% do orçamento; o investimento (13,5 milhões de euros) representa 55,2% da despesa de capital e 22,3% do orçamento; as transferências (12,7 milhões de euros) representam 20,8% do orçamento.

De notar o acréscimo das despesas de funcionamento decorre somente da internalização da Empresa Municipal de Desportos.

1.2 ESTRUTURA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Investimento e Transferências de Capital (21.585.700 €)

A	Serviços Gerais da Administração Pública
B	Segurança e Ordem Pública
C	Educação
D	Saúde
E	Habitação e Serviços Colectivos
F	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos
G	Indústria e Energia
H	Transportes e Comunicações
I	Comércio e Turismo
J	Transferências entre Administrações
K	Diversas não Especificadas





GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO

Miguel Estêvão

Handwritten signatures and initials in blue ink.

RESUMO DO INVESTIMENTO INSCRITO NAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO		
(em euros)		
Objectivos/Programa	Valor	%
Funções Gerais	935.550	4,33%
Serviços Gerais da Administração Pública	705.050	
Segurança e Ordem Públicas	230.500	
Funções Sociais	8.710.147	40,35%
Educação	3.433.997	
Saúde	50	
Habitação e Serviços Colectivos	4.070.850	
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1.205.250	
Funções Económicas	5.132.223	23,78%
Indústria e Energia	66.473	
Transportes e Comunicações	3.965.700	
Comércio e Turismo	1.100.050	
Outras Funções	6.807.780	31,54%
Transferências entre Administrações	6.421.000	
Diversas não Especificadas	386.780	
TOTAIS	21.585.700	100,00%



GRANDES OPÇÕES DO 2016 PLANO E ORÇAMENTO

O investimento e as transferências de capital, que constituem investimento directo do Município no concelho, atinge, em 2016, o valor de 21,6 milhões de euros, e merece elevado destaque pelo esforço que representa na gestão do Orçamento Municipal.

Isto porque a poupança corrente financia uma parte considerável do investimento, 13,6 milhões de euros.

De salientar que o plano de investimento, distribuído pelas classes económicas 07,08 e 09, é de 21,5 milhões de euros, e as receitas de capital são apenas de 10,8 milhões de euros.

Actualmente, as despesas de natureza corrente tendem a assumir valores cada vez mais elevados, decorrente de fragilidades sociais, da manutenção dos equipamentos construídos e instalados, cuja sofisticação proporciona qualidade de vida e conforto, mas mais exigentes na assistência técnica para garantir o seu normal funcionamento.

Também é preocupação a prestação de serviços cada vez mais alargada à população, seja na educação, na manutenção e embelezamento das zonas públicas, maior proximidade na recolha de resíduos domésticos, etc.

Por todas estas razões, haverá que encontrar uma situação equilibrada, face à limitação de recursos, sendo certo que o investimento, seja no património municipal, na criação de infra-estruturas ainda deficitárias ou na reabilitação das existentes, será seguramente uma preocupação com impacto muito elevado no desenvolvimento do concelho.

Em face dos recursos disponíveis, quer próprios quer externos, provenientes de fundos europeus, o Município vai continuar a investir na educação, prevendo-se a construção do Centro Escolar da Várzea, a renovação de diversos edifícios escolares, a construção do Pavilhão de Fragoso, a reabilitação e ampliação do edifício escolar de Roriz, atribuindo 3,4 milhões de euros para este domínio.

Estas intervenções serão financiadas no âmbito do PACTO para o desenvolvimento e Coesão Social.

O investimento em serviços colectivos, que enquadra a reabilitação urbana, também terá obras na ordem dos 3 milhões de euros, tais como a Reabilitação da Avenida Combatentes da Grande Guerra, Passagem superior sobre o corredor verde da Ribeira do Patarro, Nó de ligação ao IPCA e a reabilitação de diversas ruas na zona urbana.

Muitos destes projectos serão financiados pelo PEDU – Plano estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Destaca-se neste plano de investimento a inscrição da Reabilitação do Mercado Municipal, com uma dotação de 1,1 milhões de euros, para o próximo ano.



GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO

A recuperação deste equipamento, no valor de 2,7 milhões de euros, também está previsto no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), com um financiamento de 85%.

No que concerne às transferências para as diversas instituições, designadamente as Juntas de Freguesia, o Orçamento garante uma participação nas receitas idêntica à de anos anteriores.

Em termos de aplicação de recursos e sem que constitua uma opção do Município, o Plano prevê também a comparticipação no FAM, pelo segundo ano consecutivo, no valor de 376.530 €, situação que nos 7 anos consumirá 2,7 milhões ao Município.

Handwritten signatures in blue ink:
- A large signature at the top right.
- A signature below it.
- A signature below that.
- A signature below that.
- A signature below that.
- A signature below that.



III - OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No decorrer da preparação deste Orçamento foi publicado um Novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro, que entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2017, circunstancia que marcará o ano de 2016 como um ano de estudo e de adaptação ao novo modelo.

Também durante o próximo ano serão criadas as condições para a implementação do Orçamento Participativo, pelo que o ano 2016 será, em matéria de natureza orçamental e financeira, marcado por diversas alterações ainda a aprofundar.

No que respeita à assumpção de encargos plurianuais é introduzida uma alteração facilitadora dos procedimentos, sem prejudicar a função de controlo da Assembleia Municipal.

Nos demais articulados os ajustamentos poderão ser considerados de mero pormenor.

Artigo 1.º Objecto

As presentes normas têm por objecto estabelecer as regras e procedimentos aplicáveis à execução do orçamento do Município de Barcelos, para o ano de 2016, elaborado em cumprimento dos princípios orçamentais, bem como dos princípios estabelecidos nas demais normas disciplinadoras da matéria financeira, designadamente na Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, diploma que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

As normas de execução são elaboradas nos termos da alínea d), do número 1 do artigo 46.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais e tem por objecto a criação de condições para o desenvolvimento da actividade financeira em prol da concretização dos objectivos traçados no Orçamento, cuja responsabilidade envolverá todos os serviços municipais.

Sem prejuízo do disposto no presente, são aplicáveis as disposições constantes na Norma de Controlo Interno do Município de Barcelos.



Artigo 2.º Execução Orçamental

A execução dos documentos previsionais será baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência do serviço público. A gestão das receitas e despesas será baseada em medidas de rigor, de modo a permitir uma efectiva cobrança das receitas e por outro lado, a maior satisfação das necessidades colectivas dos munícipes.

Os valores inscritos na despesa constituem limites à sua utilização, sendo que os valores da receita poderão ser superiores aos valores previstos.

As receitas consignadas não poderão ser utilizadas para fim diferente do previsto e as despesas cobertas por estas receitas não poderão servir de contrapartida em alterações orçamentais, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo seguinte.

Artigo 3.º Modificações ao Orçamento e GOP's

A utilização racional das dotações aprovadas poderá viabilizar a reorientação das verbas, através do mecanismo de modificações orçamentais, em estrito cumprimento com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

As dotações inscritas no Orçamento, participadas por Fundos Comunitários, ou outros, só poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas no valor da contrapartida do próprio Município.

Na elaboração das modificações orçamentais que impliquem transferência de verbas de capital para reforço de despesas correntes deverá ter-se em consideração a necessidade de garantir o equilíbrio corrente do Orçamento.

Durante o exercício económico poderão ser apresentadas revisões ao orçamento para a inscrição de novos projectos ou reforço dos existentes, designadamente pela integração do saldo do exercício anterior ou em razão de situações imprevisíveis.

Artigo 4.º Despesas Urgentes e Inadiáveis

Nas despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, do mesmo tipo ou natureza cujo valor, isolado ou conjuntamente, não exceda o valor de 5.000 €, por mês, a assunção do compromisso é efectuada até às 48 horas posteriores à realização da despesa.



Nas situações em que estejam em causa o excepcional interesse público ou a preservação da vida humana, a assunção do compromisso é efectuada no prazo de 10 dias após a realização da despesa.

As despesa urgentes e de carácter inadiável a efectuar por fundos de maneiio, nos termos do regulamento aprovado, são objecto de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição.

Artigo 5.º **Registo contabilístico**

O registo contabilístico dos documentos relativos à receita e despesa deverão obedecer a todas as regras e princípios em vigor, devendo, todos os serviços municipais, colaborar com o Departamento Financeiro no sentido de atempadamente assegurarem o envio dos documentos indispensáveis.

Todos os documentos susceptíveis de registo contabilístico devem estar suportados em programas informáticos, devendo promover-se a sua integração ou articulação, garantindo fiabilidades e automatismos, sem prejuízo das necessárias validações pelos serviços.

No que respeita ao processamento dos vencimentos devem os serviços responsáveis pelo seu processamento enviar as folhas de remunerações com antecedência de 5 dias úteis, face ao dia do pagamento, que geralmente é dia 25.

De modo a garantir o encerramento do ano económico-contabilístico e todo o trabalho inerente a contagens e conferências, no mês de Dezembro só poderão ser efectuados pedidos prévios em casos urgentes e devidamente justificados pelo Vereador do Pelouro.

Com o mesmo objectivo, e sem prejuízo de se promover o envio atempado dos documentos de despesa, estipula-se a data de 31 de Janeiro como limite para o processamento de faturas por conta do exercício a que se refere o presente orçamento.

Artigo 6.º **Gestão dos bens móveis, imóveis e de stocks**

As aquisições de imobilizado efectuam-se de acordo com as Grandes Opções do Plano, nomeadamente do Plano Plurianual de Investimentos e com base nos procedimentos legais da despesa e orientações das prioridades estabelecidas pelo Órgão Executivo, sem prejuízo das delegações existentes ou exercício de competências próprias.



Nas vendas de imobilizado deverá ser acautelada a melhor arrecadação de receita, devendo constar do processo uma avaliação prévia dos bens.

Na gestão de stocks deverá privilegiar-se, sempre que possível, o fornecimento contínuo e com um período mínimo de armazenagem.

Artigo 7.º
Estorno, anulações e restituição de receitas

O estorno e/ou anulação de recebimentos que tenham por justificação a duplicação ou lapso de cálculo, deverão ser devidamente justificados pela chefia do respectivo serviço.

A restituição de valores indevidamente recebidos deverá ser promovida de imediato, sem prejuízo da justificação e/ou validação da chefia do serviço.

Outras restituições deverão ser devidamente justificadas e autorizadas superiormente pelo membro do executivo com competência para o efeito.

Artigo 8.º
Cauções

As importâncias que servem de caução ou de garantia de qualquer obrigação deverão ser objecto de registo em contas específicas e os originais arquivados na Tesouraria, ficando os serviços com cópias nos processos.

Para a libertação das cauções ou garantias deverão os serviços enviar informação devidamente fundamentada e autorizada pelo membro do executivo com competência, ao Departamento Financeiro que promoverá o seu cancelamento.

Artigo 9.º
Arrecadação da receita

Os serviços devem promover a liquidação e arrecadação das receitas municipais em cumprimento das regras e regulamentos municipais, bem como dos contratos celebrados e de outros instrumentos financeiros, designadamente decorrente de protocolos, contratos programa e afins.

A receita liquidada deverá ser classificada orçamentalmente, em rubrica apropriada, de acordo com orientações do Departamento Financeiro.



Artigo 10.º
Realização da despesa

A realização da despesa está sujeita a regras específicas como cabimento orçamental e compromisso, estando este dependente da existência de fundos disponíveis.

A gestão e controlo dos recursos financeiros estão a cargo do Departamento Financeiro, que garantirá os registos inerentes a todo o processo de despesa.

O pagamento da despesa realizada está sujeito à verificação do cumprimento de todas as obrigações legais designadamente fiscais e contributivas.

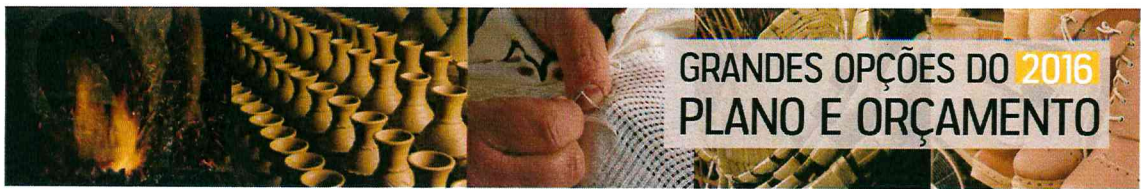
Artigo 11.º
Compromissos assumidos

Consideram-se assumidas, no decurso do ano, desde que precedidas do cumprimento dos requisitos legais, as seguintes despesas:

- vencimentos e demais encargos;
- serviço de dívida;
- rendas;
- contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
- água, energia eléctrica e gás;
- comunicações;
- prémios de seguros;
- quaisquer outros encargos que resultem da lei ou de contratos legalmente celebrados.

Consideram-se igualmente assumidos as despesas imputadas ao Município resultantes de quotas e despesas de funcionamento aprovados nos orçamentos das entidades intermunicipais ou participadas, designadamente da CIM, Quadrilátero, Porto e Norte, CIAB, e de outras de idêntica natureza.

Sempre que, dos orçamentos das entidades previstas no número 2, decorram compromissos de projectos de investimento terão de ser previamente analisados tendo em conta a dotação orçamental do Município.



Artigo 12.º **Compromissos plurianuais**

Nos termos do n.º 12, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, com redacção actualizada, consideram-se autorizados pela Assembleia Municipal, de forma prévia e genérica, a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação, desde que resultem de projectos e actividades inscritos nas Grandes Opções do Plano.

Ficam igualmente autorizadas outras despesas plurianuais relativas ao funcionamento dos serviços.

Exceptuam-se do disposto no n.º 1 e 2 os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa.

O Executivo Municipal fica obrigado a comunicar à Assembleia Municipal o recurso a esta autorização sempre que os encargos plurianuais ultrapassem os 50.000 €.

Artigo 13.º **Empréstimos**

Para a satisfação de necessidades transitórias de tesouraria o Órgão Executivo poderá contrair empréstimos de curto prazo o qual terá de ser amortizado até ao final do ano.

Poderão ser contraídos empréstimos de médio e longo prazo, em condições a acordar, dentro dos limites estabelecidos para o endividamento e de acordo com a legislação em vigor aplicável.

Artigo 14.º **Actualização de Taxas e Isenções**

No Orçamento apresentado não está prevista a actualização das taxas contempladas nos Regulamentos Municipais.

As isenções de taxas concedidas nos termos dos regulamentos deverão ser devidamente quantificadas e comunicadas a Assembleia Municipal.

Para efeito de cumprimento do disposto no número anterior os serviços elaboram mensalmente listagem das isenções concedidas, devidamente quantificadas, e remetem ao Departamento Financeiro.



Artigo 15.º **Freguesias**

Nos termos do Orçamento e de acordo com a sua execução, a Câmara Municipal fica autorizada a proceder a transferências correntes e de capital para as Juntas de Freguesia.

As transferências a conceder poderão financiar competências próprias ou delegadas das Juntas de Freguesia, devendo ser estabelecidos acordos de execução ou contratos de delegação.

Das transferências concedidas a Câmara Municipal dará conhecimento à Assembleia Municipal.

Artigo 16.º **Entidades terceiras**

Os apoios a entidades terceiras que prossigam fins de interesse público ou para a realização de actividades de interesse municipal de âmbito social, cultural, desportivo e recreativo deverão, sempre que possível, ser suportados em contratos de colaboração ou protocolos.

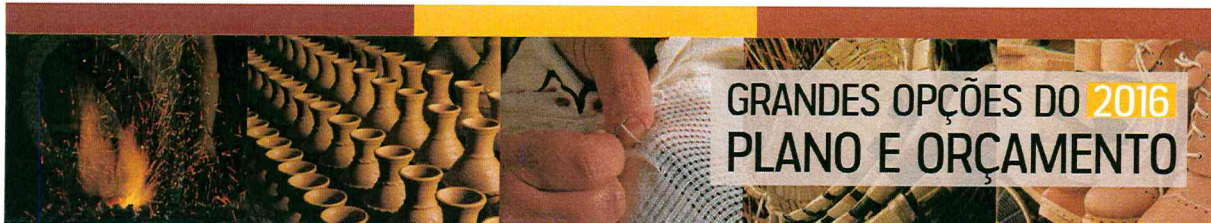
Previamente à atribuição dos apoios referidos no número anterior deverá ser verificada a existência de cabimento e disponibilidade financeira.

Os contratos – programa com entidades terceiras, entre as quais as empresas municipais, deverão cumprir os requisitos legais, designadamente as regras impostas para o processamento e autorização da despesa.

Na eventualidade da celebração de um contrato/protocolo urgente, a submeter a ratificação do Órgão Executivo, deverão também ser observados o disposto no número anterior.

Artigo 17.º **Dúvidas sobre a execução do orçamento**

As dúvidas que suscitem na execução do orçamento e na aplicação ou interpretação das normas de execução do orçamento serão resolvidas por despacho do Sr. Presidente ou do Vereador com competência delegada em matéria financeira, após parecer do Departamento Financeiro.



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized 'C' and several names.

RESUMO DO ORÇAMENTO

Município de Barcelos

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2016

Receitas	Montante (€)	Despesas	Montante (€)
Correntes	49.935.994	Correntes	36.292.300
Capital	10.874.006	Capital	24.517.700
Total:	60.810.000	Total:	60.810.000
Serviços Municipalizados	0	Serviços Municipalizados	0
Total Geral:	60.810.000	Total Geral:	60.810.000

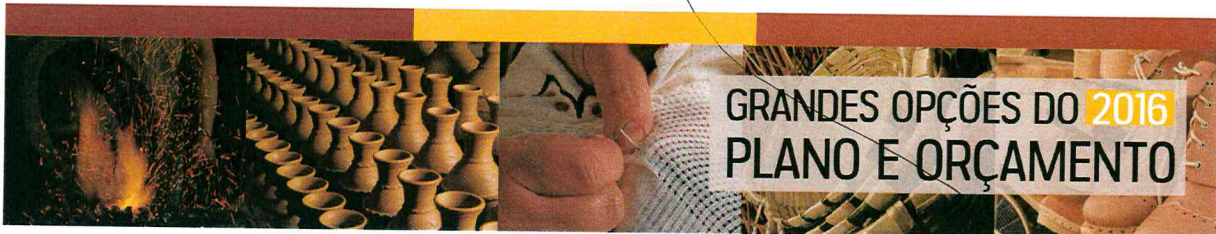
ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO

Handwritten signatures in blue ink:
Miguel Estêvão
Am
S
S
K
A

ORÇAMENTO DA RECEITA



Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
<small>Class. Económica</small>		€
01	Impostos directos	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	9.000.000
010203	Imposto único de circulação	2.500.000
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	2.500.000
010205	Derrama	1.400.000
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	50
01020702	Imposto municipal de sisa	50
01020703	Imposto municipal sobre veículos	50
010299	Impostos directos diversos	50
	Total do Capítulo Económico 01:	15.400.200
02	Impostos indirectos	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.localis	
02020601	Mercados e feiras	400.000
02020602	Loteamentos e obras	200.000
02020603	Ocupação da via pública	20.000
02020605	Publicidade	75.000
02020699	Outros	
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	500
0202069903	Taxa controlo metrologico	20.000
0202069999	Outros	100.000
	Total do Capítulo Económico 02:	815.500
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012302	Loteamentos e obras	500.000
04012303	Ocupação da via pública (parcómetros)	20.000
04012305	Caça, uso e porte de arma	500
04012399	Outras	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	500
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	120
0401239999	Outras	250.000
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	20.000
040202	Juros compensatórios	30.000

Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	1.500
040299	Multas e penalidades diversas	23.000
	Total do Capítulo Económico 04:	845.620
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	20.000
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050702	Empresas públicas municipais e intermunicipais	20.000
0509	Participações nos lucros de administ. públicas	
050999	Outras	
05099901	Distribuição resultados FAM	50
0510	Rendas	
051001	Terrenos (direito superfície)	255.000
051005	Bens de domínio público	
05100501	Concessão de jazigos e sepulturas	70.000
051099	Outros	
05109901	Rendas de concessão da EDP e Vale D'Este	2.600.000
05109902	Rendas de concessão de água e saneamento	1.800.000
05109999	Outros	50
	Total do Capítulo Económico 05:	4.765.100
06	Transferências correntes	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	17.250.953
06030102	Fundo Social Municipal	2.658.456
06030103	Participação variável no IRS	2.398.015
06030199	Outras	
0603019902	DGESTE (DREN)	800.000
0603019903	IEFP	400.000
0603019999	Outras	50
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	
06030601	FEDER	
0603060107	Outros	20.000
0603060111	PACTO para o desenvolvimento e coesão territorial	500.000
0606	Segurança social	
060601	Sistemas de solidariedade e segurança social	25.000
	Total do Capítulo Económico 06:	24.052.474

Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

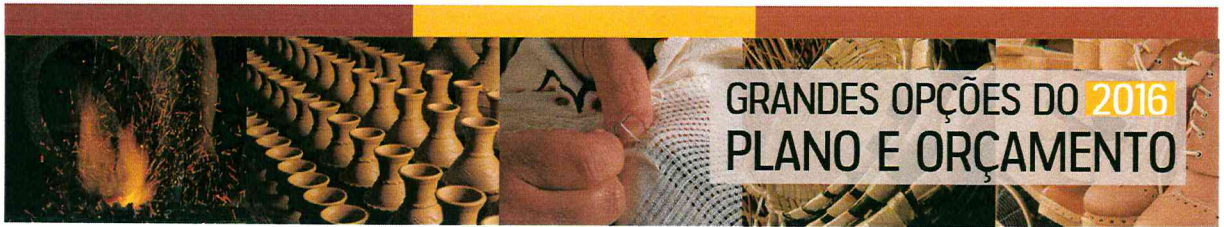
Código	Designação	Montante
<small>Class. Económica</small>		<small>€</small>
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070109	Matérias de consumo	50
070111	Produtos acabados e intermédios	
07011101	Água	50
0702	Serviços	
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020803	Serviços culturais	200.000
07020804	Serviços desportivos	500.000
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020902	Resíduos sólidos	2.100.000
07020904	Trabalhos por conta de particulares	20.000
07020905	Cemitérios	10.000
07020906	Mercados e feiras	60.000
07020907	Parques de estacionamento	40.000
07020999	Outros	
0702099903	Transportes Escolares	250.000
0702099904	Cantinas Escolares	700.000
0702099999	Outros (peças de artesanato e livros)	5.000
0703	Rendas	
070301	Habitações	7.000
070302	Edifícios	40.000
070399	Outras	25.000
	Total do Capítulo Económico 07:	3.957.100
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019999	Diversas	100.000
	Total do Capítulo Económico 08:	100.000
	Total das Receitas Correntes:	49.935.994
09	Venda de bens de investimento	
0901	Terrenos	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09010101	Reservatório Faial	1.000
09010104	Terreno na Freguesia da Pousa	125.000
09010105	Lote de Terreno em Durrães	120.000
090110	Famílias	

Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
<small>Class. Económica</small>		€
09011002	Lotes de Terreno em Cambeses	125.000
0902	Habitacões	
090210	Famílias	
09021001	Habitacões em Milhazes	180.000
09021003	Fundacão Salazar	300.000
0903	Edifícios	
090310	Famílias	100
0904	Outros bens de investimento	
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09040101	Equipamento de transporte	1.000
09040102	Maquinaria e equipamento	1.000
09040103	Outros	1.000
	Total do Capitulo Económico 09:	854.100
10	Transferências de capital	
1001	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
100101	Públicas	
10010101	Empresas públicas	
1001010101	Resulima - Protocolo Obra de Paradela	1.000.000
1003	Administracão central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	1.916.772
10030104	Cooperacão Técnica e Financeira	
1003010499	Outros	1.000
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	FEDER	
1003070104	Eixo 1 - Eficiência energetica iluminação pública	692.134
1003070121	Outros	1.000
1003070136	Overbooking	1.000.000
1003070138	Eixo 4	50.000
1003070139	Eixo 2	25.000
1003070140	PACTO para o desenvolvimento e coesão territorial	3.632.000
1003070141	PEDU - Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano	1.700.000
	Total do Capitulo Económico 10:	10.017.906
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130199	Outras	1.000
	Total do Capitulo Económico 13:	1.000

Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
<small>Class. Económica</small>		€
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.000
	Total do Capítulo Económico 15:	1.000
	Total das Receitas de Capital:	10.874.006
	Total do Orçamento da Receita:	60.810.000



GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

ORÇAMENTO DA DESPESA



Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		€
01	Administração Autárquica	
01 01	Despesas com o pessoal	
01 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
01 010213	Outros suplementos e prémios	
01 01021302	Outros	60.000
	Total do Capítulo Económico 01:	60.000
01 02	Aquisição de bens e serviços	
01 0201	Aquisição de bens	
01 020108	Material de escritório	250
01 020121	Outros bens	
01 02012106	Outros	1.000
01 0202	Aquisição de serviços	
01 020213	Deslocações e estadas	3.000
01 020217	Publicidade	1.500
01 020219	Assistência técnica	1.000
01 020220	Outros trabalhos especializados	
01 02022002	Outros	1.500
	Total do Capítulo Económico 02:	8.250
	Total das Despesas Correntes:	68.250
	Total do Capítulo Orgânico 01:	68.250
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	
02 01	Despesas com o pessoal	
02 0101	Remunerações certas e permanentes	
02 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	200.000
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02 01010401	Pessoal em funções	6.500.000
02 01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos trabalho	345.000
02 010106	Pessoal contratado a termo	
02 01010601	Pessoal em funções	5.000
02 01010604	Recrutamento de pessoal para novos postos trabalho	10.000
02 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	125.000
02 010108	Pessoal aguardando aposentação	20.000
02 010109	Pessoal em qualquer outra situação	400.000
02 010111	Representação	100.000
02 010113	Subsidio de refeição	700.000
02 010114	Subsídio de férias e de Natal	1.550.000

Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		€
02 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	400.000
02 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02 010202	Horas extraordinárias	50.000
02 010204	Ajudas de custo	10.000
02 010205	Abono para falhas	15.000
02 010210	Subsídio de trabalho nocturno	2.000
02 010211	Subsídio de turno	200.000
02 010212	Indemnizações por cessação de funções	20.000
02 010213	Outros suplementos e prémios	
02 01021302	Outros	70.000
02 0103	Segurança social	
02 010301	Encargos com a saúde	350.000
02 010302	Outros encargos com a saúde	175.000
02 010303	Subsídio familiar a criança e jovens	80.000
02 010304	Outras prestações familiares	15.000
02 010305	Contribuições para a segurança social	
02 01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	2.000
02 01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
02 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	1.600.000
02 0103050202	Regime Geral	800.000
02 010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	30.000
02 010308	Outras pensões	7.000
02 010309	Seguros	
02 01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	150.000
	Total do Capítulo Económico 01:	13.931.000
02 02	Aquisição de bens e serviços	
02 0201	Aquisição de bens	
02 020101	Matérias-primas e subsidiárias	250.000
02 020102	Combustíveis e lubrificantes	
02 02010201	Gasolina	30.000
02 02010202	Gasóleo	600.000
02 02010299	Outros	110.000
02 020104	Limpeza e higiene	60.000
02 020107	Vestuário e artigos pessoais	100.000
02 020108	Material de escritório	100.000
02 020109	Produtos químicos e farmacêuticos	10.000
02 020112	Material de transporte-Peças	220.000

Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		€
02 020113	Material de consumo hoteleiro	5.000
02 020114	Outro material-Peças	30.000
02 020115	Prémios, condecorações e ofertas	40.000
02 020116	Mercadorias para venda	
02 02011602	Electricidade	2.700.000
02 02011603	Outras	10.000
02 020117	Ferramentas e utensílios	10.000
02 020118	Livros e documentação técnica	2.000
02 020119	Artigos honoríficos e de decoração	2.000
02 020120	Material de educação, cultura e recreio	50.000
02 020121	Outros bens	
02 02012101	Aquisição de Materiais de Construção	50.000
02 02012105	Aquisição de Outros Materiais	110.000
02 02012106	Outros	110.000
02 0202	Aquisição de serviços	
02 020201	Encargos das instalações	
02 02020101	Escolas e Jardins Infância	700.000
02 02020102	Outros	850.000
02 020202	Limpeza e higiene	100.000
02 020203	Conservação de bens	300.000
02 020205	Locação de material de informática	50.000
02 020206	Locação de material de transporte	50
02 020209	Comunicações	250.000
02 020210	Transportes	
02 02021001	Transportes Escolares	2.600.000
02 02021002	Outros	40.000
02 020211	Representação dos serviços	10.000
02 020212	Seguros	150.000
02 020213	Deslocações e estadas	100.000
02 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	300.000
02 020215	Formação	20.000
02 020216	Seminários, exposições e similares	350.000
02 020217	Publicidade	130.000
02 020218	Vigilância e segurança	270.000
02 020219	Assistência técnica	80.000
02 020220	Outros trabalhos especializados	
02 02022001	Tratamento de resíduos	1.200.000

Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	02022002	Outros	1.100.000
02	020222	Serviços de saúde	30.000
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	375.000
02	020225	Outros serviços	
02	02022501	Rendas	110.000
02	02022503	Aquisição de Serviços	550.000
02	02022504	Vigilância florestal	120.000
02	02022505	Cantinas Escolares	1.900.000
02	02022599	Outros	50.000
Total do Capítulo Económico 02:			16.334.050
02	03	Juros e outros encargos	
02	0301	Juros da dívida pública	
02	030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
02	03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	
02	0301030202	C.G.D. (Investimento - 12.469.947 Euros)	5.000
02	0301030204	B.T.A. (Investimento - 9.975.958 Euros)	20.000
02	0301030205	C.G.D. (Linha Crédito III QCA - 2.210.248 Euros)	2.000
02	0301030206	B.C.P. (Investimento - 15.000.000 Euros)	60.000
02	0301030207	C.G.D. (Obras participadas- 396.017 Euros)	1.000
02	0301030208	C.G.D. (Obras participadas - 299.953 Euros)	1.000
02	0301030209	C.G.D. (Financiamento 2.267.626 Euros)	3.000
02	0301030210	C.G.D. (Investimento -2.500.000 Euros)	3.000
02	0301030211	C.G.D. (Investimento - 2.250.988 Euros)	110.000
02	0301030212	C.C.A. (Investimento 2.243.585 Euros)	90.000
Total do Capítulo Económico 03:			295.000
02	04	Transferências correntes	
02	0405	Administração local	
02	040501	Continente	
02	04050102	Freguesias	
02	0405010201	Protocolo de Cooperação	728.000
02	0405010202	Outras Transferências	100.000
02	04050104	Associações de municípios	
02	0405010401	CIM	50.000
02	0405010402	Quadrilatero	70.000
02	04050108	Outros	5.000
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	

Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	04070101	Associações e org. desportivas, recreativa e lazer	400.000
02	04070102	Associações Humanitárias e de Assistência Social	150.000
02	04070103	Outras Associações e Organizações	150.000
02	04070105	Associações de Educação e Cultura	1.400.000
02	0408	Famílias	
02	040802	Outras	
02	04080201	Bolsas de Estudo	90.000
02	04080202	Apoio a Renda de Casa	700.000
02	04080203	Apoio Aquisição Livros Escol. e material didactico	175.000
02	04080204	Outros	150.000
02	04080205	Bolsas de Estágio	580.000
Total do Capítulo Económico 04:			4.748.000
02	05	Subsídios	
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
02	050101	Públicas	
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	
02	0501010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	250.000
Total do Capítulo Económico 05:			250.000
02	06	Outras despesas correntes	
02	0602	Diversas	
02	060201	Impostos e taxas	50.000
02	060203	Outras	
02	06020301	Outras restituições	300.000
02	06020302	IVA pago	25.000
02	06020304	Serviços bancários	10.000
02	06020305	Outras	50.000
02	06020306	Assunção de encargos Barcelos Futuro	231.000
Total do Capítulo Económico 06:			666.000
Total das Despesas Correntes:			36.224.050
02	07	Aquisição de bens de capital	
02	0701	Investimentos	
02	070101	Terrenos	350
02	070102	Habitacões	
02	07010203	Reparação e beneficiação	45.050
02	070103	Edifícios	
02	07010301	Instalações de serviços	200.050
02	07010305	Escolas	2.646.447

Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		€
02 07010307	Outros	1.140.200
02 070104	Construções diversas	
02 07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	3.070.450
02 07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	410.050
02 07010404	Iluminação pública	66.473
02 07010406	Instalações desportivas e recreativas	812.550
02 07010408	Viação rural	3.815.550
02 07010409	Sinalização e trânsito	50.050
02 07010412	Cemitérios	50
02 07010413	Outros	100.700
02 070106	Material de transporte	
02 07010601	Recolha de resíduos	10.000
02 07010602	Outro	75.000
02 070107	Equipamento de informática	200.000
02 070108	Software informático	185.000
02 070109	Equipamento administrativo	50.000
02 070110	Equipamento básico	
02 07011001	Equipamento de recolha de resíduos	200.000
02 07011002	Outro	435.050
02 070111	Ferramentas e utensílios	20.000
02 070115	Outros investimentos	10.000
	Total do Capítulo Económico 07:	13.543.020
02 08	Transferências de capital	
02 0805	Administração local	
02 080501	Continente	
02 08050102	Freguesias	6.421.000
02 08050104	Associações de municípios	50
02 0807	Instituições sem fins lucrativos	
02 080701	Instituições sem fins lucrativos	
02 08070101	Associações e org. desportivas, recreativa e lazer	600.050
02 08070102	Associações humanitárias e assistência social	195.000
02 08070103	Associações de educação e cultura	50.000
02 08070104	Outras associações e organizações	150.000
02 0808	Famílias	
02 080802	Outras	250.000
	Total do Capítulo Económico 08:	7.666.100
02 09	Activos financeiros	

Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		€
02 0907	Acções e outras participações	
02 090702	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	
02 09070299	Outros	50
02 0908	Unidades de participação	
02 090806	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	
02 09080601	Fundo Apoio Municipal	376.530
	Total do Capítulo Económico 09:	376.580
02 10	Passivos financeiros	
02 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
02 100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
02 10060302	C.G.D. (Investimento - 12.469.947 Euros)	820.000
02 10060304	B.T.A. (Investimento - 9.975.958 Euros)	540.000
02 10060305	B.C.P. (Investimento - 15 000 000 Euros)	935.000
02 10060306	C.G.D. (Linha credito III QCA - 2.210.248 Euros)	45.000
02 10060307	C.G.D. (Obras comparticipadas 396.017 Euros)	40.000
02 10060308	C.G.D. (Obras comparticipadas 299.953 Euros)	30.000
02 10060309	C.G.D. (Investimento 2.267.626 Euros)	140.000
02 10060310	C.G.D. (Investimento 2.500.000 Euros)	120.000
02 10060311	C.G.D. (Investimento - 2.250.988 Euros)	150.000
02 10060312	C.C.A. (Investimento 2.243.585 Euros)	110.000
	Total do Capítulo Económico 10:	2.930.000
02 11	Outras despesas de capital	
02 1102	Diversas	
02 110201	Restituições	1.000

Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

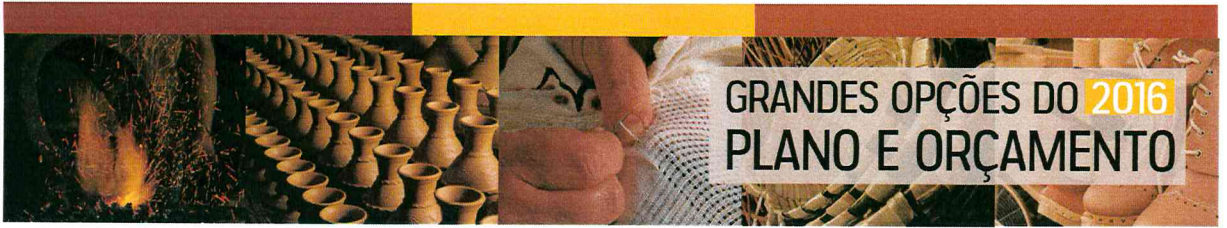
Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	110299	Outras	1.000
Total do Capítulo Económico 11:			2.000
Total das Despesas de Capital:			24.517.700
Total do Capítulo Orgânico 02:			60.741.750
Total do Orçamento da Despesa:			60.810.000

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de



GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO

Miguel Reis
am
sy
hi
Alves
am
am

GRANDES OPÇÕES DO PLANO



Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Formal de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado	Despesas				Total previsto (l) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
							AC	AA	FC		Início	Fim			2016		Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2017 (e)		2018 (f)	2019 (g)
FUNÇÕES GERAIS																					
SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																					
01	001	2015/1		ADMINISTRAÇÃO GERAL / INSTALAÇÕES 2015	02 07010301	E	100		08	01/2015	12/2017	0						745.000	745.000		
01	001	2016/1	1	Adaptação do edifício Gonçalo Pereira para serviços	02 07010301	E	100		08	01/2016	12/2016	0	200.000	200.000					200.000		
01	001	2016/1	1	Recuperação de edifícios para funcionamento de serviços	02 07010301	E	100		08	01/2016	12/2016	0							200.000		
01	001	2016/1	2	Reabilitação de Edifício Antiga EDP	02 07010301	E	100		08	01/2016	12/2020	0							415.000		
01	001	2016/1	3	Reabilitação de Edifício Paços do Concelho	02 07010301	E	100		08	01/2016	12/2017	0						900.000	900.000		
01	001	2016/1	4	Reabilitação da Casa do Rio	02 07010301	E	100		08	01/2016	12/2020	0							1.140.000		
01	001	2016/1	5	Aquisição de edifícios	02 07010301	O	100		07	01/2016	12/2016	0	50	50					50		
01	001	2016/1	6	Fornecimento de gasolina	02 02010201	O	100		05	01/2016	12/2018	0	30.000	30.000					30.000		
01	001	2016/1	7	Fornecimento de gasóleo	02 02010202	O	100		05	01/2016	12/2018	0	600.000	600.000					600.000		
01	001	2016/2		ADMINISTRAÇÃO GERAL / MAQ.-EQUIPAMENTO 2016															1.800.000		
01	001	2016/2	1	Aquisição e reparação de maquinaria e equipamento básico para os Serviços da Autarquia	02 07011002	O	100		07	01/2016	12/2016	0	100.000	100.000					100.000		
01	001	2016/2	2	Aquisição e reparação de maquinaria e equipamento administrativo para os Serviços da Autarquia	02 070109	O	100		07	01/2016	12/2016	0	50.000	50.000					50.000		
01	001	2016/2	3	Aquisição e reparação de utensílios e ferramentas para os Serviços da Autarquia	02 070111	O	100		07	01/2016	12/2016	0	20.000	20.000					20.000		
01	001	2016/2	4	Aquisição de equipamento informático	02 070107	O	100		07	01/2016	12/2016	0	150.000	150.000					150.000		
01	001	2016/2	5	Aquisição de software informático	02 070108	O	100		07	01/2016	12/2016	0	185.000	185.000					185.000		
														1.335.050	1.335.050					5.795.050	
Totais do Programa 001:														2.275.000	630.000	500.000	1.055.000				
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA																					
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS / 2013																					
01	002	2013/23	1	Melhoria das condições de segurança na EN 306-caminhos de Santiago em Gueral e Pedra Furada	02 07010413	E	100		08	01/2013	12/2017	0							100.000		
01	002	2013/23	3	Demolição e reconstrução de muros de suporte em Martim - 2ª fase	02 07010413	E	100		08	01/2013	12/2016	0	500	500					500		
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS / 2016																					
01	002	2016/3	1	Beneficiação da rede viária florestal	02 07010413	E	100		08	01/2016	12/2016	0	50.000	50.000					50.000		
01	002	2016/3	2	Aquisição de equipamento de segurança rodoviária	02 07011002	O	100		23	01/2016	12/2016	0	25.000	25.000					25.000		
01	002	2016/3	3	Obras de emergência	02 07010413	E	100		08	01/2016	12/2016	0	50.000	50.000					50.000		
01	002	2016/3	4	Subsídios a instituições de protecção civil	02 08070102	O	100		01	01/2016	12/2016	0	105.000	105.000					105.000		

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
						AC	AA	FC		Início	Fim			2016	Anos seguintes					
															2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)		Outros (h)	
01			FUNÇÕES GERAIS																	
01 002			SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA																	
01 002 2016/3	5		Prestação de serviços de vigilância e segurança	02 020218	O	100		02	01/2016	12/2018	0		270.000	270.000	270.000			810.000		
														Totais do Programa 002:	500.500	500.500	270.000	270.000	270.000	1.140.500
02			FUNÇÕES SOCIAIS																	
02 001			EDUCAÇÃO																	
02 001 2011/25	7		CENTROS ESCOLARES / 2011	02 07010305	E	15	85	08	01/2011	12/2017	0		2.310.647	2.310.647				2.810.647		
02 001 2016/4			Centro Escolar Várzea																	
02 001 2016/4	1		EDUCAÇÃO / 2016																	
02 001 2016/4	1		Construção do pavilhão gimnodesportivo de Fragozo	02 07010406	E	15	85	08	01/2016	12/2017	0		637.500	637.500	150.000			787.500		
02 001 2016/4	2		Reabilitação e ampliação do edifício escolar de Roriz	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2017	0		225.000	225.000	225.000			450.000		
02 001 2016/4	3		Reabilitação e ampliação da EB1 de Maritim	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50				450.050		
02 001 2016/4	4		Reabilitação e ampliação da EB1 de Pousa	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50	325.000			450.050		
02 001 2016/4	5		Reabilitação e ampliação da EB1 de Gueral	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50	325.000			450.050		
02 001 2016/4	6		Reabilitação e ampliação da EB1 de Carapeços	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	1		50	50	325.000			450.050		
02 001 2016/4	7		Reabilitação e ampliação da EB1 de Perelhal	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50	225.000			350.050		
02 001 2016/4	8		Reabilitação e ampliação da EB1 de Galegos Santa Maria	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50	225.000			350.050		
02 001 2016/4	9		Reabilitação e ampliação da EB1 de Galegos S. Martinho	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50	225.000			350.050		
02 001 2016/4	10		Reabilitação e ampliação da EB1 de Abade de Nelva	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50	225.000			350.050		
02 001 2016/4	11		Reabilitação e ampliação da EB1 de Milhazes	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50	225.000			350.050		
02 001 2016/4	12		Reabilitação e ampliação da EB1 de Cambeses	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50	225.000			350.050		
02 001 2016/4	13		Reabilitação e ampliação da EB1 de Moure	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50	225.000			350.050		
02 001 2016/4	14		Reabilitação e ampliação da EB1 de Remelhe	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50	225.000			350.050		
02 001 2016/4	15		Reabilitação e ampliação da EB1 de Alção - V. F. S. Martinho	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50	225.000			350.050		
02 001 2016/4	16		Reabilitação e ampliação da EB1 de Macieira de Rates	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50	325.000			450.050		
02 001 2016/4	17		Reabilitação e ampliação da EB1 de Cristalo	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50	225.000			350.050		
02 001 2016/4	18		Reabilitação e ampliação da EB1 de Silva	02 07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0		50	50	125.000			250.050		
02 001 2016/4	19		Remodelação e/ou reparação de jardins de infância e escolas	02 07010305	E	100		08	01/2016	12/2016	0		100.000	100.000				100.000		

Handwritten signatures and notes in blue ink.

178 de 169





Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)			Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
							AC	AA	FC		Início	Fim	2016			2017	2018	2019			
																			Total (b)=(c)+(d)		Financiam. definido (c)
FUNÇÕES SOCIAIS																					
EDUCAÇÃO																					
02 001	2016/4	20		Elaboração de projetos	02 07010305	O	100		08	01/2016	12/2016	0			10.000						10.000
02 001	2016/4	21		Aquisição e reparação de equipamento básico	02 07011002	O	100		07	01/2016	12/2016	0			100.000						100.000
02 001	2016/4	22		Aquisição de equipamento informático	02 070107	O	100		07	01/2016	12/2016	0			50.000						50.000
02 001	2016/4	23		Aquisição de terrenos	02 070101	O	100		07	01/2016	12/2016	0			50						50
02 001	2016/4	24		Prestação de serviços de transportes escolares	02 02021001	O	100		24	01/2016	12/2018	0			2.600.000						2.600.000
02 001	2016/4	25		Prestação de serviços de cantinas escolares	02 02022505	O	100		24	01/2016	12/2018	0			1.900.000						1.900.000
Totais do Programa 001:															7.933.997	7.933.997	8.400.000			23.708.997	
SAÚDE																					
02 002	2009/5			SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE / 2009																	
02 002	2009/5	1		Aquisição de terrenos para construção do Novo Hospital. Caso haja intenção da construção do Novo Hospital pela Administração Central o terreno será adquirido no imediato	02 070101	O	100		07	01/2009	12/2017	0			50						2.100.050
Totais do Programa 002:															50	50	2.100.000			2.100.050	
HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																					
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/2006																					
02 003	2006/7			Requalificação da Urbanização Allamira - Arcozelo	02 07010401	E	100		08	01/2007	12/2016	0			159.000						159.000
02 003	2006/7	9		Requalificação da Urbanização Quinta do Brigadeiro	02 07010401	E	100		08	04/2006	12/2017	0			300.000						300.000
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2007																					
02 003	2007/7	3		Via de acesso à Central de Camionagem	02 07010401	E	15	85	08	01/2007	12/2018	0			50						2.000.050
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2008																					
02 003	2008/7	1		Arranjo urbanístico da Escola EB2, 3 de Manhente	02 07010401	E	100		08	01/2008	12/2017	0			1.300.000						1.300.000
02 003	2008/7	2		Acesso e arranjo urbanístico junto à Escola de Vila Cova	02 07010401	E	100		08	01/2008	12/2016	0			152.000						152.000
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2009																					
02 003	2009/7	1		Arranjo urbanístico junto à igreja com sanitários - Alheira	02 07010401	E	100		08	01/2009	12/2017	0			50						225.050
02 003	2009/7	2		Requalificação da Rua da Oliveira - Barcelos	02 07010401	E	100		08	01/2009	12/2017	0			50						225.050
02 003	2009/7	9		Arranjo urbanístico da Rua das Oliveiras - CV 2027 - Oliveira	02 07010401	E	100		08	01/2009	12/2017	0			225.000						225.000
RECURSOS NATURAIS / 2009																					
02 003	2009/11			Reconstrução da levada da Ponte Medieval	02 07010413	E	100		08	01/2009	12/2017	0			50						50.050
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2011																					

11/9 de 2016

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Início	Fim			2016 Financiam. definido (c)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)		Outros (h)
FUNÇÕES SOCIAIS																		
02	003																	
02	003																	
02	003	2011/7	1	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	02	07010401	E	100	08	01/2011	12/2017	0					252.000	
				Alargamento e reabilitação da ponte sobre a Ribeira de S. Vicente, em Fragoso														
02	003	2011/7	5	Obra de requilificação e aparcamento de veículos em V. F. S. Martinho	02	07010401	E	100	08	04/2011	12/2017	0	50	50			250.050	
02	003	2012/7	2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2012														
02	003	2012/7	2	Reabilitação da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra	02	07010401	E	15	85	08	01/2012	12/2017	0	1.000.000	1.000.000		2.000.000	
02	003	2013/7	2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2013														
02	003	2013/7	2	Passagem superior sobre o corredor verde da Ribeira de Patarro	02	07010401	E	15	85	08	01/2013	12/2016	0	315.000	315.000		315.000	
02	003	2013/7	6	Requalificação urbanização zona envolvente Paços dos Cordes / Duques e à Igreja Matriz de Barcelos SANEAMENTO / 2014	02	07010401	E	15	85	08	11/2013	12/2018	0	50	50	1.000.000	1.275.000	2.275.050
02	003	2014/8	1	Saneamento da estação elevatória de Barcelinhos para rede pública PARQUES E JARDINS / 2014	02	07010402	E	100	23	01/2014	12/2016	4	145.618	100.000			245.618	
02	003	2014/12	1	Requalificação da Fonte Cibernética	02	07010401	E	100	08	01/2014	12/2016	0	100.000	100.000			100.000	
02	003	2015/7	1	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2015														
02	003	2015/7	1	Nó de ligação ao IPCA, pela Estrada nacional 204 (Circular de Barcelos) em V.F.S. Martinho	02	07010401	E	100	08	01/2015	12/2016	0	440.000	440.000			440.000	
02	003	2015/7	2	Requalificação das Ruas Padre Alfredo Rocha Martins, Campo 25 de Abril e Rua Dr. Francisco Torres	02	07010401	E	100	08	01/2015	12/2016	0	495.000	495.000			495.000	
02	003	2015/7	3	Reabilitação do Centro Náutico e Ancoradouro de Tamel S. Veríssimo	02	07010401	E	100	08	01/2015	12/2017	0	50	50			63.050	
02	003	2015/7	4	Requalificação dos passeios na Rua da Igreja, Vila Frescainha S. Martinho	02	07010401	E	100	08	01/2015	12/2017	0	50	50			84.050	
02	003	2015/7	5	Construção de acesso pedonal entre a rotunda do Professor e o Estádio Cidade de Barcelos SANEAMENTO / 2015	02	07010401	E	100	08	01/2015	12/2016	0	159.000	159.000			159.000	
02	003	2015/8	1	Alteração à rede de drenagem de águas residuais no Lugar de Aldeia de Baixo, Fornelos	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	50	50			53.050	
02	003	2015/8	2	Execução de rede de drenagem de águas residuais, em Vilár do Monte	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	50	50			361.050	
02	003	2015/8	3	Drenagem de águas residuais da Freguesia de Fragoso	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	50	50	1.730.000		1.730.050	
02	003	2015/8	4	Execução de Caixas de Visita na rede de saneamento em Fragoso	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	50	50	300.000		300.050	
02	003	2015/8	5	Drenagem de águas residuais da Freguesia de Aldreu	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	50	50	490.000		490.050	

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
						AC	AA	FC		Início	Fim			2016	2017	2018	2019	
FUNÇÕES SOCIAIS																		
HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																		
02 003	2015/8 6	02 07010402	Drenagem de águas residuais da Freguesia de Palme	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	693.000	693.050		
02 003	2015/8 7	02 07010402	ETAR de Fragoso	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	490.000	490.050		
02 003	2015/8 8	02 07010402	Drenagem de águas residuais às Freguesias de Vila Cova e Perelhal	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	1.643.000	1.643.050		
02 003	2015/8 9	02 07010402	ETAR de Vila Cova	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	490.000	490.050		
02 003	2015/8 10	02 07010402	Construção de ETAR à zona sudoeste do Concelho de Barcelos	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	1.179.000	1.179.050		
02 003	2015/8 11	02 07010402	Construção de ETAR à zona sul do Concelho de Barcelos	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	1.113.000	1.113.050		
02 003	2015/11		RECURSOS NATURAIS / 2015															
02 003	2015/11 1	02 07010402	Drenagem de águas pluviais da Rua Dr. Santos Júnior e Rua Fonte de Baixo, Vila F. S. Martinho	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	89.000	89.050		
02 003	2015/11 2	02 07010402	Drenagem de águas pluviais no Lugar de Penide, Areias S. Vicente	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2016	0	159.000	159.000	159.000	159.000		
02 003	2015/11 3	02 07010402	Drenagem de águas pluviais na Rua Calçada da Pedreira, Perelhal	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	42.000	42.050		
02 003	2015/11 4	02 07010402	Reformulação e ampliação de drenagem de águas pluviais na Rua da Abadia, Rua Esponejeiras, Rua 25 de Abril e EM 306, Lijo	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	265.000	265.050		
02 003	2015/11 5	02 07010402	Drenagem de águas pluviais na Rua 25 de Abril, Perelhal	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	54.000	54.050		
02 003	2015/11 6	02 07010402	Drenagem de águas pluviais no Lugar do Pinheiro, Rio Covo Santa Eugénia	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	74.000	74.050		
02 003	2015/11 7	02 07010402	Separação da rede unitária de drenagem de águas residuais e pluviais do Campo Camilo Castelo Branco, Barcelos	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	105.000	105.050		
02 003	2015/11 8	02 07010402	Separação da rede unitária de drenagem de águas residuais e pluviais na Rua de Santa Maria, Barcelos	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	84.000	84.050		
02 003	2015/11 9	02 07010402	Separação das redes públicas de drenagem de águas residuais e pluviais na Rua do Arranjinho, V. F. S. Martinho	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	90.000	90.050		
02 003	2015/11 10	02 07010402	Separação das redes públicas de drenagem de águas residuais na Rua da Igreja, V. F. S. Martinho	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	185.000	185.050		
02 003	2015/11 11	02 07010402	Instalação de condutas de águas pluviais na Rua do Moutinho, Várzea	02 07010402	E	100			23	01/2015	12/2017	0	50	50	69.000	69.050		
02 003	2015/25		HABITAÇÃO / 2015															
02 003	2015/25 1	02 07010203	Reabilitação das moradias do Loteamento da Malhadoura, em Milhazes	02 07010203	E	100			08	01/2015	12/2016	0	20.000	20.000	20.000	20.000		
02 003	2016/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2016															
02 003	2016/7 1	02 07010401	Reabilitação de espaço público envolvente a Bairros Sociais	02 07010401	E	15		85	08	01/2016	12/2017	0	50	50	460.000	460.050		

Grandes Opções do Plano do ano 2016


Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
							AC	AA	FC		Início	Fim		2016		Anos seguintes		
														Realizado (a)	Total (b)=(c)+(d)	2017 (e)	2018 (f)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																		
02 003 HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																		
02 003	2016/7	2		Reabilitação da Ponte Medieval	02 07010401	E	100			08	01/2016	12/2017	0			350.000	350.000	
02 003	2016/7	3		Reabilitação da Rua Irmã S. Romão	02 07010401	E	100			08	01/2016	12/2018	0			200.000	450.000	
02 003	2016/7	4		Reabilitação da Rua Tenente Valadim	02 07010401	E	100			08	01/2016	12/2018	0			100.000	180.000	
02 003	2016/7	5		Reabilitação da Rua D. António Barroso (Rua Direita)	02 07010401	E	100			08	01/2016	12/2020	0			1.000.000	1.426.000	
02 003	2016/7	6		Reabilitação da Alameda - Av. da Liberdade	02 07010401	E	100			08	01/2016	12/2020	0			1.000.000	2.140.000	
02 003	2016/7	7		Reabilitação do Largo Dr. José Novais	02 07010401	E	100			08	01/2016	12/2017	0			250.000	250.000	
02 003	2016/7	8		Pequenos arranjos urbanísticos	02 07010401	E	100			08	01/2016	12/2016	1			150.000	150.000	
02 003	2016/7	9		Estudos, projetos e levantamentos topográficos	02 07010401	O	100			08	01/2016	12/2016	0			100.000	100.000	
02 003	2016/7	10		Aquisição de terrenos	02 07010101	O	100			07	01/2016	12/2016	0			50	50	
02 003	2016/8	1		SANEAMENTO / 2016														
02 003	2016/8	1		Pequenas obras de saneamento	02 07010402	E	100			23	01/2016	12/2016	0			50.000	50.000	
02 003	2016/10			RESÍDUOS SÓLIDOS / 2016														
02 003	2016/10	1		Aquisição e reparação de material para depósito e recolha de lixo	02 07011001	O	100			23	01/2016	12/2016	0			200.000	200.000	
02 003	2016/10	2		Aquisição e reparação de equipamento de transporte	02 07010601	O	100			23	01/2016	12/2016	0			10.000	10.000	
02 003	2016/10	3		Aquisição e reparação de maquinaria e equipamento	02 07011002	O	100			23	01/2016	12/2016	0			10.000	10.000	
02 003	2016/11			RECURSOS NATURAIS / 2016														
02 003	2016/11	1		Recuperação de linha de água e outros recursos naturais	02 07010413	E	100			23	01/2016	12/2017	0			50	500.050	
02 003	2016/11	2		Drenagem de águas pluviais	02 07010402	E	100			23	01/2016	12/2016	0			100.000	100.000	
02 003	2016/12			PARQUES E JARDINS / 2016														
02 003	2016/12	1		Reabilitação do Campo S. José	02 07010401	E	100			08	01/2016	12/2019	0			1.000.000	2.100.000	
02 003	2016/12	2		Reabilitação da Frente Ribeirinha	02 07010401	E	100			08	01/2016	12/2020	0			1.500.000	3.000.000	
02 003	2016/12	3		Aquisição de terrenos	02 07010101	O	100			07	01/2016	12/2016	0			50	50	
02 003	2016/12	4		Aquisição e reparação de maquinaria e equipamento	02 07011002	O	100			07	01/2016	12/2016	0			50.000	50.000	
02 003	2016/12	5		Aquisição e reparação de equipamento de transporte	02 07010602	O	100			07	01/2016	12/2016	0			25.000	25.000	
02 003	2016/13			HIGIENE PÚBLICA / 2016														
02 003	2016/13	1		Sanitários	02 07010413	E	100			23	01/2016	12/2016	0			50	50	
02 003	2016/14			CEMITÉRIOS / 2016														
02 003	2016/14	1		Pequenas obras no cemitério	02 07010412	E	100			23	01/2016	12/2016	0			50	50	
02 003	2016/14	2		Aquisição e reparação de equipamentos de cemitério	02 07011002	O	100			03	01/2016	12/2016	0			50	50	
02 003	2016/25			HABITAÇÃO / 2016														

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj./Proj.	Projeto	Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
						AC	AA	FC		Início	Fim			Anos seguintes				
														2016	2017	2018		2019
FUNÇÕES SOCIAIS																		
HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																		
02 003	2016/25 1		Recuperação de bairros de cariz social	02 07010203	E	15	85	08	01/2016	12/2017	0		50	50			400.050	
02 003	2016/25 2		Apoio à habitação social	02 080802	O	100		01	01/2016	12/2016	0		250.000	250.000			250.000	
02 003	2016/25 3		Obras de beneficiação em habitação social	02 07010203	E	100		08	01/2016	12/2016	0		25.000	25.000			25.000	
Totais do Programa 003:													145.618	4.070.850	4.070.850	4.600.000	3.066.000	33.320.468
SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS																		
02 004	2011/15		CULTURA / 2011															
02 004	2011/15 1		Intervenção na Estação Arqueológica do Castelo de Faria	02 07010307	E	100		08	01/2011	12/2017	0		50	50			100.050	
02 004	2011/15 2		Casa Rosa Ramalho - Centro de Apoio ao Artesanato de Barcelos	02 07010307	E	100		08	01/2011	12/2017	3		50	530.000			530.050	
02 004	2011/15 3		Recuperação edifício em frente ao Museu Olaria para Centro de Exposição pela Arte CULTURA / 2014	02 07010307	E	100		08	01/2011	12/2017	0		50	400.000			400.050	
02 004	2014/15		Adaptação do Teatro Gil Vicente	02 07010307	E	100		08	01/2014	12/2016	0		40.000	40.000			40.000	
02 004	2014/15 1		DESPORTO, RECREIO E LAZER / 2014															
02 004	2014/16		Ecovia do Cávado	02 07010406	E	15	85	08	01/2014	12/2017	0		50	50			500.050	
02 004	2016/15		CULTURA / 2016															
02 004	2016/15 1		Aquisição e reparação de equipamento para a área cultural	02 07011002	O	100		07	01/2016	12/2016	0		50.000	50.000			50.000	
02 004	2016/15 2		Reabilitação da Casa Conde Vilas Boas	02 07010307	E	100		08	01/2016	12/2020	0			500.000			3.500.000	
02 004	2016/15 3		Reabilitação da Casa Ascensão Correia	02 07010307	E	100		08	01/2016	12/2020	1			375.000			375.000	
02 004	2016/15 4		Reabilitação do edifício Help Point do Peregrino	02 07010307	E	100		08	01/2016	12/2020	1			450.000			450.000	
02 004	2016/15 5		Reabilitação do edifício contíguo ao Posto de Turismo	02 07010307	E	100		08	01/2016	12/2017	0		100.000	100.000			100.000	
02 004	2016/16		DESPORTO, RECREIO E LAZER / 2016															
02 004	2016/16 1		Cicloviarias na zona urbana	02 07010406	E	100		08	01/2016	12/2020	0			1.800.000			2.800.000	
02 004	2016/16 2		Reabilitação do Parque da Cidade e regeneração do pavilhão	02 07010406	E	100		08	01/2016	12/2019	0			2.240.000			4.480.000	
02 004	2016/16 3		Construção de parques infantis	02 07010406	E	100		08	01/2016	12/2016	0		75.000	75.000			75.000	
02 004	2016/16 4		Obras em instalações desportivas, de recreio e lazer	02 07010406	E	100		08	01/2016	12/2016	0		100.000	100.000			100.000	
02 004	2016/16 5		Aquisição de terrenos	02 070101	O	100		07	01/2016	12/2016	0		50	50			50	
02 004	2016/16 6		Aquisição de equipamento desportivo, recreativo e de lazer	02 07011002	O	100		07	01/2016	12/2016	0		50.000	50.000			50.000	
02 004	2016/16 7		Subsídios a organizações desportivas, recreativas, de lazer e outras	02 08070101	O	100		01	01/2016	12/2016	0		600.000	600.000			600.000	

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
						AC	AA	FC		Início	Fim			2016		Anos seguintes			
														2016	2017	2018	2019		
02			FUNÇÕES SOCIAIS																
02 004			SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS																
02 004	2016/16 8		Subsídios a associações humanitárias e de assistência social	02 08070102	O	100		01	01/2016	12/2016	0		90.000	90.000					90.000
02 004	2016/16 9		Subsídios a associações de educação e cultura	02 08070103	O	100		01	01/2016	12/2016	0		50.000	50.000					50.000
02 004	2016/16 10		Subsídios a outras associações e organizações	02 08070104	O	100		01	01/2016	12/2016	0		150.000	150.000					150.000
			Totais do Programa 004:										1.205.250	1.205.250	2.630.000	3.240.000	4.240.000	3.125.000	14.440.250
03			FUNÇÕES ECONÓMICAS																
03 001			INDÚSTRIA E ENERGIA																
03 001	2014/17		ILUMINAÇÃO PÚBLICA / 2014																
03 001	2014/17 2		Eficiência energética na iluminação pública do Cávado	02 07010404	E	15	85	13	01/2014	12/2016	0		50	50					50
03 001	2016/17		ILUMINAÇÃO PÚBLICA / 2016																
03 001	2016/17 1		Eficiência energética em edifícios escolares	02 07010404	E	15	85	13	01/2016	12/2017	0		50	50	800.000				800.050
03 001	2016/17 2		Eficiência energética no edifício Paços do Concelho	02 07010404	E	15	85	13	01/2016	12/2017	0		50	50	109.000				109.050
03 001	2016/17 3		Eficiência energética em outros edifícios	02 07010404	E	15	85	13	01/2016	12/2017	0		50	50	320.000				320.050
03 001	2016/17 4		Melhoria da iluminação pública	02 07010404	E	100		13	01/2016	12/2016	0		66.273	66.273					66.273
			Totais do Programa 001:										66.473	66.473	1.229.000				1.295.473
03 002			TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																
03 002	2008/18		REDE VIÁRIA / 2008																
03 002	2008/18 3		Modernização da EM 505 entre EN 306 (Barcelinhos) e 306-1 (Carvalhas)	02 07010408	E	100		08	01/2008	12/2018	0		50	50	1.800.000	1.000.000			2.800.050
03 002	2008/18 8		Requalificação do CM 1114 - Vila Sêca	02 07010408	E	100		08	01/2008	12/2017	0			500.000				500.000	
03 002	2009/18		REDE VIÁRIA / 2009																
03 002	2009/18 1		Ligação à variante da EN 103 em Rio Covo Santa Eugénia	02 07010408	E	100		08	01/2009	12/2018	0		50	50	1.500.000	1.000.000			2.500.050
03 002	2009/18 8		Requalificação espaço exterior Bairro Misericórdia - Fase 3: execução arrumamento entre a Avª Nossa Srª Franqueira e Rua Casal de Nil - Vila F.S. Martinho	02 07010408	E	100		08	01/2009	12/2017	0		50	50	150.000				150.050
03 002	2009/18 12		Construção de passeios na EN 103 - Abade de Neiva	02 07010408	E	100		08	01/2009	12/2018	0			100.000	100.000			200.000	
03 002	2009/18 15		Pavimentação da EM 561 desde Sequeade até ao limite do concelho	02 07010408	E	100		08	01/2009	12/2016	4		1.160.495	344.000					1.504.495
03 002	2009/18 24		A alargamento do caminho Fonte Rio - Lama	02 07010408	E	100		08	01/2009	12/2017	0			250.000				250.000	



 124 de 169

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj./Prog.	Projeto	Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
						AC	AA	FC		Início	Fim			2016		Anos seguintes		
														Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2017 (e)	
FUNÇÕES ECONÓMICAS																		
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																		
03 002	2009/18 26		Alargamento e pavimentação da Rua da Igreja - Manhiante	02 07010408	E	100			08	01/2009	12/2017	0	100.000	100.000	150.000			250.000
03 002	2011/18		REDE VIÁRIA / 2011															
03 002	2011/18 1		Reabilitação da EM entre Viadotos e Grimancelos - 2.ª fase	02 07010408	E	100			08	01/2011	12/2017	0			200.000			200.000
03 002	2012/18		REDE VIÁRIA / 2012															
03 002	2012/18 1		Variante à EN 306 com ligação à rotunda do Andorinhas	02 07010408	E	100			08	01/2012	12/2018	0	50	50	1.500.000	2.000.000		3.500.050
03 002	2012/19		TRANSPORTES E SINALIZAÇÃO / 2012															
03 002	2012/19 4		Construção de gares autocarros Barcelinhos e Silveiros	02 07010401	E	100			23	01/2012	12/2017	0	50	50	50.000			50.050
03 002	2014/18		REDE VIÁRIA / 2014															
03 002	2014/18 1		Beneficiação do CM 1115 entre Milhazes e Faria	02 07010408	E	100			08	01/2014	12/2017	0	1.000.000	1.000.000	820.000			1.820.000
03 002	2014/18 5		Reabilitação da EM 503 em Paradelá	02 07010408	E	100			08	06/2014	12/2016	0	1.000.000	1.000.000				1.000.000
03 002	2015/18		REDE VIÁRIA / 2015															
03 002	2015/18 1		Arruamento de ligação da Rua D. Afonso à Rua Stª Maria	02 07010408	E	15	85		08	01/2015	12/2016	0	420.000	420.000				420.000
03 002	2015/18 2		Revisão e atualização da construção da rotunda na EN 306, Lijó	02 07010408	E	100			08	01/2015	12/2017	0	50	50	125.000			125.050
03 002	2015/18 3		Requalificação da interseção da Rua de Quintão com a Rua de Stª Eugénia (EM 556), Rio Covo Stª Eugénia	02 07010408	E	100			09	01/2015	12/2017	0	50	50	181.000			181.050
03 002	2015/18 5		Arruamento da ligação da EM 306 à EM 543-1, Roriz	02 07010408	E	100			08	01/2015	12/2017	0	50	50	215.000			215.050
03 002	2015/18 6		Criação de acesso rodoviário (rotunda junto ao Estádio Cidade de Barcelos), Vila Boa	02 07010408	E	100			08	01/2015	12/2017	0	50	50	207.000			207.050
03 002	2015/18 7		Construção da ligação ao Lugar de Carregal, Vila Frescainha S. Marinho	02 07010408	E	100			08	01/2015	12/2017	0	50	50	132.000			132.050
03 002	2015/18 8		Alargamento e pavimentação da Rua dos Artesãos em Quintiães, até à Rua Água Levada, em Fragoso	02 07010408	E	100			08	01/2015	12/2017	0	100.000	100.000	200.000			300.000
03 002	2015/18 9		Beneficiação do Pontão da Rua do Freixeiro, Perelhal	02 07010408	E	100			08	01/2015	12/2016	4	80.039	62.000				142.039
03 002	2015/18 10		Contenção de talude de suporte à Rua S. Pedro, em Sequeade	02 07010408	E	100			08	01/2015	12/2016	0	130.000	130.000				130.000
03 002	2016/18		REDE VIÁRIA / 2016															
03 002	2016/18 1		Reparação da Rua Joaquim da Silva Casanova - Vila Seca	02 07010408	E	100			08	01/2016	12/2017	0	50	50	100.000			100.050
03 002	2016/18 2		Reparação da Rua dos Torgais - Vila Seca	02 07010408	E	100			08	01/2016	12/2017	0	50	50	120.000			120.050
03 002	2016/18 3		Passagem superior à Linha Minho em Aborim	02 07010408	E	100			08	01/2016	12/2016	0	150.000	150.000				150.000
03 002	2016/18 4		Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E	100			08	01/2016	12/2016	0	500.000	500.000				500.000

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
							AC	AA	FC		Início	Fim			2016		Anos seguintes					
															2016	Total	2017	2018		2019	Outros	
FUNÇÕES ECONÓMICAS																						
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																						
03	002	2016/18	5	Elaboração de projetos	02 07010408	O	100		08	01/2016	12/2016	0		9.000	9.000					9.000		
03	002	2016/18	6	Aquisição de terrenos	02 070101	O	100		07	01/2016	12/2016	0		50	50					50		
03	002	2016/19		TRANSPORTES E SINALIZAÇÃO / 2016																		
03	002	2016/19	1	Aquisição e reparação de material de transporte	02 07010602	O	100		23	01/2016	12/2016	0		50.000	50.000					50.000		
03	002	2016/19	2	Aquisição e reparação de maquinaria e equipamento	02 07011002	O	100		23	01/2016	12/2016	0		50.000	50.000					50.000		
03	002	2016/19	3	Sinalização e sematização	02 07010409	O	100		23	01/2016	12/2016	0		50.000	50.000					50.000		
03	002	2016/19	4	Aquisição e construção de abrigos	02 07010409	E	100		23	01/2016	12/2016	0		50	50					50		
Totais do Programa 002:															1.240.534	3.965.700	3.965.700	8.300.000	4.100.000			17.606.234
COMÉRCIO E TURISMO																						
MERCADOS / 2016																						
03	003	2016/20		Reabilitação do Mercado Municipal	02 07010307	E	15	85	08	01/2016	12/2017	0		1.100.000	1.100.000					2.763.000		
03	003	2016/20	2	Parque de estacionamento de apoio ao Mercado Municipal	02 07010413	E	15	85	08	01/2016	12/2017	0		50	50					1.000.050		
Totais do Programa 003:															1.100.050	1.100.050	2.663.000				3.763.050	
OUTRAS FUNÇÕES																						
TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																						
FREGUESIA / 2016																						
04	001	2016/5001		Protocolo de cooperação	02 08050102	O	100		01	01/2016	12/2016	0		4.121.000	4.121.000					4.121.000		
04	001	2016/5001	1	Caminhos públicos	02 08050102	O	100		01	01/2016	12/2016	0		1.200.000	1.200.000					1.200.000		
04	001	2016/5001	2	Sedes	02 08050102	O	100		01	01/2016	12/2016	1		300.000	300.000					300.000		
04	001	2016/5001	3	Cemitérios	02 08050102	O	100		01	01/2016	12/2016	0		500.000	500.000					500.000		
04	001	2016/5001	4	Outros	02 08050102	O	100		01	01/2016	12/2016	0		300.000	300.000					300.000		
Totais do Programa 001:															6.421.000	6.421.000					6.421.000	
DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS																						
EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS / 2016																						
04	002	2016/21		Obras particulares para salvaguarda do interesse público	02 070115	E	100		01	01/2016	12/2016	0		10.000	10.000					10.000		
04	002	2016/21	2	Exercício do direito de preferência na aquisição de terrenos	02 070101	O	100		07	01/2016	12/2016	0		50	50					50		

[Handwritten signatures and dates]
126 de 169

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas			Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC		2016				2017 (e)	Anos seguintes					
									Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2018 (f)		2019 (g)	Outros (h)	
OUTRAS FUNÇÕES																			
04	002																		
04	002	2016/21 3	02 07010307	O	100		01	01/2016	12/2016	0		50	50						
04	002	2016/5002																	
04	002	2016/50021	02 08050104	O	100		01	01/2016	12/2016	0		50	50						
04	002	2016/50022	02 08070101	O	100		01	01/2016	12/2016	0		50	50						
04	002	2016/50023	02 09070299	O	100		01	01/2016	12/2016	0		50	50						
04	002	2016/50024	02 09080601	O	100		01	01/2016	12/2020	0	188.264	376.530	376.530	376.530	753.060				
04	002	2016/50025	02 06020306	O	100		01	01/2016	12/2017	0	172.941	231.000	158.000						
Totais do Programa 002:												361.205	617.780	617.780	376.530	376.530	753.060	3.019.635	
Totais do Objetivo 04:												361.205	7.088.780	7.088.780	0	534.530	376.530	376.530	9.440.635
Total Geral:												1.747.357	27.216.700	27.216.700	0	45.309.530	20.621.530	9.716.530	112.610.707

Em _____ de _____
ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____
ORGÃO DELIBERATIVO



Handwritten signatures in blue ink, including names like 'Belix' and 'Diana'.

PPI PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)					
							AC	AA	FC		Início	Fim			2016		Anos seguintes							
															2016	Total	2017	2018		2019	Outros			
FUNÇÕES GERAIS																								
SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																								
ADMINISTRAÇÃO GERAL / INSTALAÇÕES 2015																								
01 001	2015/1	1		Adaptação do edifício Gonçalo Pereira para serviços	02 07010301	E	100		08	01/2015	12/2017	0		745.000					745.000					
ADMINISTRAÇÃO GERAL / INSTALAÇÕES 2016																								
01 001	2016/1	1		Recuperação de edifícios para funcionamento de serviços	02 07010301	E	100		08	01/2016	12/2016	0		200.000					200.000					
01 001	2016/1	2		Reabilitação de Edifício Antiga EDP	02 07010301	E	100		08	01/2016	12/2020	0							415.000					
01 001	2016/1	3		Reabilitação de Edifício Paços do Concelho	02 07010301	E	100		08	01/2016	12/2017	0		900.000					900.000					
01 001	2016/1	4		Reabilitação da Casa do Rio	02 07010301	E	100		08	01/2016	12/2020	0							1.140.000					
01 001	2016/1	5		Aquisição de edifícios	02 07010301	O	100		07	01/2016	12/2016	0		50					50					
ADMINISTRAÇÃO GERAL / MAQ.-EQUIPAMENTO 2016																								
01 001	2016/2	1		Aquisição e reparação de maquinaria e equipamento básico para os Serviços da Autarquia	02 07011002	O	100		07	01/2016	12/2016	0		100.000					100.000					
01 001	2016/2	2		Aquisição e reparação de maquinaria e equipamento administrativo para os Serviços da Autarquia	02 070109	O	100		07	01/2016	12/2016	0		50.000					50.000					
01 001	2016/2	3		Aquisição e reparação de utensílios e ferramentas para os Serviços da Autarquia	02 070111	O	100		07	01/2016	12/2016	0		20.000					20.000					
01 001	2016/2	4		Aquisição de equipamento informático	02 070107	O	100		07	01/2016	12/2016	0		150.000					150.000					
01 001	2016/2	5		Aquisição de software informático	02 070108	O	100		07	01/2016	12/2016	0		185.000					185.000					
															Totais do Programa 001:	0	705.050	705.050	0	1.845.000	0	500.000	1.055.000	3.905.050
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA																								
PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS / 2013																								
01 002	2013/23	1		Melhoria das condições de segurança na EN 306-caminhos de Santiago em Gualer e Pedra Furada	02 07010413	E	100		08	01/2013	12/2017	0		100.000					100.000					
01 002	2013/23	3		Demolição e reconstrução de muros de suporte em Martim - 2ª fase	02 07010413	E	100		08	01/2013	12/2016	0		500					500					
PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS / 2016																								
01 002	2016/3	1		Beneficiação da rede viária florestal	02 07010413	E	100		08	01/2016	12/2016	0		50.000					50.000					
01 002	2016/3	2		Aquisição de equipamento de segurança rodoviária	02 07011002	O	100		23	01/2016	12/2016	0		25.000					25.000					
01 002	2016/3	3		Obras de emergência	02 07010413	E	100		08	01/2016	12/2016	0		50.000					50.000					
															Totais do Programa 002:	0	125.500	125.500	0	100.000	0	0	0	225.500
															Totais do Objetivo 01:	0	830.550	830.550	0	1.745.000	0	500.000	1.055.000	4.130.550



 129 de 169

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
						AC	AA	FC		Início	Fim			2016		2017 (e)	Anos seguintes				
														Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)		2018 (f)	2019 (g)	Outros (h)
FUNÇÕES SOCIAIS																					
EDUCAÇÃO																					
02	001	2011/25	GENTROS ESCOLARES / 2011	02	07010305	E	15	85	08	01/2011	12/2017	0	2.310.647	2.310.647	500.000				2.810.647		
02	001	2016/4	Centro Escolar Várzea																		
02	001	2016/4	EDUCAÇÃO / 2016																		
02	001	2016/4	Construção do pavilhão gimnodesportivo de Fragoso	02	07010406	E	15	85	08	01/2016	12/2017	0	637.500	637.500	150.000				787.500		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação do edifício escolar de Roriz	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2017	0	225.000	225.000	225.000				450.000		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Martim	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				450.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Pousa	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				450.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Gual	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	1	50	50	125.000				450.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Carapeços	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				350.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Perelhal	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				350.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Galegos Santa Maria	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				350.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Galegos S. Martinho	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				350.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Abade de Neiva	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				350.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Milhazes	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				350.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Cambeses	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				350.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Moura	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				350.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Remelhe	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				350.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Aldão - V. F. S.	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				350.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Macieira de Rates	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				450.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Cristelo	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				350.050		
02	001	2016/4	Reabilitação e ampliação da EB1 de Silva	02	07010305	E	15	85	08	01/2016	12/2018	0	50	50	125.000				250.050		
02	001	2016/4	Remodelação e/ou reparação de jardins de infância e escolas	02	07010305	E	100	08	08	01/2016	12/2016	0	100.000	100.000					100.000		
02	001	2016/4	Elaboração de projetos	02	07010305	O	100	08	08	01/2016	12/2016	0	10.000	10.000					10.000		
02	001	2016/4	Aquisição e reparação de equipamento básico	02	07011002	O	100	07	07	01/2016	12/2016	0	100.000	100.000					100.000		
02	001	2016/4	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O	100	07	07	01/2016	12/2016	0	50.000	50.000					50.000		
02	001	2016/4	Aquisição de terrenos	02	070101	O	100	07	07	01/2016	12/2016	0	50	50					50		
Totais do Programa 001:													0	3.433.997	3.433.997	0	2.875.000	3.900.000	0	0	10.208.997

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2016			Anos seguintes		Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
							AC	AA	FC		Início	Fim			Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)		Outros (h)
FUNÇÕES SOCIAIS																					
SAÚDE																					
02	002	2009/5	1	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE / 2009	02 070101	O	100	07	01/2009	12/2017	0	0	2.100.000	50	50	50	0	0	0	2.100.050	
				Aquisição de terrenos para construção do Novo Hospital. Caso haja intenção da construção do Novo Hospital pela Administração Central o terreno será adquirido no imediato																	
HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																					
02	003	2006/7	2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/2006	02 07010401	E	100	08	01/2007	12/2016	0	0	159.000	159.000	159.000	0	0	0	159.000		
02	003	2006/7	9	Requalificação da Urbanização Altamira - Arcozelo	02 07010401	E	100	08	04/2006	12/2017	0	0	300.000	300.000	300.000	0	0	0	300.000		
02	003	2007/7	3	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2007	02 07010401	E	15	85	08	01/2007	12/2018	0	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	0	0	2.000.050	
				Via de acesso à Central de Camionagem																	
02	003	2008/7	1	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2008	02 07010401	E	100	08	01/2008	12/2017	0	0	1.300.000	1.300.000	1.300.000	0	0	0	1.300.000		
				Arranjo urbanístico da Escola EB2, 3 de Manhente																	
02	003	2008/7	2	Acesso e arranjo urbanístico junto à Escola de Vila Cova	02 07010401	E	100	08	01/2008	12/2016	0	0	152.000	152.000	152.000	0	0	0	152.000		
				ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2009																	
02	003	2009/7	1	Arranjo urbanístico junto à Igreja com sanitários - Alheira	02 07010401	E	100	08	01/2009	12/2017	0	0	225.050	225.050	225.050	0	0	0	225.050		
02	003	2009/7	2	Requalificação da Rua da Oliveira - Barcelos	02 07010401	E	100	08	01/2009	12/2017	0	0	225.050	225.050	225.050	0	0	0	225.050		
02	003	2009/7	9	Arranjo urbanístico da Rua das Oliveiras - CV 2027 - Oliveira	02 07010401	E	100	08	01/2009	12/2017	0	0	225.000	225.000	225.000	0	0	0	225.000		
				RECURSOS NATURAIS / 2009																	
02	003	2009/11	2	Reconstrução da levada da Ponte Medieval	02 07010413	E	100	08	01/2009	12/2017	0	0	50.050	50.050	50.050	0	0	0	50.050		
				ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2011																	
02	003	2011/7	1	Alargamento e reabilitação da ponte sobre a Ribeira de S. Vicente, em Fragoso	02 07010401	E	100	08	01/2011	12/2017	0	0	252.000	252.000	252.000	0	0	0	252.000		
02	003	2011/7	5	Obra de requalificação e aparcamento de veículos em V. F. S. Martinho	02 07010401	E	100	08	04/2011	12/2017	0	0	250.000	250.000	250.000	0	0	0	250.050		
				ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2012																	
02	003	2012/7	2	Reabilitação da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra	02 07010401	E	15	85	08	01/2012	12/2017	0	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	0	0	2.000.000	
				ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2013																	
02	003	2013/7	2	Passagem superior sobre o corredor verde da Ribeira de Palaturo	02 07010401	E	15	85	08	01/2013	12/2016	0	0	315.000	315.000	315.000	0	0	0	315.000	

Totais do Programa 002:

0 50 50 0 2.100.000 0 2.100.050

(Handwritten signatures and notes)

131 de 169

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
						AC	AA	FC		Início	Fim			2016		2017 (e)	Anos seguintes		
														Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)		2018 (f)
FUNÇÕES SOCIAIS																			
02	003		HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																
02	003	2013/7 6	Requalificação urbanização zona envolvente Paços dos Condes / Duques e à Igreja Matriz de Barcelos	02	07010401	E	15	85	08	11/2013	12/2018	0	50	50	1.000.000	1.275.000	2.275.050		
02	003	2014/8	SANEAMENTO / 2014																
02	003	2014/8 1	Saneamento da estação elevatória de Barcelinhos para rede pública	02	07010402	E	100	23	01/2014	12/2016	4	145.618	100.000	100.000	1.000.000	1.275.000	245.618		
02	003	2014/12	PARQUES E JARDINS / 2014																
02	003	2015/7 1	Requalificação da Fonte Cibernética	02	07010401	E	100	08	01/2014	12/2016	0	100.000	100.000	100.000	1.000.000	1.275.000	100.000		
02	003	2015/7 1	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2015																
02	003	2015/7 1	Nº de ligação ao IPCA, pela Estrada nacional 204 (circular de Barcelos) em V.F.S. Martinho	02	07010401	E	100	08	01/2015	12/2016	0	440.000	440.000	440.000	440.000	440.000	440.000		
02	003	2015/7 2	Requalificação das Ruas Padre Alfredo Rocha Martins, Campo 25 de Abril e Rua Dr. Francisco Torres	02	07010401	E	100	08	01/2015	12/2016	0	495.000	495.000	495.000	495.000	495.000	495.000		
02	003	2015/7 3	Reabilitação do Centro Náutico e Ancoradouro de Tamel S. Veríssimo	02	07010401	E	100	08	01/2015	12/2017	0	63.050	63.050	63.050	63.050	63.050	63.050		
02	003	2015/7 4	Requalificação dos passeios na Rua da Igreja, Vila Frescainha S. Martinho	02	07010401	E	100	08	01/2015	12/2017	0	84.000	84.000	84.000	84.000	84.000	84.050		
02	003	2015/7 5	Construção de acesso pedonal entre a rotunda do Professor e o Estádio Cidade de Barcelos	02	07010401	E	100	08	01/2015	12/2016	0	159.000	159.000	159.000	159.000	159.000	159.000		
02	003	2015/8	SANEAMENTO / 2015																
02	003	2015/8 1	Alteração à rede de drenagem de águas residuais no Lugar de Aldeia de Baixo, Fornelos	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	53.000	53.000	53.000	53.000	53.000	53.050		
02	003	2015/8 2	Execução de rede de drenagem de águas residuais, em Vilar do Monte	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	361.000	361.000	361.000	361.000	361.000	361.050		
02	003	2015/8 3	Drenagem de águas residuais da Freguesia de Frágoso	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	1.730.000	1.730.000	1.730.000	1.730.000	1.730.000	1.730.050		
02	003	2015/8 4	Execução de Caixas de Visita na rede de saneamento em Frágoso	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.050		
02	003	2015/8 5	Drenagem de águas residuais da Freguesia de Aldreu	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	490.000	490.000	490.000	490.000	490.000	490.050		
02	003	2015/8 6	Drenagem de águas residuais da Freguesia de Palme	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	693.000	693.000	693.000	693.000	693.000	693.050		
02	003	2015/8 7	ETAR de Frágoso	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	490.000	490.000	490.000	490.000	490.000	490.050		
02	003	2015/8 8	Drenagem de águas residuais às Freguesias de Vila Cova e Perelhal	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	1.643.000	1.643.000	1.643.000	1.643.000	1.643.000	1.643.050		
02	003	2015/8 9	ETAR de Vila Cova	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	490.000	490.000	490.000	490.000	490.000	490.050		
02	003	2015/8 10	Construção de ETAR à zona sudoeste do Concelho de Barcelos	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	1.179.000	1.179.000	1.179.000	1.179.000	1.179.000	1.179.050		
02	003	2015/8 11	Construção de ETAR à zona sul do Concelho de Barcelos	02	07010402	E	100	23	01/2015	12/2017	0	1.113.000	1.113.000	1.113.000	1.113.000	1.113.000	1.113.050		
02	003	2015/11	RECURSOS NATURAIS / 2015																

Handwritten signatures and dates:
 13/08/16
 13/08/16

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
							AC	AA	FC		Início	Fim			2017 (e)	2016		2018 (f)		2019 (g)	Outros (h)
																Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)				
															(b)=(c)+(d)	(f)	(g)	(h)			
FUNÇÕES SOCIAIS																					
HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																					
02 003	2015/11	1		Drenagem de águas pluviais na Rua Dr. Santos Junior e Rua Fonte de Baixo, Vila F. S. Martinho	02 07010402	E	100		23	01/2015	12/2017	0		50	50	89.000			89.050		
02 003	2015/11	2		Drenagem de águas pluviais no Lugar de Penide, Areias S. Vicente	02 07010402	E	100		23	01/2015	12/2016	0		159.000	159.000	159.000			159.000		
02 003	2015/11	3		Drenagem de águas pluviais na Rua Calçada da Pedreira, Perelhal	02 07010402	E	100		23	01/2015	12/2017	0		50	50	42.000			42.050		
02 003	2015/11	4		Reformulação e ampliação de drenagem de águas pluviais na Rua da Abadia, Rua Esponjeiras, Rua 25 de Abril e EM 306, Lijó	02 07010402	E	100		23	01/2015	12/2017	0		50	50	265.000			265.050		
02 003	2015/11	5		Drenagem de águas pluviais na Rua 25 de Abril, Perelhal	02 07010402	E	100		23	01/2015	12/2017	0		50	50	54.000			54.050		
02 003	2015/11	6		Drenagem de águas pluviais no Lugar do Pinheiro, Rio Covo Santa Eugénia	02 07010402	E	100		23	01/2015	12/2017	0		50	50	74.000			74.050		
02 003	2015/11	7		Separação da rede unitária de drenagem de águas residuais e pluviais no Campo Camilo Castelo Branco, Barcelos	02 07010402	E	100		23	01/2015	12/2017	0		50	50	105.000			105.050		
02 003	2015/11	8		Separação da rede unitária de drenagem de águas residuais e pluviais na Rua de Santa Maria, Barcelos	02 07010402	E	100		23	01/2015	12/2017	0		50	50	84.000			84.050		
02 003	2015/11	9		Separação das redes públicas de drenagem de águas residuais e pluviais na Rua do Arranjinho, V. F. S. Martinho	02 07010402	E	100		23	01/2015	12/2017	0		50	50	90.000			90.050		
02 003	2015/11	10		Separação das redes públicas de drenagem de águas residuais na Rua da Igreja, V. F. S. Martinho	02 07010402	E	100		23	01/2015	12/2017	0		50	50	185.000			185.050		
02 003	2015/11	11		Instalação de condutas de águas pluviais na Rua do Moutinho, Varzea	02 07010402	E	100		23	01/2015	12/2017	0		50	50	69.000			69.050		
02 003	2015/25			HABITAÇÃO / 2015										20.000	20.000			20.000			
02 003	2015/25	1		Reabilitação das moradias do Loteamento da Malhadoura, em Milhazes	02 07010203	E	100		08	01/2015	12/2016	0		50	50	460.000			460.050		
02 003	2016/7			ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2016																	
02 003	2016/7	1		Reabilitação de espaço público envolvente a Bairros Sociais	02 07010401	E	15	85	08	01/2016	12/2017	0		50	50	350.000			350.000		
02 003	2016/7	2		Reabilitação da Ponte Medieval	02 07010401	E	100		08	01/2016	12/2017	0		250.000	250.000	200.000			450.000		
02 003	2016/7	3		Reabilitação da Rua Irmã S. Romão	02 07010401	E	100		08	01/2016	12/2018	0		80.000	80.000	100.000			180.000		
02 003	2016/7	4		Reabilitação da Rua Tenente Valadim	02 07010401	E	100		08	01/2016	12/2018	0		1.000.000	1.000.000	426.000			1.426.000		
02 003	2016/7	5		Reabilitação da Rua D. António Barroso (Rua Direita)	02 07010401	E	100		08	01/2016	12/2020	0		1.140.000	1.140.000	250.000			2.140.000		
02 003	2016/7	6		Reabilitação da Alameda - Av. da Liberdade	02 07010401	E	100		08	01/2016	12/2017	0		150.000	150.000	150.000			150.000		
02 003	2016/7	7		Reabilitação do Largo Dr. José Novais	02 07010401	E	100		08	01/2016	12/2016	1		100.000	100.000	100.000			100.000		
02 003	2016/7	8		Pequenos arranjos urbanísticos	02 07010401	E	100		08	01/2016	12/2016	1									
02 003	2016/7	9		Estudos, projetos e levantamentos topográficos	02 07010401	O	100		08	01/2016	12/2016	0									

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Fases de Exec.	Datas (Mês/Ano)	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
						AC	AA	FC					2016		Anos seguintes					
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2017 (e)		2018 (f)	2019 (g)	Outros (h)
FUNÇÕES SOCIAIS																				
02	003	2016/7	10	02 070101	O	100	07	01/2016	12/2016	0	50	50				50				
		2016/8		02 07010402	E	100	23	01/2016	12/2016	0	50.000	50.000				50.000				
		2016/10	1	02 07011001	O	100	23	01/2016	12/2016	0	200.000	200.000				200.000				
		2016/10	2	02 07010601	O	100	23	01/2016	12/2016	0	10.000	10.000				10.000				
		2016/10	3	02 07011002	O	100	23	01/2016	12/2016	0	10.000	10.000				10.000				
		2016/11	1	02 07010413	E	100	23	01/2016	12/2017	0	50	50				500.050				
		2016/11	2	02 07010402	E	100	23	01/2016	12/2016	0	100.000	100.000				100.000				
		2016/12	1	02 07010401	E	100	08	01/2016	12/2019	0			1.000.000	1.100.000		2.100.000				
		2016/12	2	02 07010401	E	100	08	01/2016	12/2020	0				1.500.000	1.500.000	3.000.000				
		2016/12	3	02 070101	O	100	07	01/2016	12/2016	0	50	50				50				
		2016/12	4	02 07011002	O	100	07	01/2016	12/2016	0	50.000	50.000				50.000				
		2016/12	5	02 07010602	O	100	07	01/2016	12/2016	0	25.000	25.000				25.000				
		2016/13	1	02 07010413	E	100	23	01/2016	12/2016	0	50	50				50				
		2016/14	1	02 07010412	E	100	23	01/2016	12/2016	0	50	50				50				
		2016/14	2	02 07011002	O	100	03	01/2016	12/2016	0	50	50				50				
		2016/25	1	02 07010203	E	15	85	08	01/2016	12/2017	0	50	50			400.050				
		2016/25	3	02 07010203	E	100	08	01/2016	12/2016	0	25.000	25.000				25.000				
Totais do Programa 003:												145.618	3.820.850	3.820.850	0	17.833.000	3.605.000	4.600.000	3.066.000	33.070.468
SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS																				
02	004	2011/15	1	02 07010307	E	100	08	01/2011	12/2017	0	50	50				100.050				
		2011/15	2	02 07010307	E	100	08	01/2011	12/2017	3	50	50				530.050				

Handwritten signatures and date:
 17 de 169

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)				
						AC	AA	FC		Início	Fim		Realizado (a)	2016	2017	2018		2019	Outros (h)		
													Total	Financiam. definido	Financiam. não definido	2017	2018	2019			
													(b)=(c)+(d)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)		
FUNÇÕES SOCIAIS																					
SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS																					
02	004	2011/15	3	Recuperação edifício em frente ao Museu Olaria para Centro de Exposição pela Arte CULTURA / 2014	02 07010307	E	100		08	01/2011	12/2017	0	50	50	400.000				400.050		
02	004	2014/15	1	Adaptação do Teatro Gil Vicente	02 07010307	E	100		08	01/2014	12/2016	0	40.000	40.000					40.000		
02	004	2014/16	1	DESPORTO, RECREIO E LAZER / 2014	02 07010406	E	15	85	08	01/2014	12/2017	0	50	50	500.000				500.050		
02	004	2016/15	1	Ecovia do Cávado CULTURA / 2016	02 07011002	O	100		07	01/2016	12/2016	0	50.000	50.000					50.000		
02	004	2016/15	2	Aquisição e reparação de equipamento para a área cultural	02 07010307	E	100		08	01/2016	12/2020	0			1.000.000	1.000.000			3.500.000		
02	004	2016/15	3	Reabilitação da Casa Conde Vilas Boas	02 07010307	E	100		08	01/2016	12/2020	1			375.000	375.000			375.000		
02	004	2016/15	4	Reabilitação da Casa Ascensão Correia	02 07010307	E	100		08	01/2016	12/2020	1			450.000	450.000			450.000		
02	004	2016/15	5	Reabilitação do edifício Help Point do Peregrino	02 07010307	E	100		08	01/2016	12/2020	1			100.000	100.000			100.000		
02	004	2016/15	5	Reabilitação do edifício contíguo ao Posto de Turismo	02 07010307	E	100		08	01/2016	12/2017	0									
02	004	2016/16	1	DESPORTO, RECREIO E LAZER / 2016	02 07010406	E	100		08	01/2016	12/2020	0			1.000.000	1.000.000			2.800.000		
02	004	2016/16	2	Cicloviárias na zona urbana	02 07010406	E	100		08	01/2016	12/2019	0			2.240.000	2.240.000			4.480.000		
02	004	2016/16	2	Reabilitação do Parque da Cidade e regeneração do pavilhão	02 07010406	E	100		08	01/2016	12/2019	0									
02	004	2016/16	3	Construção de parques infantis	02 07010406	E	100		08	01/2016	12/2016	0	75.000	75.000					75.000		
02	004	2016/16	4	Obras em instalações desportivas, de recreio e lazer	02 07010406	E	100		08	01/2016	12/2016	0	100.000	100.000					100.000		
02	004	2016/16	5	Aquisição de terrenos	02 070101	O	100		07	01/2016	12/2016	0	50	50					50		
02	004	2016/16	6	Aquisição de equipamento desportivo, recreativo e de lazer	02 07011002	O	100		07	01/2016	12/2016	0	50.000	50.000					50.000		
Totais do Programa 004:													0	315.250	315.250	0	2.630.000	3.240.000	4.240.000	3.125.250	13.550.250
Totais do Objetivo 02:													145.618	7.570.147	7.570.147	0	25.438.000	10.745.000	8.840.000	6.191.000	58.929.765
FUNÇÕES ECONÓMICAS																					
INDÚSTRIA E ENERGIA																					
03	001	2014/17	2	ILUMINAÇÃO PÚBLICA / 2014	02 07010404	E	15	85	13	01/2014	12/2016	0	50	50					50		
03	001	2016/17	1	Eficiência energética na iluminação pública do Cávado	02 07010404	E	15	85	13	01/2016	12/2017	0	50	50	800.000				800.050		
03	001	2016/17	2	ILUMINAÇÃO PÚBLICA / 2016	02 07010404	E	15	85	13	01/2016	12/2017	0	50	50	109.000				109.050		

135 de 169

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC				2016		Anos seguintes			
											Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2017 (e)	2018 (f)		2019 (g)
03		FUNÇÕES ECONÓMICAS														
03 001		INDÚSTRIA E ENERGIA														
03 001	2016/17 3	Eficiência energética em outros edifícios	02 07010404	E	15	85	13	01/2016 12/2017 0		50	50	320.000				320.050
03 001	2016/17 4	Melhoria da iluminação pública	02 07010404	E	100		13	01/2016 12/2016 0		66.273	66.273					66.273
		Totais do Programa 001:							0	66.473	66.473	0	1.229.000	0	0	1.295.473
03 002		TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES														
03 002	2008/18	REDE VIÁRIA / 2008														
03 002	2008/18 3	Modernização da EM 505 entre EN 306 (Barcelinhos) e 306-1 (Carvalhas)	02 07010408	E	100		08	01/2008 12/2018 0		50	50	1.800.000	1.000.000			2.800.050
03 002	2008/18 8	Requalificação do CM 1114 - Vila Sêca	02 07010408	E	100		08	01/2008 12/2017 0				500.000				500.000
03 002	2009/18	REDE VIÁRIA / 2009														
03 002	2009/18 1	Ligação à variante da EN 103 em Rio Covo Santa Eugénia	02 07010408	E	100		08	01/2009 12/2018 0		50	50	1.500.000	1.000.000			2.500.050
03 002	2009/18 8	Requalificação espaço exterior Bairro Misericórdia - Franqueira e Rua Casal de N.ª - Vila F.S. Martinho	02 07010408	E	100		08	01/2009 12/2017 0		50	50	150.000				150.050
03 002	2009/18 12	Construção de passeios na EN 103 - Abade de Neiva	02 07010408	E	100		08	01/2009 12/2018 0				100.000	100.000			200.000
03 002	2009/18 15	Pavimentação da EM 561 desde Sequeade até ao limite do concelho	02 07010408	E	100		08	01/2009 12/2016 4	1.160.495	344.000	344.000					1.504.495
03 002	2009/18 24	Alargamento do caminho Fonte Rio - Lama	02 07010408	E	100		08	01/2009 12/2017 0				250.000				250.000
03 002	2009/18 26	Alargamento e pavimentação da Rua da Igreja - Manente	02 07010408	E	100		08	01/2009 12/2017 0		100.000	100.000	150.000				250.000
03 002	2011/18	REDE VIÁRIA / 2011														
03 002	2011/18 1	Reabilitação da EM entre Viatodos e Grimancelos - 2.ª fase	02 07010408	E	100		08	01/2011 12/2017 0				200.000				200.000
03 002	2012/18	REDE VIÁRIA / 2012														
03 002	2012/18 1	Variante à EN 306 com ligação à rotunda do Andorinhas	02 07010408	E	100		08	01/2012 12/2018 0		50	50	1.500.000	2.000.000			3.500.050
03 002	2012/19	TRANSPORTES E SINALIZAÇÃO / 2012														
03 002	2012/19 4	Construção de gares autocarros Barcelinhos e Silveros	02 07010401	E	100		23	01/2012 12/2017 0				50.000				50.050
03 002	2014/18	REDE VIÁRIA / 2014														
03 002	2014/18 1	Beneficiação do CM 1115 entre Milhazes e Faria	02 07010408	E	100		08	01/2014 12/2017 0		1.000.000	1.000.000	820.000				1.820.000
03 002	2014/18 5	Reabilitação da EM 503 em Paradela	02 07010408	E	100		08	06/2014 12/2016 0		1.000.000	1.000.000					1.000.000
03 002	2015/18	REDE VIÁRIA / 2015														
03 002	2015/18 1	Arruamento de ligação da Rua D. Afonso à Rua Stª Marta	02 07010408	E	15	85	08	01/2015 12/2016 0		420.000	420.000					420.000

(Handwritten signatures and dates)
 136 de 169

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
						AC	AA	FC		Início	Fim			2016		Anos seguintes					
														Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2017 (e)		2018 (f)	2019 (g)	Outros (h)
FUNÇÕES ECONÓMICAS																					
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																					
03 002	2015/18 2		Revisão e atualização da construção da rotunda na EN 306, Lijó	02 07010408	E	100			08	01/2015	12/2017	0		50	50	125.000	125.050				
03 002	2015/18 3		Requalificação da interseção da Rua de Quirão com a Rua de Stª Eugénia (EM 556), Rio Covo Stª Eugénia	02 07010408	E	100			09	01/2015	12/2017	0		50	50	181.000	181.050				
03 002	2015/18 5		Arruamento da ligação da EM 306 à EM 543-1, Roriz	02 07010408	E	100			08	01/2015	12/2017	0		50	50	215.000	215.050				
03 002	2015/18 6		Criação de acesso rodoviário (rotunda junto ao Estádio Cidade de Barcelos), Vila Boa	02 07010408	E	100			08	01/2015	12/2017	0		50	50	207.000	207.050				
03 002	2015/18 7		Construção da ligação ao Lugar de Carregal, Vila Frescalinha S. Martinho	02 07010408	E	100			08	01/2015	12/2017	0		50	50	132.000	132.050				
03 002	2015/18 8		Alargamento e pavimentação da Rua dos Artesãos em Quimães, até à Rua Água Levada, em Fragoso	02 07010408	E	100			08	01/2015	12/2017	0	100.000	100.000	200.000	300.000					
03 002	2015/18 9		Beneficiação do Pontão da Rua do Freixeiro, Peralhal	02 07010408	E	100			08	01/2015	12/2016	4	80.039	62.000	142.039	142.039					
03 002	2015/18 10		Contenção de talude de suporte à Rua S. Pedro, em Sequeade	02 07010408	E	100			08	01/2015	12/2016	0	130.000	130.000	130.000	130.000					
03 002	2016/18		REDE VIÁRIA / 2016																		
03 002	2016/18 1		Repavimentação da Rua Joaquim da Silva Casanova - Vila Seca	02 07010408	E	100			08	01/2016	12/2017	0		50	100.000	100.050					
03 002	2016/18 2		Repavimentação da Rua dos Torgais - Vila Seca	02 07010408	E	100			08	01/2016	12/2017	0		50	120.000	120.050					
03 002	2016/18 3		Passagem superior à Linha Minho em Aborim	02 07010408	E	100			08	01/2016	12/2016	0	150.000	150.000	150.000	150.000					
03 002	2016/18 4		Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E	100			08	01/2016	12/2016	0	500.000	500.000	500.000	500.000					
03 002	2016/18 5		Elaboração de projetos	02 07010408	O	100			08	01/2016	12/2016	0	9.000	9.000	9.000	9.000					
03 002	2016/18 6		Aquisição de terrenos	02 070101	O	100			07	01/2016	12/2016	0	50	50	50	50					
03 002	2016/19		TRANSPORTES E SINALIZAÇÃO / 2016																		
03 002	2016/19 1		Aquisição e reparação de material de transporte	02 07010602	O	100			23	01/2016	12/2016	0	50.000	50.000	50.000	50.000					
03 002	2016/19 2		Aquisição e reparação de maquinaria e equipamento	02 07011002	O	100			23	01/2016	12/2016	0	50.000	50.000	50.000	50.000					
03 002	2016/19 3		Sinalização e sematização	02 07010409	O	100			23	01/2016	12/2016	0	50.000	50.000	50.000	50.000					
03 002	2016/19 4		Aquisição e construção de abrigos	02 07010409	E	100			23	01/2016	12/2016	0	50	50	50	50					
Totais do Programa 002:													1.240.534	3.965.700	3.965.700	0	8.300.000	4.100.000	0	0	17.606.234
03 003	2016/20		COMÉRCIO E TURISMO																		
03 003	2016/20		MERCADOS / 2016																		
03 003	2016/20 1		Reabilitação do Mercado Municipal	02 07010307	E	15	85	08	01/2016	12/2017	0	1.100.000	1.100.000	1.663.000	2.763.000						

Am An f. Luis

137 de 169

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma Fonte Financiamento de Realiz. (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)				
				AC	AA	FC		Início	Fim			2016		Anos seguintes						
												Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2017 (e)	2018 (f)		2019 (g)	Outros (h)		
FUNÇÕES ECONÓMICAS																				
03 003 COMÉRCIO E TURISMO																				
03 003 2016/20 2		Parque de estacionamento de apoio ao Mercado Municipal	02 07010413	E	15	85	08	01/2016	12/2017	0	50	50	1.000.000	0	0	0	0	1.000.050		
Totais do Programa 003:												0	1.100.050	1.100.050	0	2.663.000	0	0	0	3.763.050
04 OUTRAS FUNÇÕES																				
04 002 DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS																				
EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS / 2016																				
04 002 2016/21 1		Obras particulares para salvaguarda do interesse público	02 070115	E	100	01	01/2016	12/2016	0	0	10.000	10.000	0	0	0	0	0	10.000		
04 002 2016/21 2		Exercício do direito de preferência na aquisição de terrenos	02 070101	O	100	07	01/2016	12/2016	0	0	50	50	0	0	0	0	0	50		
04 002 2016/21 3		Exercício do direito de aquisição de edifícios	02 07010307	O	100	01	01/2016	12/2016	0	0	50	50	0	0	0	0	0	50		
Totais do Programa 002:												0	10.100	10.100	0	0	0	0	0	10.100
Totais do Objetivo 04:												0	10.100	10.100	0	0	0	0	0	10.100
Total Geral:												1.386.152	13.543.020	13.543.020	0	39.375.000	14.845.000	9.340.000	7.246.000	85.735.172

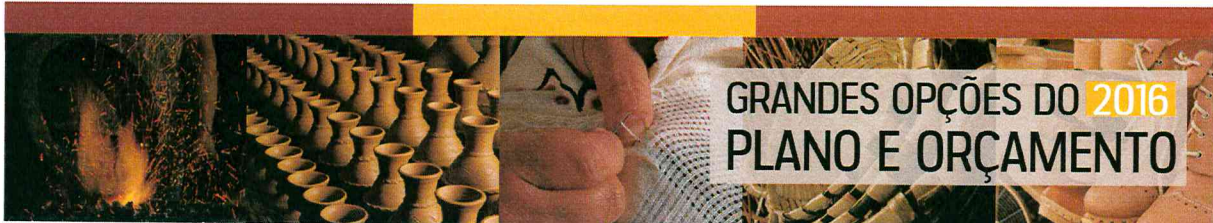
Em de

ORGÃO EXECUTIVO

Em de

ORGÃO DELIBERATIVO

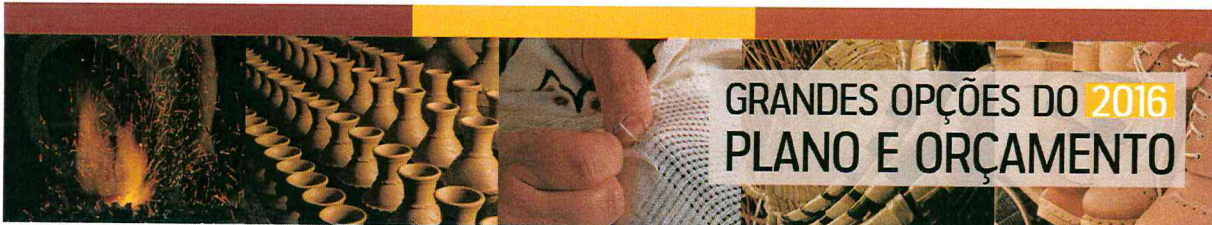
Handwritten signatures and initials in blue ink.



Handwritten signatures in blue ink:
C. F. S. B. L.
S. L. B. L.
S. L. B. L.
F. L. B. L.
S. L. B. L.
S. L. B. L.

MAPAS ANEXOS





Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

ENCARGOS ANUAIS COM EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

EMPRÉSTIMOS

Encargos anuais com Empréstimos Bancários

MUNICÍPIO DE BARCELOS

Ano **2016**
Mapa Previsional

Caracterização do Empréstimo	Data de aprovação pela A.M.	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Viso do TC		Capital		Taxa de juro		Encargos do ano			Encargos do ano vencidos e não pagos	Divida em 1 de Janeiro	Divida em 31 de Dezembro	Obs
					Nº Reg	Data	Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total				
Curto prazo																	
Sub Total																	
Médio e Longo Prazo																	
C.G.D. - INVEST.	25.09.98	31.12.98	20	18	44.310.08.12.98			12.469.947,42 €	12.469.947,42 €	3,37	0,0560	820.000,00 €	5.000,00 €	825.000,00 €	3.248.657,55 €	2.428.657,55 €	
BTA - INVEST.	13.07.01	18.07.01	20	15	2.465.26.07.01			9.975.957,94 €	9.975.957,94 €	4,6748	0,5570	540.000,00 €	20.000,00 €	560.000,00 €	3.505.066,24 €	2.965.066,24 €	
BCP - INVEST.	05.05.02	06.05.02	20	14	1.125.23.05.02			15.000.000,00 €	15.000.000,00 €	4,25	0,8760	935.000,00 €	60.000,00 €	995.000,00 €	6.910.226,92 €	5.975.226,92 €	
C.G.D. - INVEST.	22.02.02	19.07.02	15	14	1.952.28.08.02			332.688,20 €	290.850,64 €	1,125	0,9510	22.000,00 €	700,00 €	22.700,00 €	64.173,15 €	42.173,15 €	
C.G.D. - INVEST.	22.02.02	19.07.02	20	14	1.957.28.08.02			515.657,27 €	412.481,57 €	1,125	0,9510	23.000,00 €	1.300,00 €	24.300,00 €	174.634,16 €	151.634,16 €	
C.G.D.-INVEST.	17.12.04	09.02.05	12	11	2.046.13.10.05			396.017,00 €	396.017,00 €	2,579	0,5280	40.000,00 €	1.000,00 €	41.000,00 €	99.004,25 €	59.004,25 €	
C.G.D.-INVEST.	17.12.04	09.02.05	12	11	2.047.13.10.05			299.953,00 €	299.953,00 €	2,579	0,5280	30.000,00 €	1.000,00 €	31.000,00 €	74.988,25 €	44.988,25 €	
C.G.D.-INVEST.	28.12.05	03.03.06	20	10	3.083.20.03.06			2.267.626,00 €	2.267.626,00 €	2,782	0,1650	140.000,00 €	3.000,00 €	143.000,00 €	1.524.599,75 €	1.384.599,75 €	
C.G.D.-INVEST.	15.12.06	13.11.06	20	10	2.219.14.03.07			2.500.000,00 €	2.064.240,22 €	4,2680	0,1280	120.000,00 €	3.000,00 €	123.000,00 €	1.427.629,73 €	1.307.629,73 €	
C.G.D.-INVEST.	28.09.12	12.10.12	12	3	1.482.21.02.13			2.250.988,38 €	2.060.000,00 €	6,6430	6,1260	150.000,00 €	110.000,00 €	260.000,00 €	1.930.143,75 €	1.780.143,75 €	
Caixa Crédito Agrícola Múto do Noroeste, C.R.L.	15.11.13	17.01.14	15	2	1.757.27.02.14			2.243.585,00 €	1.900.000,00 €	4,2710	3,9350	110.000,00 €	90.000,00 €	200.000,00 €	1.900.000,00 €	1.900.000,00 €	
Sub Total								48.252.430,21 €	47.137.073,79 €			2.930.000,00 €	295.000,00 €	3.225.000,00 €	20.859.123,75 €	18.039.123,75 €	
TOTAL								48.252.430,21 €	47.137.073,79 €			2.930.000,00 €	295.000,00 €	3.225.000,00 €	20.859.123,75 €	18.039.123,75 €	

Valor da amortização média para efeito de equilíbrio orçamental - 2.843.584,49€

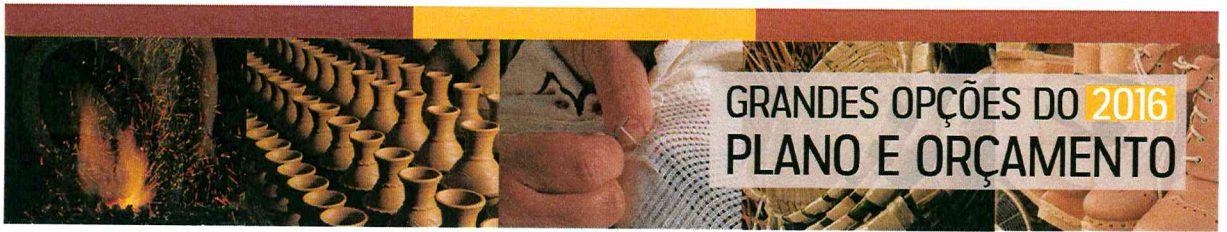
Limite da dívida Total de 2015 - 66.922.684,84 € (fonte: DGAL)

Margem utilizável durante 2015 - 6.646.667 € (fonte: DGAL)

Em _____ de _____ de 20____
Órgão executivo

Em _____ de _____ de 20____
Órgão deliberativo

(Handwritten signatures and initials)

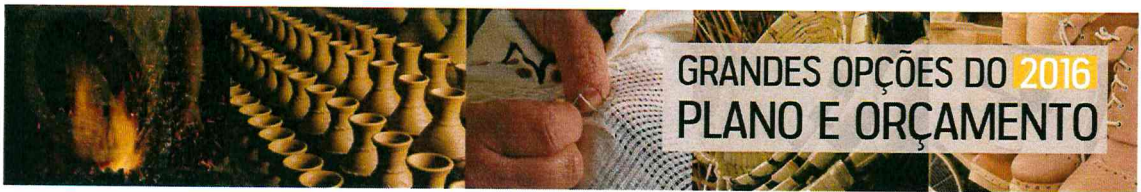


GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO

Handwritten signatures and initials in blue ink:
- A large stylized signature at the top left.
- "Belen 22" with a checkmark.
- "Sey" with a checkmark.
- "fi" with a checkmark.
- "Aleo" with a checkmark.
- "M" with a checkmark.
- "cu" with a checkmark.

RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS CONTIGENTES





GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO

RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS CONTINGENTES

A referência às responsabilidades contingentes mais significativas foi descrita no texto que compõe a parte introdutória deste documento.

[Handwritten signatures in blue ink]



Handwritten signatures in blue ink:
C. J. ...
...
...
...
...
...
...

ORÇAMENTOS DAS EMPRESAS MUNICIPAIS



GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO

ORÇAMENTOS DAS EMPRESAS MUNICIPAIS

As empresas municipais, nesta data, ainda não apresentaram os documentos previsionais.

Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Seclim 317'.



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Scler' and the date '23/1'.

MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO





MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO

Mapa elaborado nos termos da alínea c) do n.º2 do art.º46º da Lei n.º73/2013 de 3 de Setembro, RFALEI

A - Participações em entidades societárias

Entidade participada		Capital	Participação no capital	
Denominação	N.I.P.C.			%
1	Águas do Norte, S.A. / Águas do Noroeste, S.A.(1)	513606084	152.198.130,00 €	1,02%
2	Cooperativa Eléfrica do Vale D'Este	500960577	15.000,00 €	1,67%
3	Empresa Municipal de Desportos de Barcelos, E.E.M.(2)	504623842	250.000,00 €	100%
4	Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.	504635417	250.000,00 €	100%
5	Municipia, EM, S.A.	504475606	3.236.678,67 €	0,15%
6	Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	503694398	2.500.000,00 €	17,70%
7	Barcelos Futuro, S.A.	508960509	50.000,00 €	49%

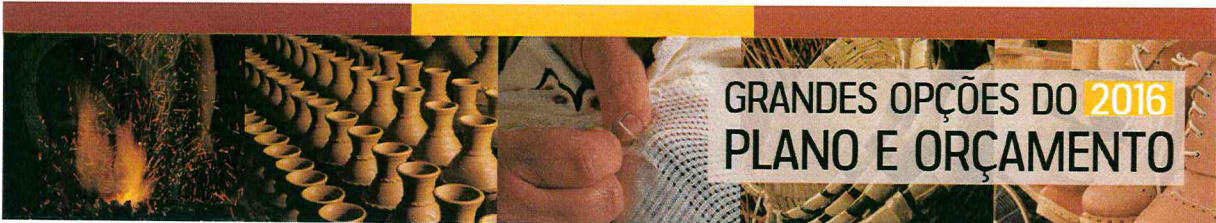
(1) A empresa Águas do Norte, com a entrada em vigor do DL n.º93/2015 em 30/06/2015, resulta da agregação de vários sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento, incluindo a empresa Águas do Noroeste.

(2) A empresa encontra-se em processo de liquidação.

B - Participações em entidades não societárias

Entidade participada		Capital	Participação	
Denominação	N.I.P.C.			
1	Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano	509441092	-	Comparticipação nas despesas de funcionamento
2	Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	-	Quota anual - 1.600 €
3	Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503990698	-	Quota anual - 16.000€
4	Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	-	Quota anual - 5.854 €
5	Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado)	508779472	-	Comparticipação nas despesas de funcionamento
6	Fundação de Serralves	502266643	12.397.644,88 €	Contrapartida de 100.000 €, nos primeiros 5 anos
7	Associação Fins Específicos do Minho (GAMM)	506945987	-	Comparticipação nas despesas de funcionamento
8	IAREN - Instituto da Água da Região Norte	502716193	2.536.652,89 €	Quota anual - 299,28 €
9	Turismo do Porto e Norte de Portugal	508905435	1.118.802,37 €	Quota anual - 1.500 €
10	RECEVIN - Rede Europeia das Cidades do Vinho	Q1300281A	-	Quota anual - 500€
11	Agência de Energia do Cávado	509401848	-	Quota anual - 2.000 €
12	CIAB - Centro de Informação e Arbitragem de Braga	505214504	-	Quota anual-250 €+ Comp.despesas de funcionamento
13	Associação Internacional das Cidades Educadoras	G61045605	-	Quota anual - 715 €
14	Confraria do Vinho Verde	502228664	-	Quota semestral - 249,40€
15	Barcelos Sénior	510310729	-	Contrato-Programa

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Bit', 'Klein', 'dy', 'sp', 'Hau', 'B', 'Am', and 'me'.



GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO

Handwritten signatures in blue ink:
Brito
Almeida
Brito
da
Silva
Almeida
Almeida

TRANSFERÊNCIA PARA AS FREGUESIAS

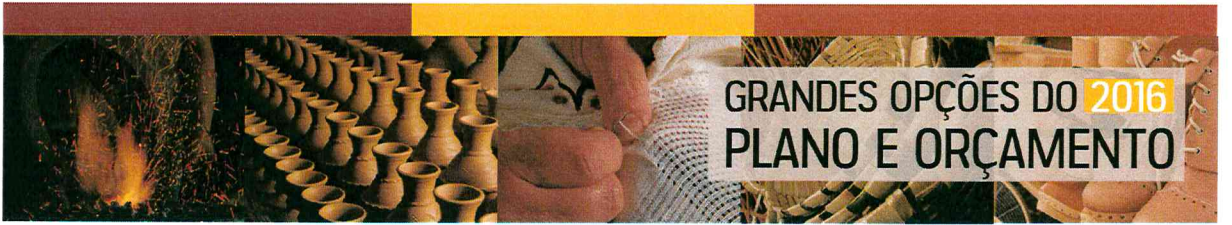


Mapa de Transferências para as Freguesias no Âmbito do Protocolo

FREGUESIA	Valor do Protocolo
Abade de Neiva	66.636,00 €
Aborim	48.150,00 €
Adães	46.312,00 €
Airó	46.312,00 €
Aldreu	46.312,00 €
Alvelos	68.538,00 €
Arcozelo	184.696,00 €
Areias S. Vicente	47.308,00 €
Balugães	46.312,00 €
Barcelinhos	58.052,00 €
Barqueiros	68.774,00 €
Cambeses	48.376,00 €
Carapeços	70.118,00 €
Carvalho	50.498,00 €
Carvalhas	46.312,00 €
Cossourado	48.572,00 €
Cristelo	67.290,00 €
Fornelos	46.312,00 €
Fragoso	75.404,00 €
Galegos Santa Maria	68.916,00 €
Galegos São Martinho	54.294,00 €
Gilmonde	57.164,00 €
Lama	48.196,00 €
Lijó	68.260,00 €
Macieira	69.920,00 €
Manhente	57.004,00 €
Martim	70.200,00 €
Moure	46.312,00 €
Oliveira	49.242,00 €
Palme	53.506,00 €
Panque	46.312,00 €
Paradela	49.206,00 €
Pereira	51.656,00 €
Perelhal	61.774,00 €
Pousa	74.850,00 €
Remelhe	56.534,00 €
Roriz	69.132,00 €
Rio Covo Sta Eugénia	48.196,00 €
Silva	46.312,00 €
Tamel S. Veríssimo	82.902,00 €
Ucha	53.026,00 €
Várzea	48.196,00 €
Vila Sêca	53.510,00 €
União das Freguesias de Alheira e Igreja Nova	99.220,00 €
União das Freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto	138.936,00 €
União das Freguesias de Areias de Vilar e Encourados	101.574,00 €
União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frecainha (São Martinho e São Pedro)	252.694,00 €
União das Freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins)	92.624,00 €
União das Freguesias de Carreira e Fonte Coberta	99.728,00 €
União das Freguesias de Chorente, Goios, Courel, Pedra Furada e Gual	231.560,00 €
União das Freguesias de Creixomil e Mariz	92.624,00 €
União das Freguesias de Durrães e Tregosa	92.624,00 €
União das Freguesias de Gamil e Midões	92.624,00 €
União das Freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	139.268,00 €
União das Freguesias de Negreiros e Chavão	107.302,00 €
União das Freguesias de Quintiães e Aguiar	92.624,00 €
União das Freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estevão)	138.936,00 €
União das Freguesias de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	96.978,00 €
União das Freguesias de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	92.624,00 €
União das Freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães	203.494,00 €
União de Freguesias de Vila Cova e Feitos	117.092,00 €
TOTAL	4.847.430,00 €

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Bil', 'dy', 'sy', 'di', 'flore', and 'm'.





GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO

Handwritten signatures in blue ink, including names like Felício, and other illegible signatures.

MAPA DE PESSOAL



Unidade orgânica	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias										Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho				
		Director de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional		
Gabinete de Apoio Pessoal	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.				1	1											
Médico Veterinário Municipal	Saúde Pública Veterinária; Higiene e Segurança Alimentar.				1	1											
Serviço Municipal de Proteção Civil e Defesa da Floresta	Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho; Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis; Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros; Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município; Comparer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselharem; Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requiera o emprego de meios de um corpo de bombeiros.			1													
	Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho; Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis; Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros; Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município; Comparer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselharem; Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requiera o emprego de meios de um corpo de bombeiros.			1													
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, no âmbito de atuação do serviço, designadamente, dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município; Comparer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselharem; acompanhamento das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requiera o emprego de meios de um corpo de bombeiros.				2												licenciatura na área de proteção civil a)

[Handwritten signatures and notes in blue ink]

Unidade orgânica	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias										Área de formação acadêmica e/ou profissional	Novos postos de trabalho						
		Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional				
Gabinete de Apoio Técnico	<p>O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.</p> <p>Funções consultivas, de estudo, planejamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, Elaboração de informações jurídicas no âmbito Jurídicos em todas as áreas de atuação do Município. Elaboração de informações jurídicas no âmbito dos procedimentos administrativos das diversas unidades orgânicas que integram a moldura organizacional do Município. Elaboração e interpretação de Protocolos e diversos tipos de contratos a celebrar entre o Município e diversas instituições. Análise, instrução e elaboração de informações relativos a pedidos de indemnização, no âmbito da responsabilidade civil extracontratual.</p> <p>Elaboração de projetos de regulamentos municipais. Instrução de processos disciplinares. Prestação de esclarecimentos suscitados pelos colegas dos diversos serviços que integram a estrutura orgânica do Município. Recolha e tratamento de diplomas legais e regulamentares. Suporte jurídico transversal a todas a unidades orgânicas do Município. Acompanhamento de processos e solicitações de entidades externas. Acompanhamento de processos em Tribunal.</p> <p>Funções consultivas, de estudo, planejamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, Avaliação e triagem da documentação, fazendo a eliminação, respeitando os prazos definidos por lei. Zelar pela conservação e preservação da documentação, de forma a criar condições de acondicionamento ambientais e espaciais.</p> <p>Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, assegura o contacto entre os serviços; efetua a receção e entrega de expediente e encomendas; anuncia mensagens; transmite recados; presta informações verbais ou telefónicas; estampa a correspondência.</p> <p>Funções consultivas, de estudo, planejamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, desenvolvimento e execução de projetos com diversos graus de complexidade a área de produção de conteúdos e espaços noticiosos; execução de iniciativas no domínio da comunicação institucional; participar na definição das ações de comunicação internas e externas; implementar campanhas/iniciativas de comunicação.</p>					2						2							
						4												licenciatura na área de direito	a)
								2										licenciatura na área de ciências da informação e da documentação	a)
												1				12.º ano	a)		
																licenciatura na área de comunicação	a)		

Unidade orgânica	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias										Área de formação acadêmica e/ou profissional	Novos postos de trabalho			
		Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermédio 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional	
Gabinete de Educação (GE) (cont.)	<p>Cuidar de crianças com necessidades educativas específicas, colaborando na execução das atividades, no desenvolvimento e no acompanhamento das atividades quotidianas e de tempos livres; Transmitir aos encarregados de educação e/ou Educadora de Infância eventuais problemas de saúde ou outros assuntos relativos às rotinas diárias das crianças (recolhidas ou dadas pela Educadora e/ou pais); Acompanhar e apoiar as crianças no desenvolvimento de atividades pedagógicas e lúdicas fora das atividades normais; Atendimento e encaminhamento dos utilizadores do Jardim de Infância, bem como controlar entradas e saídas de pessoas e/ou agentes educativos; Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança à unidade de saúde; Estabelecer contactos telefónicos, prestar informações e transmitir recados, apenas aos interessados no processo educativo; Reproduzir documentos (fotocópias) desde que autorizada; Assegurar o controlo de gestão dos materiais necessários ao funcionamento do Jardim de Infância (material didático, material de desgaste ou consumíveis, de limpeza, equipamentos e instrumentos);</p>												12	escolaridade obrigatória	a)	
	<p>Ser o elo da comunidade educativa (educadores, aluno, encarregados de educação, funcionários, visitantes); Lutar pela manutenção do espírito de ajuda/colaboração entre todos os agentes educativos (Educadora, pais alunos, comunidade, autarquia); Fazer prevalecer as relações interpessoais e humanas entre o meio e a Escola/Jardim de Infância.</p>															
	<p>Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, na área de atuação da divisão.</p>					1									licenciatura ou curso superior na área de linguagem gestual	a)
	<p>Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, na área de atuação da divisão.</p>					1								licenciatura na área de gestão artística e cultural	a)	

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Unidade orgânica	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação acadêmica e/ou profissional	Novos postos de trabalho			
		Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermédio 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional			Assistente operacional		
DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DF)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.	1				3											
Divisão de Finanças (DF)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos. Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, na área de atuação da divisão, nomeadamente, inventariações, conciliações contabilísticas; contabilidade analítica.	1				9		1	4								a)
Tesouraria	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.					1		1	1						1		
Agência Municipal de Investimento e Desenvolvimento Económico (AMIDE)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.		1							2							
DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ARQUIVO (DPCPA)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.	1								1							
Divisão de Gestão Patrimonial Aprovisionamento e Arquivo (DGPA)	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, na área de atuação da divisão consoante as habilitações requeridas.					2											a)
Divisão de Contratação Pública (DCP)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.		1							8			3			5	
	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.		1													2	

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Unidade orgânica	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho				
		Director de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermédio 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional			Assistente operacional			
DEPARTAMENTO DE CULTURA, TURISMO, JUVENTUDE E DESPORTO (DCTJD)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.	1				3	1					1						
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, no âmbito de atividades no domínio da juventude; Estabelecimento e execução de programas especiais para a juventude, no âmbito da casa da juventude; Colaborar em todas as atividades da Casa da Juventude; Elaborar relatórios dos projetos e atividades promovidas pela Casa da Juventude.					2												a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, no âmbito de atuação da unidade orgânica.					4												a)
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, no âmbito de atuação da unidade orgânica.												2					a)
Núcleo de Desporto e Juventude	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.					4				1		15				17		
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, no âmbito de atuação da unidade orgânica.					5												a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, no âmbito de atuação da unidade orgânica.											14						a)
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, no âmbito de atuação da unidade orgânica.															16		a)
	Funções de chefia técnica e administrativa, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena com grau de complexidade 2, no âmbito de atuação da unidade orgânica.									1								a)

Am. Barros
Am. F. F. F. F.
Am. F. F. F. F.
 159 de 169

Unidade orgânica	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias										Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho				
		Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermédio 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional		
Gabinete de Turismo e Artesanato (GTA)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.				1	6			1				1				
					1	8			7				2				
Gabinete de Bibliotecas (GB)	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, vigilância e apoio à sala de leitura de adultos e crianças; acondicionamento de livros e publicações; apoio ao audiótório e exposições; atendimento ao público e pesquisa de informação; elaboração de dossiers temáticos; orientação e consulta bibliográficas; leitura e animação da hora do conto, no âmbito da rede itinerante das bibliotecas escolares do concelho; dinamização e animação das bibliotecas escolares.								3								a)
									2								
Divisão de Cultura e Museus (DCM)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos. Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, execução de trabalhos específicos, elaboração de estudos, e desenvolvimento de projetos, no âmbito da arqueologia. Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e publicações periódicas, material gráfico e multimédia. Tratamento técnico dos documentos; Digitalização do acervo bibliográfico; Tratamento técnico retrospectivo dos documentos; Pesquisa, tratamento e digitalização de notícias da imprensa local e nacional, relativa à cerâmica, às atividades do Concelho de Barcelos, ao Museu da Olaria e também à história local; enriquecimento do espólio documental do Centro de Documentação com a pesquisa e tratamento de analíticos; Verificação dos catálogos de livros e afarrabistas com o objetivo de adquirir alguma publicação de interesse para o Centro de Documentação; Receber as publicações das várias instituições e enviar as publicações do Museu de Olaria; Tratamento técnico documental do acervo bibliográfico dos Serviços de Arqueologia. Elaboração/ revisão de conteúdos, desenvolvidos no museu. Manutenção da página Web do Museu. Colaboração na organização de exposições. Revisão de provas de publicações. Trabalhos de investigação. Organização e arquivo da correspondência expedida e recebida pelo Museu.		1														

Handwritten signatures and notes in blue ink.

Unidade orgânica	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias										Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho				
		Assistente operacional	Encarregado operacional	Encarregado geral operacional	Assistente técnico	Coordenador técnico	Técnico de informática	Especialista de informática	Técnico superior	Dirigente Intermédio 3º Grau *	Comandante Operacional Municipal			Chefe de Divisão *	Diretor de Departamento *		
Divisão de Cultura e Museus (DCM)(cont.)	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Preparação e realização de visitas escolares. No âmbito do Serviço Educativo e de Animação (SEA), preparação do material para as atividades práticas, limpeza do material utilizado nas atividades do material utilizado na realização das peças que produz, produção de peças, apoio na realização das atividades, preparação do vidro, vidragem e limpeza de azulejos e peças realizadas, aplicação de verniz nas peças pintadas nas atividades, colocar a secar e a cozer as peças resultantes das atividades, pelos grupos e também as peças produzidas na roda e em moldes. Embalamento e acondicionamento destas. Transporte e montagem de vidros, plintos, vitrinas e peças.													3	escolaridade obrigatória	a)	
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, no âmbito de atuação do divisão consoante as habilitações requeridas.							8								Curso superior e/ou licenciatura na área de gestão do património/ licenciatura na área de turismo/ licenciatura na área de relações públicas	a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, atividades pedagógicas no âmbito dos objetivos pedagógicos do Museu.													1		12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado	a)

[Handwritten signatures and initials]

Unidade orgânica	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho		
		Director de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional			Assistente operacional	
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TERRITÓRIO (DACT)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.	1				6				4			1	3		
	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.		1			1				2			1	80		
Divisão de Gestão de Frota e Equipamentos (DGFE)	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Conduz Viaturas ligeiras para transporte de bens e pessoas tendo em conta a segurança dos utilizadores e dos bens. Cuida da manutenção das viaturas que lhe forem distribuídas (verifica: níveis, estado dos pneus, limpeza, etc.) de forma a assegurar o bom funcionamento destas. Recebe e entrega expediente ou encomendas. Deteta anomalias e participa-as superiormente de forma a serem corrigidas.													4	escolaridade obrigatória	a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, Introdução de dados relacionados com as viaturas tais como: abastecimentos, manutenções, reparações, intervenções nas freguesias, etc., no programa de gestão da frota. Fotocopiar, digitalizar e arquivar diverso expediente. Colocação de documentos nas viaturas. Controlo da assiduidade bem como todo tipo de expediente relacionado com os trabalhadores afetos a D.G.F.E. Conduz viaturas ligeiras para transporte de bens e pessoas tendo em conta a segurança dos utilizadores e dos bens. Processa fundo de maneo D.G.F.E. e procede ao seu envio. Cuida e zela pelo material / equipamento que lhe esta adstrito, bem como a limpeza do seu gabinete.										1					12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Repara e conserva viaturas automóveis para passageiros ou mercadorias; examina os veículos para localizar as deficiências e determina as respetivas causas; faz os trabalhos de desmontagem de certos órgãos, tais como motor, caixa de velocidades, diferencial, sistema de direção ou travões; substitui ou repara as peças ou órgãos danificados; roda as válvulas; garante os travões, encasquilha o mecanismo de direção e realiza outras reparações; efetua os necessários trabalhos de montagem; muda o óleo do motor e dos sistemas de transmissão; lubrifica as juntas; aperta as peças mal fixadas; procede às afinações e realiza outros trabalhos para manter os veículos em bom estado; por vezes solda a estanho com maçarico oxi-acetilénico ou com arco eléctrico; procede ao preenchimento de uma ficha individual de cada reparação que executa; inventaria o material necessário e providencia a sua requisição.													2	escolaridade obrigatória	a)

162 de 169

João António

Luís António

Unidade orgânica	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias										Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho					
		Director de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional			
Divisão de Gestão de Frota e Equipamentos (DGFE) (cont)	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, reparação dos diversos circuitos(hidráulicos, eléctricos,pneumáticos); reparação das diversas avarias mecânicas nas diferentes viaturas do município; efectua a manutenção das viaturas com a mudança de óleos, filtros e diversos outros materiais necessários; manter a operacionalidade dos meios do parque de viaturas; colabora nas tarefas de organização e manutenção das instalações do parque de viaturas.												2	escolaridade obrigatória	a)			
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Conduz máquinas pesadas de movimentação de terras ou gruas ou veículos destinados à limpeza urbana ou recolha de lixo. Zela pela conservação e limpeza das viaturas. Preenche os mapas de horas/quilómetros. Conduz todo o tipo de viaturas. Verifica os níveis dos diferentes órgãos das viaturas que conduz ou Manobra. Lubrifica com os produtos indicados os diversos pontos de atrito. Conduz veículos de elevada tonelagem; procede ao transporte de diversos materiais destinados ao abastecimento das obras em execução; aciona os mecanismos necessários para a descarga de materiais; assegura a manutenção do veículo;abastece a viatura de combustível; executa pequenas reparações; preenche e entrega diariamente o boletim diário da Viatura; colabora, quando necessário, nas operações de carga e descarga; conduz, eventualmente, viaturas ligeiras.												5	escolaridade obrigatória	a)			
	Funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar, com grau de complexidade 1, designadamente, Supervisiona a presença dos funcionários da unidade orgânica, nomeadamente dos assistentes operacionais. Supervisiona o trabalho de recolha de resíduos, resolvendo situações de imediato, associadas à recolha. Supervisiona a logística necessária à distribuição e recolha dos equipamentos de deposição de resíduos de carácter permanente ou temporário. Supervisiona a logística necessária à recolha dos "Monstros domésticos", solicitada por particulares ou abandonados em espaço público. Supervisiona a logística necessária à lavagem que equipamentos e/ou do espaço público.												2	escolaridade obrigatória	a)			
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, na área de atuação da divisão consoante as habilitações requeridas.															1	licenciatura na área de engenharia mecânica	a)

(Handwritten signatures and initials)

Unidade orgânica	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias										Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho					
		Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermédio 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional			
Divisão de Parques e Jardins (DPJ)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.	1							2				2		1	68		
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Construção e manutenção de espaços verdes. Instalação e reparação de sistemas de irrigação. Operações de mobilização do solo. Tratamentos fitossanitários. Operações de poda, sementeira, plantação, propagação vegetal e fertilização. Manutenção e conservação de relvados. Vigilância do parque da cidade. Limpeza de jardins e sanitários públicos. Remoção de espécies herbáceas, arbustivas, e arbóreas. Manuseamento de todo o equipamento, maquinaria e veículos utilizados na manutenção e construção de espaços verdes.															22	escolaridade obrigatória	a)
Divisão de Serviços Urbanos (DSU)	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Despejo dos contentores de recolha. Recolhe os resíduos junto aos contentores. Varre e recolhe os detritos dos espaços pedonais e arruados. Descarrega papéis e lixo. Limpa sarjetas e estripa envas. Lava pavimentos e/ou equipamentos públicos. Captura de animais que deambulam no espaço público.															20	escolaridade obrigatória	a)
	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.	1							6				7		1	47		
Divisão de Serviços Urbanos (DSU)	Funções de chefia do pessoal da carreira de assistente operacional, coordenação geral de todas as tarefas, com grau de complexidade 1, designadamente, a distribuição clara das tarefas ao pessoal da Divisão; programar o trabalho de acordo com as orientações superiores; acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos; elaborar relatórios de atividade operacional, participa ativamente na formação e aperfeiçoamento profissional, inventariação sistemática dos locais a intervir.														2		escolaridade obrigatória	a)
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Aparilha pedra em grosso. Executa alvenarias e muros. Assentar manilhas, tubos e cunetas. Preencher e entregar a folha de serviço por centro de custos.															1	escolaridade obrigatória	a)
Divisão de Serviços Urbanos (DSU)	Executar planos, alçados, cortes, perspectivas, mapas, contas, gráficos e outros traçados, segundo esboços e especificações complementares; examinar esboços, esquemas e especificações técnicas, elaborados por engenheiros, arquitetos ou outros técnicos; calcular dimensões, superfícies, volumes e outros fatores, a fim de completar os elementos recebidos; relacionar as dimensões dos diferentes elementos da obra a efetuar; utilizar o equipamento informático e o software adequado ao tipo de trabalho a realizar; colaborar em grupos de trabalho que executem projetos ou obras, onde os seus conhecimentos e aptidões se revelem de interesse.																12.º ano e/ou curso profissional na área de CAD/CAM	a)
																		3



 164 de 169

Unidade orgânica	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias										Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho						
		Director de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermédio 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional				
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA (DPGU)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.	1				6			1				1						
	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.	1				29						10							
Divisão de Obras e Projetos Municipais (DOPM)	Efetuar levantamentos topográficos, tendo em vista a elaboração de plantas, cartas e mapas com vista à preparação e orientação de trabalhos de engenharia ou para outros fins: executar levantamentos topográficos apoiando-se normalmente em vértices geodésicos existentes; determinar rigorosamente a posição relativa de pontos notáveis de determinada zona da superfície terrestre cujas coordenadas e cotas obtêm por triangulação, trilateração, poligonização, intersecções diretas, nivelamento, processos gráficos e outros; regular e utilizar os instrumentos de observação, tais como taqueómetros, teodolitos, níveis, estádias, distanciómetros, etc.; proceder a cálculos com base nos elementos colhidos no campo; proceder à implantação no terreno de pontos de referência para determinadas construções, traçar esboços e desenhos e elaborar relatórios das operações efetuadas												3					a)	
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, nas Obras Municipais, estudos e projetos de arquitetura e suas especialidades; Acompanhamento Técnico e Fiscalização das Obras Municipais.						5												a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, realização de funções relacionadas com controlo dos prazos de alvarás e respetivas caducidades, anexação de antecedentes em processos de licenciamento e respetiva tramitação; exercício de funções de atendimento e informação aos municípios (presencialmente, telefonicamente ou via Internet); assegurar a verificação da boa instrução dos processos; emissão de alvarás de licença/títulos de admissão de comunicação prévia relativos a construção de edifícios, entre outros.												1						a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, na área de atuação da divisão.																	1	a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, na área de atuação da divisão consoante as habilitações requeridas.																1	a)	

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Unidade orgânica	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias										Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho				
		Director de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermédio 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional		
Divisão de Planeamento Urbanístico e Ambiente (DPUA)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.	1				32			20				7				
	Verificação de implantações de edifícios antes da emissão do alvará de licença; Verificação do estado de obras em pedidos de suspensão e prorrogação de licença; Verificação de inícios de obras de urbanização; Controlo dos prazos de suspensão de alvarás; Controlo de caducidade de alvarás; Elaboração de planos de licenciamento em processos de licenciamento e respetiva tramitação; Atendimento telefónico para informação de municípios; Elaboração de autos de notificação; Emissão de alvarás de licença/títulos de admissão de comunicação prévia relativos a construção de edifícios, loteamentos, obras de urbanização, e emissão de alvarás de licença de utilização; Análise e emissão de horários de funcionamento e de certidões; Envio de dados estatísticos ao Instituto Nacional de Estatística; Atendimento ao público, localização e fornecimento de plantas de localização; Marcação de vistorias; Reprodução de documentos; Envio de senhas para consulta de processos no âmbito do E-Urbanismo.							4							12.º ano	a)	
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, Elaborar planos de salvaguarda e valorização do património histórico e cultural integrado do território; Elaborar planos de salvaguarda e valorização do património histórico e cultural edificado; Apreçar, dar parecer e acompanhar a execução sobre projetos de loteamento (incluindo equipamentos e infraestruturas conexos); Assegurar o Sistema de Informação Geográfica - Atualização da cartografia e execução e manutenção do cadastro do território municipal; Desenho e Topografia.					2										licenciatura na área de gestão do território, ramo monitorização do território	a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, nos seguintes domínios de atividade: proposta de planificação e garantia de apoio técnico e logístico adequado às ações a desenvolver nos diferentes domínios ambientais; implementação, dinamização e acompanhamento de campanhas de sensibilização e educação ambiental, bem como medidas e ações de monitorização, controle, gestão e proteção ambiental, nomeadamente no âmbito de resíduos sólidos, qualidade do ar, ruído, indicadores ambientais, espaços verdes e recursos hídricos.					6										licenciatura na área de ambiente	a)
Funções de estudo e de natureza consultiva, competindo-lhe, designadamente: Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático; Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação de estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar; Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente à problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade; Participar e colaborar em todas as atividades ligadas à rede escolar do município e inerentes à Divisão e/ou serviço.															licenciatura na área de educação	a)	
Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, apoio administrativo, serviço de reprografia.													5		escolaridade obrigatória	a)	

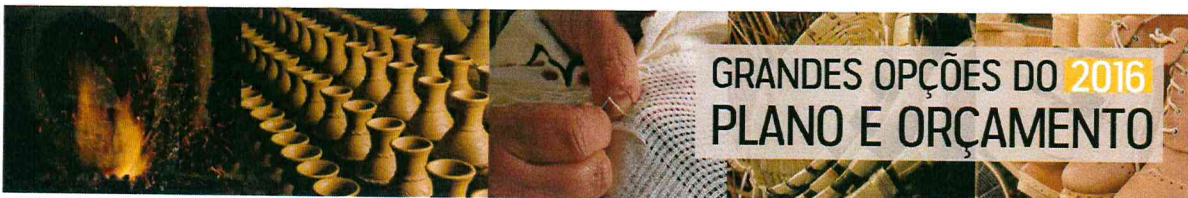
Handwritten signature and notes:
 166 de 169
 [Signature]

Unidade orgânica	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias										Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho					
		Director de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional			
Gabinete de Tránsito e Mobilidade (GTM)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.																	
Núcleo de Coordenação de Tránsito e Mobilidade	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.																	
	Funções de chefia técnica e administrativa, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena com grau de complexidade 2, no âmbito de atuação da unidade orgânica.						1	1	1									a)
	Funções de chefia do pessoal da carreira de assistente operacional, coordenação geral de todas as tarefas, com grau de complexidade 1, designadamente, a distribuição diária das tarefas ao pessoal da Divisão; programar o trabalho de acordo com as orientações superiores; acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, elabora relatórios de atividade operacional, participa ativamente na formação e aperfeiçoamento profissional, inventariação sistemática dos locais a intervir.															1		a)

a) n.º postos de trabalho a ocupar com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado

c) n.º postos a ocupar em comissão de serviço

* (Lei nº2/2004, de 15/01, na redação atualizada, aplicável às autarquias locais pela Lei n.º 49/2012, de 29/08)



GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO

ASSINATURAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

(Miguel Jorge da Costa Gomes)

OS VEREADORES

(Domingos Ribeiro Pereira, Dr.)

(Maria Armandina Félix Vila-Chã Saleiro, Dr^a)

(José Carlos da Silva Brito, Dr.)

(Alexandre Miguel Gonçalves Maciel, Dr.)

(Maria Elisa Azevedo Leite Braga)

(Domingos José da Silva Araújo, Dr.)

(Félix Falcão de Araújo, Dr.)

(Rosa Cristina Rodrigues Barbosa, Dr^a)

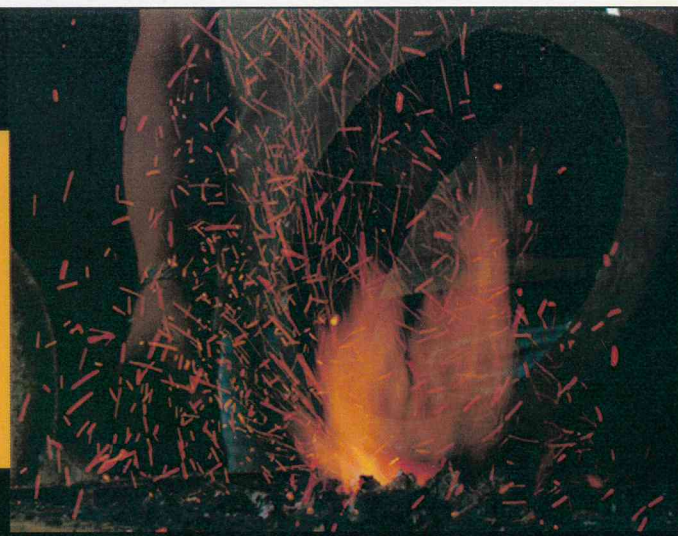
(António Jorge da Silva Ribeiro, Dr.)

(Manuel Carlos da Costa Marinho, Eng^o)



GRANDES OPÇÕES DO 2016
PLANO E ORÇAMENTO

[Handwritten signatures in blue ink]



BARCELOS
MUNICÍPIO